

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

VIOLÊNCIA E DROGAS NA ESCOLA E IMEDIAÇÕES: ÓTICA DE EDUCADORES
SOCIAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA

SANDRA FRANCISCA LIMA DA SILVA

Brasília - DF

2011

SANDRA FRANCISCA LIMA DA SILVA

VIOLÊNCIA E DROGAS NA ESCOLA E IMEDIAÇÕES: ÓTICA DE EDUCADORES

SOCIAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA.

Dissertação apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília

Orientadora: Prof^ª Dra. Maria Fátima Olivier Sudbrack

Brasília – DF

2011

Sandra Francisca Lima da Silva (2011). **Violência e drogas na escola e imediações: ótica de educadores sociais da segurança pública.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília. Trabalho apresentado ao Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Dra. Maria Fátima Olivier Sudbrack.

Aprovada por:

Banca Examinadora

Professora Dra. Maria Fátima Olivier Sudbrack

Presidente

Professora Dra. Aline Winter Sudbrack

Membro

Professor Dr. Rogério de Andrade Córdova

Membro

Professora Dra. Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel

Membro Suplente

*Dedico esta dissertação a Deus autor da vida,
fonte de amor e paz.*

*A minha família, meu ninho de acolhida, em
especial minha mãe (in memoriam), intrépida
no fazer, firme em suas determinações, que
cuidou, investiu e acreditou na minha
capacidade de empreender caminhos em busca
de novos saberes.*

AGRADECIMENTOS

A Deus sustentáculo de minha vida em todos os momentos.

A Professora Dra. Maria Fátima Olivier Sudbrack, mestra, que me presenteou com a oferta de sua orientação. Seu apoio e contribuições foram fundamentais. Acreditando nas minhas possibilidades com preciosa acolhida, valorizou minha vontade de perseverar e superar desafios.

Ao Professor Dr. Rogério de Andrade Cordóva pelo crédito no meu trabalho e por ter aceitado, gentilmente, participar na composição da Banca Examinadora desta dissertação.

As Professoras Dra. Aline Winter Sudbrack, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Dra. Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel, da Universidade de Brasília, por terem de forma amável, aceitado participar na composição da Banca Examinadora desta dissertação.

Aos professores da Universidade de Brasília, Maria Inês C. Gandolfo, Liana Fortunato Costa, Ileno, Elaine Rabelo e tantos mestres com dos quais recebi incentivo e ensinamentos valiosos. De forma especial a minha família, presente de Deus, a minha gratidão pelo acolhimento, pela manifestação de amor, partilha, compreensão, solidariedade, apoio e tantas outras virtudes que se apresentaram ao longo de meu percurso acadêmico e durante a minha vida.

A minhas irmãs, Isilda, e Sônia, sempre o meu amor, pela confiança e crédito na minha incansável busca do saber. E ao meu cunhado Orséli o meu respeito.

Aos sobrinhos queridos, Saulinho e Juana (Ju) – pela dedicação na busca de alternativas para digitação e formatação, e tantas outras formas de manifestação de solidariedade.

A Robertha (Nina), Alexandre (Nino), Vinícius (Vi), Emmanuel (Nel) e Andrezza (Dezza), sobrinhos queridos, sempre o meu amor e minha gratidão de alguma forma estiveram presentes na minha jornada acadêmica.

A tia Nair, zelosa, compreensiva, presente na minha caminhada, enaltecendo minhas conquistas e dando ânimo e credibilidade aos meus feitos.

Aos primos Luiz César, Cida, Silvinha, Paulinho, João Bosco, Francisco (Titico) e a Beatriz (sua colaboração foi de grande valia).

A Maria Aparecida Fontenelli, Dra. Fonetenelli, Diretora da Divisão de Polícia Comunitária/Polícia Civil do Distrito Federal, minha diretora de unidade, amiga, compreensiva, sua colaboração, deferência e valorização da minha trajetória profissional foram fundamentais.

A Lícia, Psicóloga ímpar no proceder, a minha gratidão.

A amiga Sueli – incansável na escuta, próxima e paciente, em momentos de leitura e releitura de textos, e tantos outros.

A Oscar Braga, amigo, colaborador, um incentivo para os estudos.

Professor Elioenai e Elisete, da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, pelos incentivos e ensinamento valiosos.

Ao Ricardo, colega de Mestrado, partilhando desafios crescemos em nossa caminhada.

A Bete e sua família amiga, presença firme e dedicada, estendo minha gratidão ao Osvaldo, seu noivo, pela inegável, presteza e solicitude.

A Gislaine, amiga abnegada, afável, prestativa, profissional pronta no servir com primor e ética.

A Nicinha, juntas começamos os primeiros trabalhos com adolescentes e seus familiares.

A Fátima Maria Teixeira, sempre valorizando o meu trabalho, propiciando espaço de escuta.

Aos Diretores, chefes, servidores, colegas da Polícia Civil do Distrito Federal e da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal.

Aos Diretores, servidores, colegas, amigos da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

Aos Agentes de Segurança Pública, aos policiais educadores que fazem parte do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a violência (Proerd), prestimosos em colaborar com o trabalho de pesquisa.

A Silvana, Terezinha Kramer, Marilene, Lúcia Coimbra, Elsa Sabroza, Aparecida, José dos Santos, amigos presentes em tantos momentos, e tantos outros que considero de grande importância.

Aos alunos, que em algum momento, partilhei experiências no espaço de aprendizagem.

Aos adolescentes, às famílias, aos professores e aos profissionais que exercem atividades em escolas o meu agradecimento pelo respeito e compromisso.

Aos profissionais, estudantes e colegas de convivência nas atividades desenvolvidas no Programa de Atenção e Estudo as Dependências Químicas (Prodequi), Daniel Röhe, Paulo Macedo, Ezequiel, Adriana Sócrates, Carla Dalbosco, Gussi, Jaqueline Assis, Hellen, Carlos Magno, Danielle, Jaqueline, Soraya Beltrão (PCL) e tantos outros.

A todos que de alguma forma foram solícitos colaboradores.

“Não se pode falar de educação sem amor”.

Paulo Freire

RESUMO

SILVA, Sandra Francisca Lima da (2011). Violência e drogas na escola e imediações: ótica de educadores sociais da segurança pública

A pesquisa investiga sobre situações-problema, ocorridas na escola e imediações, relacionadas às drogas e violência, na ótica dos agentes de segurança pública, envolvidos com programas de prevenção do uso de drogas. A categoria de agentes de segurança pública é focada enquanto segmento parceiro importante na construção da rede de prevenção das escolas. O estudo tem como fonte de dados os relatos de 136 (cento e trinta e seis) agentes de segurança pública/educadores sociais da segurança pública de todos os estados brasileiros, coletados através de instrumento original, constituído de um questionário com questões abertas e fechadas, aplicado em ambiente virtual de aprendizagem do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas - edição 2010 - do qual participaram como alunos, em projeto piloto, sendo os respondentes, em sua maioria, participantes do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a violência (Proerd). A coleta de informações resultou na construção de um banco de dados sobre situações-problema, explorado apenas parcialmente e, em primeira mão, nesta pesquisa. Os resultados do estudo descrevem situações-problema vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa nas quais as drogas se colocam como cenário/justificativas de diferentes comportamentos de violência na escola e suas imediações, através das seguintes categorias: *a) comportamentos de violência na escola associados ao efeito de drogas; b) ameaças e mortes violentas nas imediações da escola; c) assédio de alunos para o tráfico de drogas no contexto sócio-familiar*. O estudo privilegia a descrição de relatos de fatos concretos que embasam as categorias apresentadas, seguido de reflexões sobre a natureza da ótica dos educadores sociais de segurança pública, enquanto atores que intervêm imersos em uma considerável expectativa de solução de parte das escolas mas que nem sempre é possível atender. Ao mesmo tempo em que encaram como um grande desafio e compromisso, os agentes de segurança pública, reconhecem as situações vivenciadas em sua abrangência interdisciplinar, sendo críticos à falta de parcerias na rede de apoio às escolas e aos próprios policiais que se percebem como referência das escolas e acabam por centralizar todas as demandas. O estudo finaliza com uma leitura compreensiva da ótica trazida pelos policiais, destacando as suas demandas de uma capacitação aprofundada, comentada criticamente à luz da complexidade das situações-problema recebidas e da natureza interdisciplinar e intersetorial das políticas de prevenção do uso de drogas.

Palavras-chave: Violência, droga, escola, situações-problema

ABSTRACT

SILVA, Sandra Francisca Lima da Silva (2011). Silva, Sandra Francisca Lima da (2011). Violence and drugs at school and neighborhood: view of public security social educators

The research investigates problematic situations, occurred at school and neighborhood related to drugs and violence, from the point of view of the public security agents, involved with programs to prevent the use of drugs. The category of public security agents is focused as an important partner in building a prevention network in schools. The study has as its data source the reports of 136 (one hundred thirty-six) public security agents/social educators of public security of all Brazilian States, collected through original instrument, consisting of a questionnaire with opened and closed questions, applied during the virtual Course of Drug Use Prevention for Public Schools' Educators – 2010 Edition – attended by students in the pilot project. The majority of the respondents were participants in the Educational Program for Drug and Violence Resistance (Proerd). The collection of information resulted in a data base of problematic situations, only partially explored in this research. The study results describe problematic situations experienced by the subjects of the research, in which drugs are placed as a backdrop/ justifications for different violent behaviors at school and neighborhood, through the following categories: *a) behaviors of school violence associated with the effect of drugs; b) threats and violent deaths around the school; c) harassment of students for drug trafficking in the social familiar environment.* The study focuses on the description of real facts that support the presented categories, followed by reflections about the type of view of the social educators of public security, as actors that influence emerged in a considerable hope of solution for part of schools, although this is not always possible to fulfill. While they see it as a big challenge and commitment, the public security agents recognize the situations experienced in an interdisciplinary scope, being critical about the lack of partnerships in the network that supports schools and about the police, who see themselves as a reference in the schools, centralizing all the requests. The study ends with a comprehensive reading of the view brought by the police, highlighting their requests of a profound capacity, commented critically in the light of the complexity of the problematic situations received, and the interdisciplinary and intersectoral nature of drug prevention policies.

Keywords: violence, drugs, school, problematic situations

RÉSUMÉ

SILVA, Sandra Francisca Lima da Silva (2011) Violence et drogues à l'école et dans ses environs: optique des éducateurs sociaux de la sécurité publique

La présente recherche porte sur les situations à problèmes, qui surviennent à l'école et dans ses environs, en relation aux drogues et à la violence, dans l'optique des agents de la sécurité publique qui se trouvent engagés dans des programmes de prévention de l'usage des drogues. La catégorie d'agents de la sécurité publique est envisagée ici en tant que partenaire important du réseau de prévention des écoles. Cette étude a pour base de données les rapports de 136 (cent trente-six) agents de la sécurité publique et éducateurs sociaux de la sécurité publique de tous les Etats du Brésil, collectés grâce à un instrument original, constitué d'un questionnaire comportant des questions ouvertes et fermées, appliqué en milieu virtuel d'apprentissage du Cours de Prévention à l'Utilisation des Drogues pour les Educateurs des Ecoles Publiques – édition de 2010 – auquel ils ont participé comme élèves dans un projet pilote, les réponses venant en majorité de participants du Programme d'éducation pour la résistance aux médicaments et à la violence (PROERD). La collecte des informations a abouti à l'établissement d'une banque de données sur les situations à problèmes, qui n'a été exploitée que partiellement et en première main dans la présente recherche. Les résultats de cette étude décrivent les situations à problèmes telles qu'elles sont vécues par les sujets de la recherche, et dans lesquelles les drogues interviennent comme cadre et justification de divers comportements de violence à l'école et dans ses environs, à travers les catégories suivantes:

a) comportements de violence à l'école, associés à l'effet de drogue; b) menaces et morts violentes aux environs de l'école; c) harcèlement d'élèves par le trafic de drogue dans le contexte socio-familial. L'étude privilégie la description de rapports de faits concrets qui sont fondés sur les catégories représentées; viennent ensuite des réflexions sur la nature de l'optique des éducateurs sociaux de la sécurité publique, en tant qu'acteurs qui interviennent en réponse à une intense attente de solution de la part des écoles, mais qu'il n'est pas toujours possible de satisfaire. En même temps qu'ils affrontent un grand défi et assument un lourd engagement, les agents de la sécurité publique reconnaissent que les situations ainsi vécues relèvent d'une compétence interdisciplinaire, et ils émettent des critiques au sujet du manque de partenariat dans le réseau de soutien aux écoles, et au sujet des policiers eux-mêmes qui, se percevant comme la seule référence des écoles, finissent par centraliser toutes les demandes. L'étude évoque en conclusion une lecture compréhensive de l'optique adoptée par les policiers, soulignant leurs demandes d'une reconnaissance approfondie, que l'on commente de façon critique à la lumière de la complexité de ces situations à problèmes telles qu'elles sont reçues, et en fonction de la nature interdisciplinaire et intersectorielle des politiques de prévention de l'usage des drogues.

Mots-clés : violence, drogue, école, situations à problèmes.

- Esta pesquisa se insere em Projeto de Pesquisa-ação: A Escola em Rede na Prevenção do Uso de Drogas e da Violência, desenvolvido junto ao Programa de Atenção e Estudo as Dependências Químicas (Prodequi), Laboratório do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC-PCL) Instituto de Psicologia (IP) Universidade de Brasília (UnB), como uma das metas do Plano de Trabalho do Projeto Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas - edição 2010, resultado de Termo de Cooperação 026/2010, celebrado entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) Ministério da Justiça (MJ), em execução de junho/2010 a dezembro/2011.

Lista de Figuras

- Figura 1** - Prevalência de *uso na vida* de drogas psicotrópicas(1), exceto álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental(2) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, de acordo com a faixa etária, comparando-se os anos de 2004 e 2010.....26
- Figura 2** - Prevalência de *uso no ano* de drogas psicotrópicas, exceto álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, de acordo com a faixa etária, comparando-se os anos de 2004 e 2010.....27
- Figura 3** - Prevalência de *uso na vida* de drogas psicotrópicas(1), das cinco drogas mais consumidas e crack, exceto álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental(2) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, comparando-se os anos de 2004 e 2010.....28
- Figura 4** - Prevalência de *uso no ano* de drogas psicotrópicas(1), das cinco drogas mais consumidas e crack, exceto álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental (2) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, comparando-se os anos de 2004 e 2010.....29
- Figura 5** - Prevalência de *uso na vida* de álcool entre estudantes de ensino fundamental(1) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, de acordo com a faixa etária, comparando-se os anos de 2004 e 2010.....30
- Figura 6** - Prevalência de *uso na vida* de tabaco entre estudantes de ensino fundamental(1) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, de acordo com a faixa etária, comparando-se os anos de 2004 e 2010.....31
- Figura 7** - Prevalência de *uso no ano* de álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, comparando-se os anos de 2004 e 201032

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Uso de drogas psicotrópicas entre 50890 estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada das 27 capitais brasileiras, de acordo com os tipos de usos e as diferentes drogas individualmente.....	22
Tabela 2 - Uso de drogas psicotrópicas entre 50890 estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada das 27 capitais brasileiras, de acordo com os tipos de usos e as diferentes drogas por rede de ensino.....	24
Tabela 3 - Participantes por sexo.....	46
Tabela 4 - Participantes por idade.....	47
Tabela 5 - Participantes por escolaridade.....	47
Tabela 6 - Participantes por Posto/Graduação na carreira.....	48
Tabela 7 - Participantes quanto às atividades exercidas	49
Tabela 8 - Estados em que aconteceram as situações-problema.....	50
Tabela 9 - Localização dos municípios das situações-problema.....	51
Tabela 10 - Personagens mais presentes nos relatos.....	56
Tabela 11 - Locais de ocorrência das situações-problema mais citados nos relatos.....	57
Tabela 12 - Drogas mais citadas nos relatos das situações-problema.....	58
Tabela 13 - Índice de homicídios na adolescência para as capitais.....	100

Lista de Siglas

Conad	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
IP	Instituto de Psicologia Clínica
MEC	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCL	Departamento de Psicologia Clínica
PNAD	Política Nacional sobre Drogas
PPG-PsiCC	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura
Prodequi	Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas
Proerd	Programa Educacional de Resistência às Drogas e a violência
Pronasci	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
PSE	Programa Saúde na Escola
SEB	Secretária de Educação Básica
SEED	Secretaria de Ensino à Distância
Senad	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Seplanseg	Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública
Sisnad	Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas
SP	Situações-problema
SPE	Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas
SSP/DF	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
UnB	Universidade de Brasília
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a infância
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	1
CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO, SITUAÇÕES-PROBLEMA, DROGAS, VIOLÊNCIA E A RESPONSABILIDADE DOS EDUCADORES	7
1.1 VIOLÊNCIA E DROGAS NO CONTEXTO DA ESCOLA	9
1.2 EPIDEMIOLOGIA DO USO DE DROGAS	21
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE	33
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA	45
2.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA	46
2.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES	51
2.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	53
CAPÍTULO 3 - AS SITUAÇÕES-PROBLEMA SOBRE VIOLÊNCIA E DROGAS NO CONTEXTO DAS ESCOLAS E IMEDIAÇÕES.....	55
3.1 CONSUMO DE DROGAS PELOS ALUNOS NA ESCOLA	59
3.1.1 <i>Maconha</i>	60
3.1.2 <i>Álcool</i>	61
3.1.3 <i>Tabaco/Cigarro</i>	63
3.1.4 <i>Crack</i>	65
3.1.5 <i>Cocaína</i>	67
3.1.6 <i>Inalantes</i>	69
3.2 COMPORTAMENTO DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA ASSOCIADO AO EFEITO DE DROGAS.....	74
3.2.1 <i>Drogas e violência verbal e física entre alunos e entre professores e alunos</i>	74
3.2.2 <i>Drogas e ferimentos graves entre alunos</i>	82
3.2.3 <i>Drogas e presença de armas na escola</i>	86
3.3. AMEAÇAS E MORTES VIOLENTAS NAS IMEDIAÇÕES DA ESCOLA	90
3.3.1 <i>Morte/homicídios nas imediações da escola</i>	91
3.3.2 <i>Morte entre colegas em contexto de ameaças</i>	93
3.3.3 <i>Morte por adolescente usuário de crack, em acertos de conta de dívidas de drogas</i>	95
3.4. ASSÉDIO DE ALUNOS PARA O TRÁFICO DE DROGAS NO CONTEXTO SÓCIO-FAMILIAR	102
3.4.1 <i>Convivência de alunos com pais traficantes</i>	103
3.4.2 <i>Assédio dos traficantes “amigos” para vender drogas para os alunos</i>	107
3.4.3 <i>Alunos vendendo drogas na escola: a exploração de alunos pela rede do tráfico</i>	109
3.4.4 <i>A escola como ponto de tráfico à noite</i>	111
CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
COMPREENDENDO A RELAÇÃO DROGAS VIOLÊNCIA, NA ÓTICA DOS EDUCADORES SOCIAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	113

REFERÊNCIAS	123
ANEXO I.....	136
QUESTIONÁRIO SOBRE SITUAÇÕES-PROBLEMA RELACIONADAS A DROGAS E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DAS ESCOLAS: ÓTICA DE EDUCADORES SOCIAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	136
ANEXO II.....	143
PROJETO DE PESQUISA: A ESCOLA EM REDE NA PREVENÇÃO DA DROGADIÇÃO E DA VIOLÊNCIA	143

INTRODUÇÃO

A construção do objeto de estudo

Neste momento, apresento o objeto de investigação que foi delineado a partir do percurso pessoal da pesquisadora na condição de psicóloga, cujas atividades estão inseridas nas políticas públicas de segurança. Segue a contextualização do estudo realizado junto ao Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas na edição 2010; na Política Nacional sobre Drogas em sua colaboração intersetorial com a Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp, situando-se a conexão com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania/Pronasci com o Plano Nacional de Segurança Pública e com o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência/Proerd. Problematizamos os desafios e potenciais do contexto da segurança pública face às demandas sociais e, em especial, a atual e legítima demanda das escolas por prevenção do uso de drogas.

Trajetória profissional junto aos segmentos da segurança pública.

Acontecimentos diversos trouxeram elementos motivadores à realização deste estudo, dentre os quais minha experiência como psicóloga com atuação nos segmentos de segurança pública e a articulação com às atividades desenvolvidas no mestrado acadêmico.

Meu percurso como psicóloga foi iniciado na Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, nesse percurso fiz uma caminhada até a Sede da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, retomando o caminho daquela instituição de ensino, com a qual até hoje tenho vínculo no qual estou no exercício de minhas atividades, como Psicóloga, concursada pelo Governo do Distrito Federal.

Ao longo de minha carreira profissional, em momentos diversos, exerci várias atividades nas quais adquiri base de conhecimentos, num contínuo aprimoramento profissional, vencendo dificuldades, adaptando-me ao novo, ao que até então me era desconhecido. De forma gradativa fui aprendendo a lidar com situações das mais inusitadas, exercitando a resiliência, por vezes vergando-me ante as intempéries, quase ultrapassando meus limites, mas sem me deixar quebrar.

Não sendo policial, e sim psicóloga, numa instituição policial, fui inserida em diversas áreas ligadas ao comportamento e desenvolvimento humano. A princípio, atuei como generalista, acumulando experiências em diversas áreas da Psicologia e, pelas circunstâncias

típicas do ambiente de atuação, pude desenvolver atividades também no ensino, na formação e capacitação.

Passei a interagir com pessoas das diversas categorias funcionais que compõem o quadro das carreiras da polícia civil, bem como passei a melhor entender a natureza a cultura institucional, especificidade e funcionamento da organização. Um aprendizado profissional que me valeu experiências significativas, e por isso aqui cabe declinar aquelas atividades mais próximas de nossa temática. Dentre o amplo aprendizado profissional que me valeu experiências significativas, cabe aqui centrar naquelas atividades mais próximas da temática em estudo.

O despertar para o envolvimento na temática drogas e violência teve lugar inicialmente, ao assessorar e coordenar atividades do Centro Piloto de Educação e Prevenção ao uso de Drogas da Polícia Civil do Distrito Federal, direcionadas a dependentes químicos, adolescentes e seus familiares, ao manter contatos com escolas das várias regiões administrativas do Distrito Federal e entorno.

Da problemática vivenciada por crianças e adolescentes, inquietava-me entender o sofrimento daquelas pessoas e de suas famílias, bem como, de outros contextos relacionais, advindo do uso abusivo de drogas em contextos familiares e violência nas escolas. Lembrome de um fato que ficou vivo em minha memória, um adolescente, que conheci ainda criança, freqüentando a igreja, auxiliando nas missas (como coroinha). Seus pais faziam parte de movimentos de pastoral da paróquia. Mais tarde, já morando em outro bairro, tivemos a notícia de que aquele adolescente se envolvera em situações de riscos, com presença de violência e drogas, talvez de tráfico, e um tiro na coluna, o deixara paraplégico, então com 14 (quatorze) anos.

Doutra vez, realizando atividades com grupo de famílias, um toque de expressão firme e uma esperança desmedida no agir de uma mãe, pessoa simples, que num desvelo ímpar cuidava da manutenção de seu lar, cujo filho cumpria medidas protetivas e depois veio a falecer num tiroteio. Tantas outras histórias, me fizeram perceber ainda mais a importância de investir na compreensão do intrincado universo do ser humano.

Então optei por um aprimoramento de conhecimentos e, assim concluí, na Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, o curso de Especialização em Saúde do Adolescente, sempre instigada a investigar os conflitos interpessoais e formas de mediação.

Ao longo de minha carreira tive, e ainda tenho, a oportunidade de participar na elaboração e execução de projetos de cursos, bem como de participar, como instrutora, em cursos presenciais e a distância, abordando temáticas como Relações Interpessoais, Mediação de

Conflitos, Polícia Comunitária, Psicologia das Emergências, Tópicos em Psicologia relacionados à Segurança Pública, dentre outros, promovidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública/Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal(Senasp/SSP/DF) e pela Polícia Civil do Distrito Federal, ampliando a interação com servidores das diversas instituições que compõem o sistema de segurança pública.

Com a inserção em cursos presenciais realizados pela Escola Superior do Ministério Público da União(ESMPU), de iniciativa e promoção do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, novas oportunidades de interação se apresentavam, desta feita, com profissionais das escolas, servidores civis, policiais civis e militares, e famílias. E isto cada vez instigava-me à busca de compreender comportamentos de violência que transitavam no universo das relações interpessoais no contexto das escolas.

Na Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal(SSP-DF), à frente do Núcleo de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, vinculado à Subsecretaria de Planejamento e Capacitação, tive novas experiências na interação com servidores civis, policiais civis, militares, militares do Corpo de Bombeiros, dentre outros. Lá, acompanhei o processo de realização de uma pesquisa de vitimização no Distrito Federal, conheci o Programa de Polícia Comunitária e fui inserida na instrutoria de cursos que faziam parte daquele programa, o que também facilitou contatos com servidores dos diversos segmentos das instituições de segurança pública, instituições da área educacional, universidades, além de outros.

Somei experiência na atividade que exerci como Professora da Disciplina “Relações Humanas”, no ensino virtual, da Universidade Católica de Brasília, em curso oferecido à clientela de Policiais Militares do Distrito Federal.

Em vários projetos institucionais passei a interagir com escolas, professores, pais, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), dentre outros órgãos, ministrando aulas e outras atividades vinculadas às temáticas: relações humanas, conflitos interpessoais, mediação de conflitos, dentre outros, tendo o público de alunos, professores, pais e servidores. Vinculei-me também, como voluntária, ao Centro Brasileiro de Promoção e Integração Social (Integrar), organização não-governamental que assiste a adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal, cujas atividades me aproximaram do contexto de escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Paulatinamente, solidificavam-se os anseios, somavam-se experiências na procura de respostas e possíveis soluções, e me via cada vez mais inserida em contextos educacionais, formando elos consistentes na trajetória e envolvimento cada vez mais aguçado para a pesquisa nessa área.

A interação com adolescentes, pais, professores, profissionais das mais diversas áreas, bem como, o clamor daqueles que buscavam “uma luz num fim do túnel”, aliada à crença no ser humano e respeito às individualidades, mais despertava o ser pró-ativa e cooperar na busca de soluções assertivas.

Mais próxima daquela realidade da educação, as situações de conflitos interpessoais vivenciadas nas escolas me inquietavam, instigavam à ação e iam moldando o interesse em estudar as nuances que envolvem o comportamento humano e sua interação com o meio, seja no contexto da escola, da família, e em suas relações de pares.

Hoje, em exercício, na Divisão de Polícia Comunitária/Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, na prática cotidiana de elaboração e execução de projetos, dentre eles, aqueles vinculados às escolas e instituições de acolhimento a adolescentes, a lida em ministrar aulas na temática Relações Interpessoais dão conta de questões que revelam histórias delicadas, sofridas, difíceis e dolorosas que incluem situações-problema relacionadas às drogas e violência.

Iniciado o Mestrado Acadêmico na Universidade de Brasília fui convidada e participei durante um semestre, como supervisora de tutores de ensino à distância no Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas, promovido pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas (Prodequi), Universidade de Brasília (UnB) - edição 2009, promovido pela Senad e MEC e executado em parceria com a UnB.

Naquelas atividades de supervisão, com a leitura de participações dos fóruns de interação, pude conhecer narrativas de fatos vivenciados por aqueles educadores que me sensibilizavam, despertavam a atenção e traziam questionamentos no contexto complexo de violência e drogas e suscitavam a investigação. A partir daí, teve início o planejamento de ações para consolidação dessa pesquisa, objetivando favorecer o conhecimento de situações-problema presenciadas por cursistas, que pudesse suscitar estudos em prol de soluções, desta feita aproveitando a oportunidade de inclusão de polícias militares e ocupantes de outras atividades da segurança pública, inscritos no referido curso, aliada à minha experiência naquele segmento.

A pesquisa no contexto do curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas na edição 2010

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), as Secretarias de Educação Básica (SEB) e de Educação à Distância (SEED) do Ministério da Educação/MEC promoveram mais uma edição do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas, executado pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas/Prodequi/Universidade de Brasília-UnB, no exercício de 2010, cujos objetivos incluíam “capacitar educadores para uma abordagem de forma aberta, integrada, cooperativa e eficiente das situações do cotidiano escolar relacionadas ao uso de drogas, bem como para o adequado encaminhamento de usuários e familiares para a rede de serviços especializados”; e “instrumentalizar os educadores com conhecimentos científicos e técnicos que lhes permitam conceber, propor, planejar e se possível executar ações preventivas no âmbito das escolas”. Foi no contexto da oferta desta edição do curso que foi realizada a presente pesquisa, viabilizada pela inclusão de policiais militares, instrutores do Proerd e servidores da segurança pública, como cursistas. A edição 2010 contou com 1400 inscritos, em vagas abertas para a polícia militar, em sua maioria do Proerd. Cabe aqui destacar que esta oferta se deu em caráter piloto, atendendo demanda do próprio Proerd e também de reordenamento deste programa de prevenção como meta estabelecida no Plano de Trabalho do Prodequi/Senad, da edição 2010.

A área de pesquisa em torno da interface drogas e violência é atual e relevante, sendo alvo de intensos debates em todo o País. A inclusão de policiais proerdianos¹, nesta edição do curso como ação de capacitação, disponibilizou mecanismos que favoreceram a troca de informações nesta perspectiva. Tal condição de oferta do curso representou oportunidade especial para uma pesquisa sobre a ótica dos policiais em relação à temática das drogas e violência, ancorada em dados empíricos. Como o Plano de Trabalho da edição 2010, do curso para educadores de escolas públicas incluiu uma meta de pesquisa-ação, com previsão de um banco de situações-problema por policiais e por educadores, construiu-se, assim possibilidade de uma pesquisa nos moldes esperados e que ensejasse contribuir com reflexões acadêmicas, para as políticas públicas de segurança pública e sobre drogas em nosso país. Fixamos assim,

¹ Proerdianos – Policiais Militares, policiais educadores, que desempenham atividades nas escolas, no Programa Educacional de Resistência (Proerd).

nosso objetivo de investigar sobre a ótica dos agentes da segurança pública², aqui denominados educadores sociais da segurança pública, a respeito da relação drogas e violência, a partir do relato de situações-problema vivenciadas pelos mesmos no contexto da escola.

Objetivos:

Gerais:

- Compreender como os educadores sociais da segurança pública identificam as demandas de situações-problema, ocorridas no ambiente da escola e imediações, relacionadas às drogas e violência.

- Favorecer reflexões sobre as demandas trazidas do senso comum dos educadores sociais da segurança pública e sua aplicabilidade em produções científicas, subsidiando o implemento de políticas públicas e ações integradas que promovam a prevenção do uso de drogas e violência no ambiente das escola e imediações.

Específicos

1. Identificar situações-problema relacionadas às drogas e a violência, relatadas por educadores sociais da segurança Pública, no contexto da escola, considerando sua natureza e personagens envolvidos;

2. Analisar a associação drogas /violência na narrativa dos educadores sociais da segurança pública;

3. Relacionar acontecimentos presentes no cotidiano da escola e imediações que oferecem riscos aos adolescentes, às famílias e à comunidade escolar como um todo.

² - Agente de segurança pública, aqui denominado educador social da segurança, é uma denominação a utilizada, no senso comum, entre servidores que desempenham atividades fim no Sistema de Segurança Pública.

Como policial: é um cidadão qualificado emblematiza o Estado, em seu contato mais imediato com a população. Tem a missão de ser um “porta voz” popular do conjunto de autoridades das diversas áreas de poder (Brasil – Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Pronasci. Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária. Treze Reflexões sobre Polícia e Direitos Humanos – Ricardo Brisolla Ballestreri. 2007. 2ª Edição p. 58).

CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO, SITUAÇÕES-PROBLEMA, DROGAS, VIOLÊNCIA E A RESPONSABILIDADE DOS EDUCADORES

A arte de educar pressupõe desafios, onde quer que aconteça, e seu primor impõe caminhar por diferentes campos, seja da filosofia, seja das ciências, num exercício de diálogo entre o empírico e o teórico.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele... A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos....(Arendt, 1954/2000, citado por Gadotti, 2007, p.43).

A criança, objeto de educação, possui para o educador um duplo aspecto: é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação. (...) Na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la aos poucos a ele; na medida em que ela é nova, deve-se cuidar para que essa coisa nova chegue à fruição em relação ao mundo como ele é. Em todo caso, todavia, o educador está aqui, em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade” (Arendt, 1954/2000, pp. 234-239, citado por Assis, 2009, p. 28).

Lembramos Freinet, ao asseverar que “a criança traz em si os germes para o próprio desenvolvimento e realização. Basta o educador dar-lhe a palavra e lhe proporcionar os meios para manifestar-se. Assim, a criança vai querer expressar-se. Não o fará, se não sentir um clima de confiança e aceitação” (Elias, 2008, p. 38).

Na busca de aprender e transmitir o conhecimento teme-se a violência penetrando os espaços educacionais, seja na educação familiar, seja na educação escolar.

Aqui, tecemos inicialmente, considerações sobre o que configura uma situação-problema, seja como fatos do cotidiano, seja como forma e recurso do processo ensino-aprendizagem.

Situações-problema podem ser vistas como um acontecimento desfavorável, e com base nas reflexões de Macedo (2000) situações-problema dizem respeito a eventos da vida de cada indivíduo, momentos descritos como algo que envolvido em complexidade, e que por vezes impõe uma tomada de decisão, a mobilização de pessoas, bem como, a modificação de hábitos.

Nas relações interpessoais se impõe saber lidar com conflitos que são inerentes à convivência entre os seres humanos e constitui, assim, um desafio buscar agir com assertividade diante do inesperado que se apresenta como adverso.

O que é uma situação-problema? O que fazer se é sabido que situações-problema sempre estiveram presentes nas relações interpessoais? Entendemos que situações-problema apresentam-se, seja nas relações familiares, de trabalho, ou mesmo nos espaços escolares e imediações. Resulta da interação de seres humanos nos espaços e situações do cotidiano, no trato que se apresenta de forma dinâmica e sugere transformações. É algo que assume valor para as partes que a enfrentam e requer disposição em prol de superar obstáculos na lida com conflitos interpessoais.

O estudo de Macedo (2002) sugere, inicialmente, uma reflexão anterior a formulação de um posicionamento, que requer tempo, espaço, e envolve mobilização de recursos, criatividade e poder de decidir no intuito de retomar o equilíbrio e minimizar a problemática instalada nas relações interpessoais.

Uma das características da noção de competência para lidar com situações-problema envolve:

(...) desafiar o sujeito a mobilizar recursos no contexto de uma situação-problema para tomar decisões favoráveis ao seu objetivo ou às suas metas. Sabemos, e muitas vezes lamentamos, que nem sempre podemos ou nos permitimos, em uma determinada situação, recorrer a tudo o que dispomos em favor da solução dos problemas que ela envolve (Perrenoud, citado por Macedo, 2002, p. 122).

Retomando a compreensão de situações-problema nas relações familiares, de trabalho e nos diversos setores da sociedade, sugere-se que tais situações são acontecimentos que decorrem de lutas pela sobrevivência envolvendo a diversidade e singularidade de possibilidade de realizações. Entendemos assim, que situações reais do dia-a-dia, implicam em tomada de decisão no enfrentamento de adversidades. Cada situação-problema dispõe a compreensão do que é apresentado como “a ser resolvido”, que no momento desequilibra, perturba e problematiza.

1.1 Violência e drogas no contexto da escola

A violência e drogas presentes no contexto das escolas vêm sendo motivo de preocupação para famílias, profissionais de instituições educacionais e outras áreas sociais, resultando por vezes, em debates inflamados, bem como, em estudos acadêmicos, nos diversos países, que tem considerado a relevância do tema e suas implicações, criando oportunidade de conhecer diversas formas de manifestação da violência e sua associação ao uso de drogas. “Não deveríamos estar realizando pesquisas sobre a violência como um todo indivisível, mas, ao contrário, estar multiplicando pontos de vista (indicadores) que nos ajudem a encontrar o que é real num conceito que é ineficaz devido à sua generalidade” (Debarbieux, em Debarbieux & Blaya, 2002, p. 19).

Mas o que é violência?

Na psicanálise preceitua-se que: “a violência é inerente ao homem. A violência tem mobilidade, pode circular, pode estar delegada ao Estado ou retornar para o homem mas é destrutiva se contenta em submeter o homem, não em matá-lo” (Freud, citado por Piva et al., 2006, p. 2). E ainda, “tem-se de levar em conta que em todos os homens estão presentes tendências destrutivas e, portanto, anti-sociais e anti-culturais e, que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento na sociedade”. (Freud, 1927, pp. 4-5).

Se para Freud o comportamento violento tem sua razão na predisposição instintiva do ser humano e faz parte de seu organismo, em estudos de Bandura (1961), evidencia-se o comportamento agressivo como aprendido por imitação e por modelos cognitivos e comportamentais.

Consideramos assim, levando em conta a aprendizagem de modelos assimilados por meio do que foi vivenciado na primeira infância, que “*a criança agrega, ao seu repertório de ações, práticas de agir agressivas, que resultam em forjar, manipular, persuadir, coagir, e tantas outras manifestações de condutas anti-sociais*” (Graham-Bermann, 1998, citado por Maldonado e Williams, 2004, p.354).

Debates em torno da temática “violência” tem gerado uma aproximação dos estudos acadêmicos e o denominado senso comum - saberes e opiniões a partir de experiências vividas - que por vezes, aponta a violência como algo destrutivo, em sua essência. Abordar a violência como destrutiva, requer clareza na idéia de que ela procede de ações externas, seja nos comportamentos manifestados por pulsões, forças internas, por vezes inconscientes, dos indivíduos que a praticam, seja na dinâmica da ocorrência dos fatos (Diógenes, 1998).

Percebemos, nos dias atuais, a violência adentrando espaços escolares sob diferentes formas de manifestação. Assim, cabe evidenciarmos a preocupação de estudiosos que no século passado e ainda na época atual, deram e continuam a dar importantes passos para melhor entender “a violência juvenil e “violência e escola” (Selosse, 1972, citado por Debarbieux, 2001).

Diversos aportes teóricos, no universo complexo que envolve as relações interpessoais na escola, na família, e na comunidade, nos mostram a importância de compreender a violência que pode ocorrer tanto por manifestação de atos praticados por crianças e adolescentes, quanto de adultos, pais e professores.

Se tomamos conhecimento de atos de crianças e adolescente, por vezes, manifestos em comportamentos violentos, por exemplo, contra o meio ambiente, por outro lado, é válido contudo a compreensão de que podem existir situações de violência não favoráveis a essas mesmas crianças e adolescentes, que procedem da sociedade e, por vezes do próprio núcleo familiar (Levisky, 2001).

No contexto da escola é importante a compreensão de que nesse espaço o aluno integra ao seu desenvolvimento um saber que até então lhe era desconhecido e que aos poucos vai se incorporando ao seu repertório de vida. Com isso necessita de ajuda e apoio, e se, ainda não dispõe da força necessária para “completar essa viagem sozinho e chegar ao fim do caminho”, necessita de alguém que o direcione, guie e controle. O aluno tem manifestado assim, o desejo que o impulsiona e o mantém desperto, rumo ao novo que venha preencher o que da sua parte ainda não lhe foi apresentado (Imbert, 2003, p. 29).

Buscamos assim, a compreensão da violência no espaço escolar o que representa uma especificidade desta temática, numa perspectiva sistêmica, pois entendemos o pensamento sistêmico como uma nova forma de refletir e perceber a realidade, utilizando-se pontos de vista da interdisciplinaridade. Quando pensamos de forma sistêmica certamente relacionamos contextos sociais e seus desdobramentos. “Olhar a violência numa visão sistêmica significa pensar em relações, contextos e processos” (Rapizo, 2003, p. 01).

Entendemos que é preciso ter uma perspectiva não-linear, sabendo que a violência envolve múltiplos fatores. Imaginamos o espaço escolar como reunindo elementos integradores onde convergem atividades entre discentes e docentes cujas técnicas de aprendizagens são renovadas a cada dia.

O pensamento sistêmico permeia lidar com *a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade*. O que se passa entre as pessoas, seja na família, na escola, e em outras redes sociais do adolescente, é visto de forma a se ampliar o foco da observação. Ou seja,

manter-se interessado em entender o fenômeno, sem as premissas de uma causalidade linear, mas focando a atenção numa causalidade circular, em torno dos acontecimentos em análise (Vasconcelos, 2002).

A forma de abordar tais fenômenos é dinâmica, procurando entender o aqui e o agora das situações, que se alternam trazendo novos elementos, o que permite uma visão mais clara dos acontecimentos nos sistemas e subsistemas, que por vezes não foram alcançadas simplesmente por uma leitura linear de causa e efeito.

Destacamos que a opção pelo uso do pensamento sistêmico tem significado no intuito de direcionar a atenção de sua análise para articulação, evitando isolar os fatos. “Na vida diária normalmente nos movemos inconscientemente de um caminho explicativo para outro (...) e fazemos isso de acordo com o fluxo de nossas emoções e desejos em nossas relações interpessoais” (Maturama, citado por Vasconcelos, 2002, p. 162)

Na escola, na visão sistêmica, entendemos a importância de enfatizar o desenvolvimento de uma postura ética dos jovens, por meio de vivências do cotidiano, nas quais possam perceber que não há uma melhor verdade previamente estabelecida e que é fundamental a participação de todos na construção de melhores soluções, aquelas que respeitam todos os outros, e que seja possa atingir as novas gerações (Vasconcelos, 2002).

Violência na escola? De onde procede?

Debater a temática violência na escola oferece oportunidade de conhecer novos pontos de vistas, os que divergem, os que se assemelham e novas questões são levantadas. O trabalho empírico nos dá a conhecer fatos que caracterizam a violência cujas representações resultam de interações entre as pessoas e mesmo atitudes individuais. “A violência não é fenômeno novo, sempre existiu, sendo fator de preocupação quando se manifesta nas escolas” (Blomart, 2002, p. 35).

Charlot, apresentou a situação de violência na escola em três dimensões:

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar”. A violência à escola refere-se àquela “ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam”. A violência da escola caracterizada como “uma violência institucional, simbólica, que se expressa pela maneira como a instituição e seus agentes tratam os jovens (Charlot, 2002, p. 434).

A preocupação com situações de violência que se apresentavam na escola desde há muito tem marcado seus dirigentes e responsáveis. Já no período pós-guerra (I e II guerra mundial), na França, estudiosos, num impulso de melhor entender a concepção de violência na escola, que então parecia se apresentar como uma violência da escola, onde se mesclavam os resquícios de aprendizagens vivenciadas na cultura de guerra e, suas reflexões dão conta do formato de escola “*caserna*”, ou seja, de uma escola cuja forma de transmitir ensinamentos assemelhava-a aos quartéis (Oury e Pain, 1972).

Despontava uma nova forma de ver a escola e crescia o interesse de estudiosos em transformar conflitos vivenciados no ambiente da escola em momentos de aprendizagem. Começa a tomar forma a relação, onde a *pedagogia e a psicologia se interpenetram* (Elias, 2008).

Assim, já naquela época, iniciava-se a empreitada em busca de reconhecer a concepção do espaço escolar como uma “*estrutura de acolhida*”, termo utilizado por Ricouer, quando se refere a teoria da educação (Gadotti, 2000).

Bem mais adiante, a partir da década de 80/90, encontramos uma ampla literatura com destaque para a dedicação de pesquisadores que, impulsionados pelas inquietações sobre acontecimentos acerca da violência que se fazia presente no espaço escolar, trouxeram novas contribuições ampliando o panorama de informações e debates. Jacques Pain, na França, em 1992, apresenta estudo intitulado: “Escola: violência ou educação” e, depois de forma ,mais ousada, aparecem Meirieu e Guiraud, em 1997, com o trabalho: “Escola ou guerra civil”. Estes estudos muito chamaram atenção, principalmente por serem editados em uma época em que a violência nas escolas era vista como “tabu” (Montoya, 2002).

Dentre outros fatores, entendemos que as questões ideológicas, bem como, questões relacionadas “à decadência dos valores familiares e a um suposto excesso de indulgência por parte dos professores, demonstrando assim a deficiência das políticas e, de maneira geral, a fragilidade do Estado” foram dando impulso a debates em torno da problemática violência nas escolas (Montoya, 2002, p. 104).

A comunidade acadêmica demonstrando interesse em estudar a temática violência, que envolvia o espaço escolar realizou, em 1997, na cidade de Utrecht, na Holanda, uma conferência reunindo especialistas que na ocasião apresentaram dados de pesquisas realizadas em diversos países da Europa. O encontro aconteceu “nos limites da prudência”, e naquela ocasião houve um cuidado na utilização do termo “violência”, utilizado de forma velada, com destaque então para os termos “segurança nas escolas” (Debarbieux, 2002).

Os debates da conferência de Utrecht foram realizados e, embora com opiniões diversas destacaram resultados como a falta de dados científicos confiáveis; variação na conceituação do termo violência, conforme as definições dos diversos países participantes; e dificuldade nas comparações internacionais seja pelas várias formas de definir a temática violência nas escolas, seja pelas divergências entre as práticas e metodologias de pesquisa (Debarbieux, 2003).

Levantamentos realizados por Debarbieux e Montoya, em 2000, intercalando intervalos repetidos de diversos anos denotavam o aumento de situações que diziam respeito a crueldades nas vitimizações e na violência propriamente dita (Debarbieux e Deuspienne, 2003).

São inúmeras as contribuições de destaque sobre a temática violência nas escolas. Do francês Debarbieux e colaboradores (2002) são concedidas atenção as pesquisas que abordam tanto escolas internacionais como brasileiras.

Destacamos, como contribuição de Debarbieux em parceria com Kadija Révolte Deuspienne, críticas quanto a pesquisadores, como, - apresentar registro exclusivo da delinquência “*aparente*”, e não a delinquência real, resultando uma “*cifra negra*”, que diz respeito a lacuna entre a totalidade e o que é registrado”; “a de criar o fenômeno falando dele”, oferecendo aos que tomam conhecimento da pesquisa, uma visão exagerada, e oferecendo *uma visão reducionista das situações* que despreza importantes dados obtidos na realização da pesquisa; e ainda, quanto as informações obtidas, por vezes são restritas, no que diz respeito a crimes e delitos que acontecem no ambiente escolar e põem a ênfase nos acontecimentos trágicos (Debarbieux, 2003).

Ainda daquelas estatísticas oficiais referidas no parágrafo anterior, vale assinalar o destaque ao trabalho dos pesquisadores que se preocuparam em demonstrar, às vezes, de forma insistente e repetitiva, a necessidade de precisa de resistir às tentações de excesso de segurança, que se alimentam dos acontecimentos extraordinários que despertam atenção do público e dos políticos (Downing, citado por Debarbieux, 2003).

Como exemplo, nos Estados Unidos, os vários assassinatos ocorridos nos estabelecimentos escolares foram estampados nas manchetes de jornais do mundo inteiro, apresentando a escola americana como um lugar de violência que amedronta, o que pode ser verdade em determinadas situações, contudo, tende a mostrar o problema exclusivamente como uma forma de banalização da violência urbana nos Estados Unidos. (Debarbieux e Deuspienne, 2003, p. 15).

Indicadores de que a violência e condições sociodemográficas da população escolar tem elevado grau de dependência revelam que quanto mais socialmente carente for a população da escola, mais degradada será a atmosfera e mais profundo o sentimento de insegurança ((Hayden e Blaya, 2002)

Já o pesquisador Selosse, num estudo desenvolvido para o Conselho da Europa, intitulado “O papel da escola na prevenção da delinqüência juvenil” destaca a preocupação com a prevenção, que deve ser estendida à escola. Selosse considera a escola como lugar privilegiado para preparar o indivíduo para a vida em sociedade, que tem dentre outras tantas, a função de transmissão de valores e normas, de conhecimentos e técnicas, de preparação para mudanças numa sociedade que está em constante mutação (Selosse, 1972-1996).

No período da década 80/90, na França, novos estudos e relatórios oficiais traziam situações de sofrimento de alunos e de professores. São pioneiros os trabalhos de Pujade-Renaud, 1983,1984; Douet, 1987; Zimmerman, 1982; Debarbieux, 1990, cujo teor dava o tom de grave para a problemática vivenciada nas escolas (Montoya, 2002).

Ainda da Europa, Barrier e Pain (1997), se incumbiram de fazer um estudo comparativo em 12 escolas da Alemanha Inglaterra e França. Como resultado, considerando a cultura de cada país, aqueles autores identificaram que cada país elabora uma definição específica do que é entendido como violência, assim, a grande diversidade de percepções dos atos de violência é correlata aos contextos nacionais (Hayden e Blaya, 2002).

Em algumas pesquisas inglesas encontramos indicadores de comportamento violentos e agressivos nas escolas, citados por Hayden e Blaya (2002, p. 66), dos quais destacamos algumas áreas principais: “a) comportamento de alunos (Elton, 1989; Tattum, 1993; Pearce e Hillman, 1998; Hayden, 1997; b) Interação entre alunos e professores; c) padrões éticos da escola (MsManus, 1988; Sammons, 1995) e d) comportamentos de estranhos na área escolar” (Gill e Hearnshaw, 1997) .

Passemos a um breve panorama de escolas brasileiras:

Do Brasil, Debarbieux e colaboradores, sob o título de “Escolas inovadoras: um retrato de alternativas”, fazem referência a estudos da equipe da professora Miriam Abramovay; da Professora Marileine da Silva da Professora Maria Helena da Silva Ramos, e da Professora Miriam Maria da Paz (Debarbieux, Révolte, Blaya, Royer, Ortega, Cowie, Prina & Abramovay, 2003).

Assim, iniciando pela citação da pesquisa de Abramovay, cuja temática versou sobre “Violências nas escolas”³, viu-se que tais fenômenos não se restringem unicamente à escola, a alunos e professores, mas envolvem questões “estruturais da sociedade brasileira, sejam as desigualdades econômicas e sociais, e mesmo valores e comportamentos dos sujeitos envolvidos na problemática. O trabalho de Abramovay investiga percepções de alunos, professores, pais, corpo técnico das escolas acerca da problemática violência no ambiente das escolas (Debarbieux et al, 2003).

O segundo estudo, do Colégio Márcia Meccia, localizado na periferia de Salvador⁴, traz relatos da pobreza, da insegurança, do desemprego, das escassas oportunidades de lazer, dentre outros aspectos, como necessidades básicas não atendidas, destaca-se a violência como um grave problema afetando a comunidade jovem daquele bairro. Brigas, agressões verbais, furtos de material escolar, agressões físicas, casos de violência sexual, agressões que resultaram em mortes, dentre outras situações, foram trazidos nos relatos que dão conta de um diagnóstico da situação daquela comunidade. A partir da constatação de tais situações houve a sensibilização da comunidade intra e extra-escolar com desdobramentos de ações bem como, adoção de estratégias nas perspectivas presentes e futuras (Debarbieux et al, 2003).

O terceiro estudo⁵ que aqueles pesquisadores destacaram fala sobre a escola como a única unidade social pública presente na localidade. Nas imediações da escola o tráfico de drogas se faz presente, e ex-alunos e familiares estão envolvidos. Como resultado das atividades desenvolvidas por aquela escola houve uma menor influência do tráfico no dia-a-dia da escola. Houve ainda a ocorrência de morte de cinco professores na Baixada Fluminense, dos quais três foram no Município de Duque de Caxias. O trabalho desenvolvido atualmente por aquela escola tem sido aproveitado como forma de aperfeiçoar o desempenho dos alunos e de ex-alunos. A escola possui um Núcleo Cultural, que oferece oficinas de teatro e dança dentre outras atividades., desenvolve o Projeto Escolas de Paz, da Unesco, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, o Projeto Lixo Urbano, que envolve a comunidade, abordando aspectos de higiene, tratamento de lixo, dentre outros, como oficinas

³ Pesquisa realizada no exercício de 2000, nas seguintes capitais de unidades da federação do Brasil, e Alagoas (Maceió), Amazonas (Manaus), Bahia (Salvador), Ceará (Fortaleza), Distrito Federal (Brasília), Espírito Santo (Vitória), Goiás (Goiânia), Mato Grosso (Cuiabá), Pará (Belém), Pernambuco (Recife), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Santa Catarina (Florianópolis) e São Paulo (São Paulo) (Debarbieux, 2003, p. 186).

⁴ *Um relato de resistência: a hora e a vez do Colégio Márcia Meccia*”, sob a direção da Professora Marileine da Silva (Debarbieux et al, 2003).

⁵ *“Ousar é preciso: O trabalho da Escola Estadual Guadalajara”*, narrativa de uma escola localizada um bairro carente, no Município de Duque de Caxias - Rio de Janeiro, sob a direção da Professora Maria Helena da Silva Ramos (Debarbieux, 2003, p. 186).

de “contação de histórias e produção de textos”, Grêmios Estudantis, Jornada Pedagógica, atividades desenvolvidas em prol de minimizar a violência e a valorização da auto-estima (Debarbieux et al, 2003).

Por fim, o trabalho relacionado a uma escola localizada no bairro Linha do Tiro, Recife, Pernambuco⁶. Trata-se de uma escola localizada num lugar de passagem de transeuntes, o que propiciou os primeiros embates sofridos pela escola. A construção de muros para garantir mais segurança e evitar invasões de grupos rivais de jovens incomodou e a escola enfrentou dificuldades, que incluíam construção, derrubada e reconstrução de muros e a conquista final, firmar-se e manter o muro de proteção da escola. Ainda com relação à localização geográfica, está próxima a uma feira e assim, se por um lado oferece oportunidade de trabalho, de outro a escola lida com dificuldades, dentre as quais a facilitação de uso de drogas, bem como, o fato de que alguns alunos passaram a apresentar comportamentos agressivos, com destaque para um caso de um aluno com problemas mentais, que certa vez foi obrigado “a beber urina”. Aquela instituição de ensino passou a desenvolver atividades atentas às necessidades da realidade local, tais como, reuniões com os pais, busca de soluções as várias questões que afetam à vida daquela escola. Está incluída no Programa Escola Aberta, e na equipe do Programa “O Mestre Lua”. Realiza o Projeto Cultural Pernambuco, que percorre escolas, com seu grupo de danças, formado por 45 crianças e 55 jovens (Debarbieux et al, 2003).

No decorrer dos anos “(...) “A discussão sobre a violência no Brasil foi adquirindo importância, nos últimos dez anos, mobilizando cientistas sociais, pedagogos, filósofos, economistas e juristas”. Para a pesquisadora Alba Zaluar, José Vicente Tavares dos Santos é um dos teóricos, que mais tem refletido sobre a temática, definindo a violência como “uma forma de sociabilidade na qual se dá a afirmação de poderes, legitimados por um determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social. Assim, a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. Sua forma social contemporânea estaria expressa no “excesso de poder que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça – mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea” (Tavares dos Santos et al, citado por Zaluar & Leal, 2001, p. 148).

No artigo intitulado “Um breve balanço da pesquisa escolar no Brasil”, a pesquisadora Marília Pontes Sposito faz um apanhado dos vários estudos acerca das relações entre violência e escola no Brasil, a partir dos anos 80 e ressalta um quadro importante do

⁶ “E assim, apesar das grandes dificuldades, a comunidade da linha de tiro e a escola Padre Nércio vem, juntas, fazendo sua história”. Professora Miriam Maria da Paz – Diretora da Escola

fenômeno no Brasil, apresentando a dimensão de ocorrências em diversas cidades brasileiras. A preocupação, a priori, de tecer considerações sobre a temática “violência e escola”, fruto de reflexão e de análise de fontes diversas relacionadas a temática violência nas escolas públicas na região da grande São Paulo, no período de 1980 a 1992. A autora traz reflexões sobre o sentido da escola naqueles dias e como se situavam as questões da violência (Sposito, 2001).

Do trabalho de Sposito, destacamos a reflexão que a autora faz dos estudos de Guimarães, dentre eles os realizados em 1984⁷ e 1990⁸, que revelam, no primeiro (1984), a existência da violência, não só nos estabelecimentos de ensino onde a disciplina era rígida, bem como, naqueles onde a permissividade e desorganização se faziam notar; no segundo (1990) é destacado que a presença de policiais resultava na diminuição de vandalismo e por outro lado no aumento de brigas-agressões físicas entre alunos (Sposito, 2001).

Nos anos da década de 90, surgem agrupamentos de jovens, as práticas observadas nas escolas como padrão de violência passam a ser conhecidas não como vandalismo, mas também começam a surgir os conflitos interpessoais com práticas de agressão. Sposito, faz ainda, referência ao estudo de Eloísa Guimarães, 1995⁹, onde são abordadas questões que ocorrem no ambiente externo da escola, de um lado à mercê do crime organizado e, por outro, sendo espaço de disputas de grupos de jovens - galeras rivais, movimentos juvenis. Os detentores das ações do tráfico buscam a ampliação territorial, já os jovens e suas galeras, buscam inviabilizar atividades regulares das escolas (Sposito, 2001).

A violência na escola traz preocupação por comprometer diretamente agressores, vítimas e testemunhas dessa violência. O estudo da violência favorece o rompimento de afirmações que consideram a escola exclusivamente como lugar de conhecimento, contrapondo o de formação da pessoa, de educação como veículo, por excelência, do exercício da aprendizagem da ética e da comunicação, por diálogo. (Abramovay, 2002, p. 26).

O bullying e o cyberbullying

O bullying é um fenômeno que tem acontecido em diversas partes do mundo e tem sido motivo de preocupação, evoca medo e mesmo indignação. “A violência entre escolares,

⁷ *Relações entre vigilância, punição e depredação escolar*. Dissertação (Mestrado) Maria Áurea Guimarães. Campinas; 1984. 183p. Faculdade de Educação da PUC de Campinas.

⁸ *A depredação escolar e a dinâmica da violência*. Tese de doutorado de Áurea Maria Guimarães. Campinas; 1990. 471 p. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da UNCAMP.

⁹ *Escolas, galeras e narcotráfico* - Tese de doutorado de Maria Eloísa Guimarães. Rio de Janeiro. Departamento de Educação. PUC-RJ. 1995.

desencadeada de forma repetida contra uma mesma vítima ao longo do tempo e dentro de um desequilíbrio de poder, é conhecida como bullying” (Fante, 2005, p. 15).

O bullying vem se desenvolvendo nos espaços escolares, por vezes resultando em prejuízos psíquicos daqueles que são vitimizados, está envolto em um conjunto de sinais e sintomas específicos, caracterizando uma nova síndrome, denominada por Fante, como a Síndrome de Maus-Tratos Repetitivos/SMAR (Pedra, em Fante, 2005). As manifestações de comportamentos que são caracterizados como bullying podem induzir ainda outras formas de violência (Pedra, em Fante, 2005).

De origem inglesa, o termo em seu significado evidencia o desejo manifesto de alguém, cujas intenções são de produzir ferimentos físicos ou psicológicos a outra pessoa. São comportamentos que fogem aos padrões sociais aceitos na convivência entre as pessoas, pois, são impregnados de hostilidade, prepotência e provocam tensões, terror, dentre outros males.

Entendemos que são comportamentos que ocorrem nos espaços escolares, nas relações familiares, nos grupos de vizinhança, e outros contextos sociais. Manifestam-se, seja na forma de violência física ou verbal, com intenção de ferir, humilhar, e mesmo com disposição de expor colegas a situações vexatórias, dentre outras formas de intimidação. Esses comportamentos tem adquirido crescente dimensão, principalmente, na escola, em todos os níveis de escolaridade.

(...) Aliada à violência explícita uma outra forma de violência deve despertar a atenção dos profissionais de educação: aquela que se apresenta de forma velada, por meio de um conjunto de comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos, prolongadamente com uma mesma vítima e, cujo poder destrutivo é perigoso à comunidade escolar e à sociedade como um todo (Fante, 2005, p. 21).

Uma das formas também de praticar o bullying é o cyberbullying “ (...) que envolve ações ou comportamentos negativos desenvolvidos por redes virtuais e do uso de outras tecnologias da informação e comunicação” (Lima, 2011, p.61).

O uso da Internet, em particular, pelos adolescentes e jovens tem contribuído pela acentuada prática do cyberbullying, pois, trata-se de ações que compreendem, por exemplo, o envio de textos e imagens que possam levar a constrangimentos moral de pessoas, como a divulgação proposital, em ambiente virtual, de dados pessoais, por vezes, envoltos em

ameaças. “O cyberbullying diz respeito a tentativas de intimidar ou envergonhar outras pessoas por meio da publicação de vídeos violentos. São incidentes que ocorrem nas redes sociais da Internet, consideradas espaços públicos populares, entre os jovens” (Lima, 2011, pp.31- 32).

Na obra, *Cyberbullying e outros riscos na Internet: despertando a atenção de pais e professores*, publicação de 2011, da Psicóloga Ana Maria de Albuquerque Lima, encontramos indagações quanto a possibilidades de que tais ocorrências possam estar afetando a rotina das escolas. A autora destaca a importância de pais e educadores estarem em atitude de alerta quando se pensa em “tendências do uso de programas de computadores, *software* livre, em situações que envolvem as tecnologias educacionais no Brasil”.

As vítimas do bullying e do cyberbullying geralmente são alunos que se destacam dos demais, no que diz respeito a uma característica física ou mesmo intelectual, seja por exemplo, na demonstração de um desempenho, ou abaixo da média ou superior a média.

Destarte, é importante o destaque para o papel da escola, na prevenção de comportamento de risco nas atividades realizados no ambiente virtual, sobretudo se levarmos em conta a utilização da inclusão digital, como é o caso das redes sociais. Recomenda-se que os educadores utilizem técnicas que incluam trabalhos de prevenção, o que sem dúvida, requer atualização e prioridades no desenvolvimento de “*uma relação dialógica*” no ensino que propicie ao aluno, o respeito ao conhecimento de tecnologias e as informações recebidas por meio digital (Lima, 2011).

Cabe considerar que a escola não pode ser vista com um contexto isolado da família. “A criança sempre foi estudada em relação à família ou em relação à falta de uma” (Winnicott,2005, p. 123).

Entendemos importante dedicar um olhar ao papel da família na compreensão de situações-problemas relacionadas às drogas e a violência no contexto das escolas e imediações.

A sociedade passa a ter forma com o surgimento da família, da religião, do Estado, das leis, das instituições educacionais. Estruturada em instituições, a sociedade passa a emanar autoridade moral e a ter materialidade e visibilidade.

Com relação à família é o primeiro agrupamento, e de todos os agrupamentos é o que está mais próximo de ser um agrupamento da unidade da personalidade. (...) quando dizemos que família é o primeiro agrupamento estamos falando muito naturalmente em termos do crescimento do indivíduo e isso se justifica pelo fato de que a mera passagem

do tempo não tem vínculo com a vida humana que se compare, em força, ao vínculo que se relaciona ao fato de que num certo tempo, cada pessoa começa sua vida e, por um processo de crescimento, faz com que uma área do tempo seja pessoal (Winnicott, 2005, pp. 125-126).

A família como núcleo fundamental de proteção tem o papel de oferecer afeto e contribuir para a socialização da criança e do adolescente, que incluem como parte de uma rede múltipla e complexa que evoca aspectos históricos, culturais, legais e emocionais. Daí, a ênfase na função das redes sociais, como suporte no desenvolvimento, mudança e situações de crise na família (Sudbrack e Pereira, em Sudbrack et al, 2003, p. 169).

A família nuclear onde estão presentes pai, mãe e filhos, não foi sempre assim. É resultado da influência de mudanças na forma de atuação de outras instituições como a Igreja, o Estado, que há alguns séculos passaram a valorizar o “sentimento de família”. Assim, os laços familiares começaram a ser reconhecidos socialmente e a educação e criação de crianças nascidas da união de um casal passa a ser, cada vez mais, da responsabilidade da família (Ariès, 1978, citado por Szymanski, 2010, p. 47).

Com a criação de um novo núcleo familiar, uma nova cultura vai se formando – o que acontecia na “família de origem” por vezes se repete, outras adquirem novos significados. Tais mudanças são influenciadas pelo grau de abertura da nova família, assimilação de valores de outros grupos que estão em volta como grupos de trabalho, de comunidade, amigos. O que também tem íntima ligação com a disponibilidade de aceitar a contribuição dos filhos, que constituem a geração nova, com vivência e compreensão de uma realidade “em que os pais não vivem e estes o interpretam na perspectiva de geração passada” (Szymanski, 2010).

O ensino informal é transmitido pela família. Assim, é a família que oferece suporte à pessoa para a vivência de suas relações sociais, afetivas, e mesmo pode ser tida como referencial para o criar, o educar e proteger.

As instituições família e escola tem a importante missão de preparar crianças e adolescentes para a vivência de experiências futuras na sociedade. Por exemplo, o aprendizado do que é “belo” e o que é “feio”, dentre outros se constituem informações primeiras do universo do qual fazemos parte e que podem ser vistos como acolhedoras ou hostis, com tais e tais regras, costumes e linguagens (Szymanski, 2010).

Na família se vivencia a sensação de pertencimento ou não a um grupo dela se depreende amparo e apoio ou não, e na ausência dele há o comprometimento do processo de

socialização. O sistema familiar apoiando-se em sua capacidade autogestiva, ou seja, está sempre procurando encontrar uma forma de se organizar diante de sua desorganização (Sudbrack e Pereira, em Sudbrack et al, 2003, p. 170).

Na proposta do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas a família é parceira da escola compartilhando responsabilidades, desempenhando papéis, na busca de ajudar, compreender e agir em busca da assertividade. Mesmo que atualmente, possa se configurar de forma diferente da estrutura familiar tradicional, ainda constitui-se um importante referencial, seja nos aspectos de afetividade, cuidados e proteção.

1.2 Epidemiologia do uso de drogas¹⁰

Apresentamos tabelas e figuras extraídas do VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada nas Capitais Brasileiras, realizado pelo Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas (Cebrid).

O levantamento traz, pela primeira vez, escolas da Rede Privada de Ensino alcançadas pela pesquisa, com uma amostra representativa das 27 capitais brasileiras, com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio, num total de 512 escolas da Rede Pública de Ensino e 277 escolas da Rede Particular de Ensino.

Conforme consta desse levantamento, os dados foram analisados seguindo o padrão de pesquisa adotado pela Organização Mundial de Saúde (Carlini-Cotrim et al, 1989): **uso na vida**: quando a pessoa fez uso de qualquer droga psicotrópica pelo menos uma vez na vida; **uso no ano**: quando a pessoa utilizou droga psicotrópica pelo menos uma vez nos doze meses que antecederam a pesquisa; **uso no mês**: quando a pessoa utilizou droga psicotrópica pelo menos uma vez nos trinta dias que antecederam a pesquisa; e **uso frequente**: quando a pessoa utilizou droga psicotrópica seis ou mais vezes nos trinta dias que antecederam a pesquisa. **uso pesado**: quando a pessoa utilizou droga psicotrópica vinte ou mais vezes nos trinta dias que antecederam a pesquisa. Para a estatística inferencial foi utilizado o teste de qui-quadrado com nível de significância de 5%, levando em consideração a estrutura da amostra complexa.

¹⁰ VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL. Pesquisador Principal: Elisaldo Luiz de Araújo Carlini. Responsável Técnica pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte.

O asterisco ao longo das figuras foi utilizado para destacar a representatividade das diferenças estatísticas.

Destacamos, dados comparativos entre o Levantamento de 2010 e o levantamento anterior, realizado em 2004¹¹, para conhecimento da prevalência quanto às drogas mais consumidas.

A diminuição do consumo de drogas, que se verifica no exercício de 2010, segundo conclusões da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, é atribuída ao direcionamento de atividades, como, a capacitação de professores, ações conjuntas com as lideranças comunitárias, o implemento de redes sociais, dentre outras ações.

Tabela 1 – Uso de drogas psicotrópicas entre 50890 estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada das 27 capitais brasileiras, de acordo com os tipos de usos e as diferentes drogas individualmente.

Ano 2010

Tipo de Droga	Tipos de Uso % ⁽⁵⁾				
	Vida ⁽³⁾	Ano ⁽⁴⁾	Mês ⁽⁴⁾	Frequente ⁽⁴⁾	Pesado ⁽⁴⁾
Maconha	5,7	3,7	2,0	0,3	0,4
Cocaína	2,5	1,8	1,0	0,2	0,2
Crack	0,6	0,4	0,3	0,0	0,1
Anfetamínicos	2,2	1,7	0,9	0,1	0,3
Solventes/ Inalantes	8,7	5,2	2,2	0,2	0,3
Ansiolíticos	5,3	2,6	1,3	0,1	0,1
Anticolinérgicos	0,5	0,4	0,2	0,0	0,0
Analgésicos Opiáceos	0,6	-	-	-	-
Esteróides/ Anabolizantes	1,4	-	-	-	-
Ópio/ Heroína	0,3	-	-	-	-
LSD	1,0	-	-	-	-
Êxtase	1,3	-	-	-	-
Metanfetamina	0,3	-	-	-	-
Ketamina	0,2	-	-	-	-
Benflogin [®]	0,4	-	-	-	-
Energético com Álcool	15,4	-	-	-	-
Qualquer droga⁽²⁾	25,5	10,6	5,5	0,8	1,1
Tabaco	16,9	9,6	5,5	0,7	1,5
Álcool	60,5	42,4	21,1	2,7	1,6

Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL.

Nota: Rede pública engloba as escolas municipais, estaduais e federais.

¹¹ Brasil – V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino – 2004 - Fonte: OBID- Observatório Brasileiro de Informação Sobre Drogas.

- (1) A partir do 6º ano.
- (2) Excluindo álcool e tabaco.
- (3) maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos, analgésicos opiáceos, esteróides
anabolizantes, ópio/heroína, Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD), êxtase, metanfetamina, ketamina, benflogin®, energético com álcool.
- (4) maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos.
- (5) Dados ponderados e expressos em porcentagem.

As drogas lícitas álcool e tabaco, em relação às outras drogas, apresentaram os maiores índices de consumo, para *uso na vida, uso no ano, uso no mês, uso freqüente e o uso pesado*, apresentando menor índice apenas em relação ao consumo de qualquer droga e para o consumo de energéticos, considerando *uso na vida*.

Chamam atenção os maiores índices para o consumo de solventes, considerando *uso na vida, uso no ano e uso no mês*.

Quanto aos ansiolíticos e anfetamínicos, surpreende entre estudantes, os altos índices de consumo, considerando a indicação e restrição do uso, sob controle e prescrição médica.

A maconha, dentre as ilícitas, aparece com altos índices em relação as outras drogas ilícitas, para *uso na vida, uso no ano, uso no mês, uso freqüente e o uso pesado*.

A cocaína, dentre as ilícitas, para *uso na vida, uso no ano, uso no mês, uso freqüente e o uso pesado*, aparece em quinto lugar.

O crack, considerando as categorias, *uso na vida*, se iguala ao consumo de analgésicos/opiáceos, e começa a aparecer nas categorias *uso no ano, uso no mês e uso pesado*.

Os analgésicos/opiáceos, esteróides, anabolizantes, ópio e heroína, Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD), êxtase, metanfetamina, ketamina, Benflogin e energéticos com álcool, aparecem na pesquisa, apenas na categoria uso na vida. Os energéticos com álcool, consumo entre os estudantes apresentam um índice alto de consumo.

Tabela 2 – Uso de drogas psicotrópicas entre 50890 estudantes do ensino fundamental(1) e médio das redes pública e privada das 27 capitais brasileiras, de acordo com os tipos de usos e as diferentes drogas, por rede de ensino.

Ano 2010

Tipo de Droga	Tipos de Uso % ⁽⁵⁾									
	Vida ⁽³⁾		Ano ⁽⁴⁾		Mês ⁽⁴⁾		Frequente ⁽⁴⁾		Pesado ⁽⁴⁾	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Maconha	5,8	5,1	3,7	3,9	2,0	1,9	0,3	0,4	0,5	0,3*
Cocaína	2,8	1,5*	1,9	1,0*	1,2	0,4*	0,2	0,0*	0,2	0,1*
Crack	0,7	0,2*	0,4	0,2*	0,3	0,2*	0,1	0,0*	0,1	0,0
Anfetamínicos	2,1	2,7*	1,6	2,2*	0,9	1,1*	0,1	0,2	0,3	0,2
Solventes/ Inalantes	8,1	10,9*	4,9	6,3*	2,2	2,2	0,2	0,1	0,3	0,2*
Ansiolíticos	4,6	7,9*	2,1	4,6*	1,2	1,9*	0,1	0,1	0,1	0,2
Anticolinérgicos	0,5	0,6	0,4	0,4	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0
Analgésicos Opiáceos	0,5	0,9*	-	-	-	-	-	-	-	-
Esteróides/ Anabolizantes	1,3	1,7*	-	-	-	-	-	-	-	-
Ópio/ Heroína	0,3	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-
LSD	0,8	1,6*	-	-	-	-	-	-	-	-
Êxtase	1,2	1,5*	-	-	-	-	-	-	-	-
Metanfetamina	0,3	0,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Ketamina	0,2	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Benflogin®	0,4	0,6*	-	-	-	-	-	-	-	-
Energético com Álcool	14,8	17,7*	-	-	-	-	-	-	-	-
Qualquer droga⁽²⁾	24,2	30,2*	9,9	13,6*	5,3	6,2*	0,9	0,8	1,2	0,8*
Tabaco	17,9	13,1*	9,8	8,7	5,8	4,3*	0,7	0,7	1,7	0,7*
Álcool	59,3	65,0*	41,1	47,5*	20,6	23,0*	2,5	3,6*	1,7	1,1*

Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL.

Nota: Rede pública engloba as escolas municipais, estaduais e federais.

(1) A partir do 6º ano.

(2) Excluindo álcool e tabaco.

(3) maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos, analgésicos opiáceos, esteróides anabolizantes, ópio/heroina, LSD, êxtase, metanfetamina, ketamina, benflogin®, energético com álcool.

(4) maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos.

(5) Dados ponderados e expressos em porcentagem.

* indica significância estatística com $p < 0,05$; Teste de Qui-quadrado..

As drogas ilícitas, considerando a categoria *uso na vida*, como a maconha, cocaína, crack e ketamina, apresentaram maiores índices entre estudantes de escolas da rede pública. Nas escolas da rede privada, destacam-se os altos índices para os solventes e ansiolíticos, Esteróides /anabolizantes, LSD, êxtase, Metanfemina, o beflogin, e qualquer droga.

Quanto a categoria *uso no ano*, a cocaína aparece com um maior índice entre estudantes de escolas da rede pública, a maconha aparece com maior índice, entre os estudantes de escolas da rede privada.

Quanto as drogas lícitas, considerando as categorias *uso na vida*, *uso no ano*, *uso no mês* e *uso pesado*, exceto *uso freqüente* – que permanece o mesmo índice, entre os estudantes, o tabaco aparece com um consumo maior entre os estudantes das escolas da rede pública; e o álcool, com um consumo maior entre os estudantes de escolas da rede privada, exceto na categoria *uso pesado*.

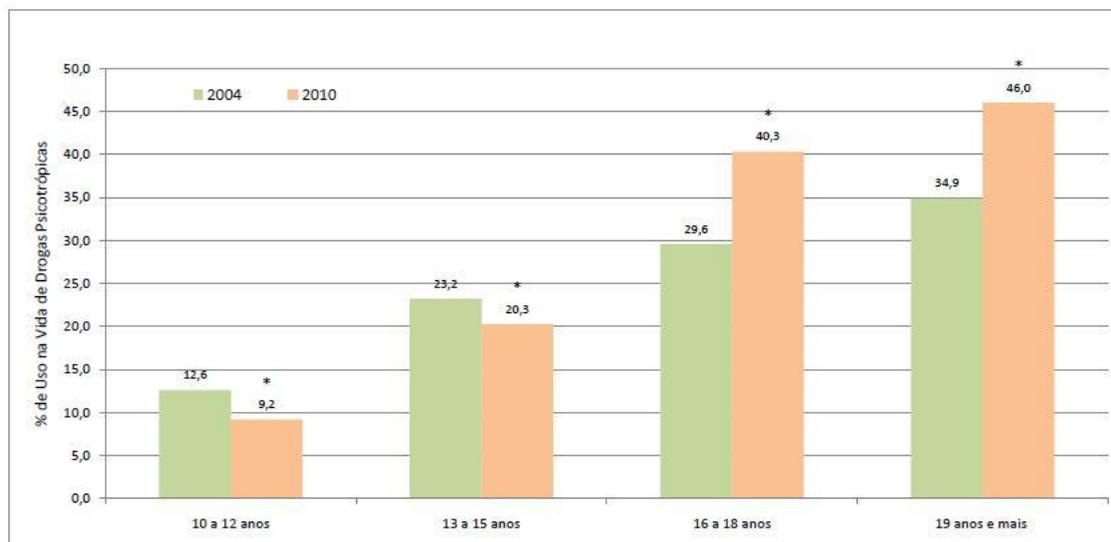
Quanto a categoria *uso no ano*, entre as drogas ilícitas, a cocaína aparece com um maior índice entre estudantes de escolas da rede pública. A maconha, os solventes, anfetamínicos, os solventes, ansiolíticos e qualquer droga aparecem com maiores índices de consumo entre os estudantes de escolas da rede privada

Quanto a categoria *uso no mês*, a maconha, cocaína, crack e anfetamínicos aparecem com maior índice os estudantes de escolas da rede pública, exceto os solventes que mantem o mesmo índice, os ansiolíticos, os anticolinérgicos e qualquer droga que aparecem com maiores índices de consumo entre os estudantes de escolas da rede privada.

Quanto a categoria *uso freqüente*, a maconha, anfetamínicos, e anticolinérgicos aparecem com maiores índices de consumo entre os estudantes de escolas da rede privada. A cocaína, crack, os solventes/inalantes e qualquer aparecem com maiores índices de consumo entre os estudantes de escolas da rede pública. As demais drogas mantem índices de consumo iguais.

Quanto a categoria *uso pesado*, a maconha, cocaína, crack, anfetamínicos, solventes e qualquer tipo de droga apresentam maiores índices de consumo entre os estudantes de escolas da rede pública. Os ansiolíticos aparecem com maiores índices de consumo entre os estudantes de escolas da rede privada.

Figura 1 - Prevalência de *uso na vida* de drogas psicotrópicas(1), exceto álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental(2) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, de acordo com a faixa etária, comparando-se os anos de 2004 e 2010.



Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL.

Nota: Rede pública engloba as escolas municipais, estaduais e federais.

(1) 2004: maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos, barbitúricos, opiáceos, xaropes, alucinógenos, orexígenos, esteróides/

anabolizantes, energético com álcool. 2010: maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos, analgésicos opiáceos, esteróides

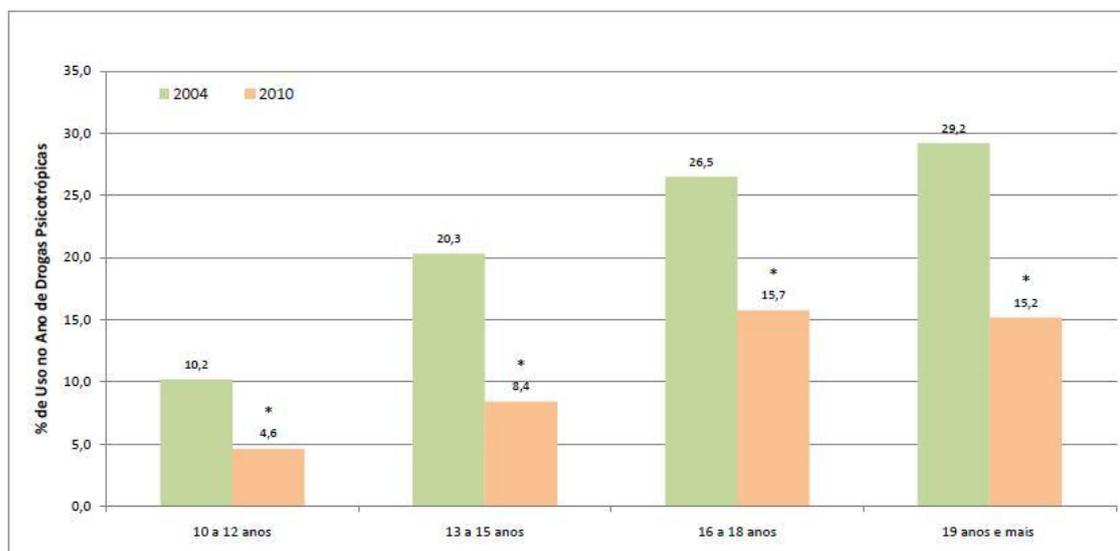
anabolizantes, ópio/heroina, LSD, êxtase, metanfetamina, ketamina, benflogin®, energético com álcool.

(2) A partir do 6º ano.

* indica significância estatística com $p < 0,05$; Teste de Qui-quadrado.

Observamos, em 2010, para a categoria *uso na vida*, uma diminuição na faixa etária dos 10 aos 12 anos, em comparação a 2004 e o aumento do consumo na faixa etária de 16 a 19 anos ou mais.

Figura 2 - Prevalência de *uso no ano* de drogas psicotrópicas, exceto álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, de acordo com a faixa etária, comparando-se os anos de 2004 e 2010.



Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL.

Nota: Rede pública engloba as escolas municipais, estaduais e federais.

(1) 2004: maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos, barbitúricos, opiáceos, xaropes, alucinógenos, orexígenos, esteróides/

anabolizantes, energético com álcool. 2010: maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos, analgésicos opiáceos, esteróides

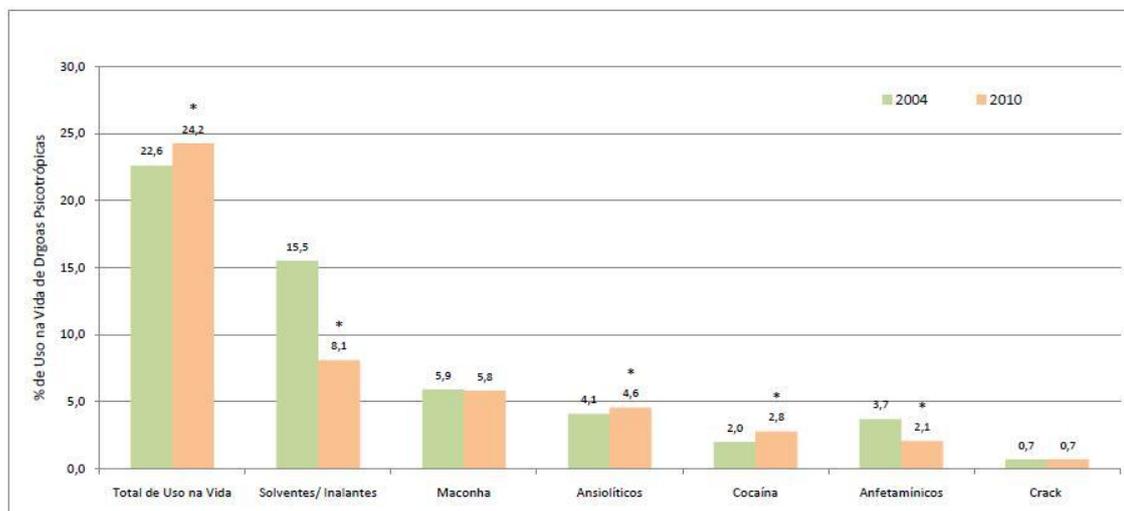
anabolizantes, ópio/heroína, LSD, êxtase, metanfetamina, ketamina, benflogin®, energético com álcool.

(2) A partir do 6º ano.

* indica significância estatística com $p < 0,05$; Teste de Qui-quadrado.

Chama atenção a diminuição no consumo de drogas, considerando a categoria *uso no ano*, em todas as faixas etárias. Vale assinalar que os estudantes não foram indagados sobre as mesmas drogas, considerando os dois estudos (2004 e 2010).

Figura 3 - Prevalência de *uso na vida* de drogas psicotrópicas(1), das cinco drogas mais consumidas e crack, exceto álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental(2) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, comparando-se os anos de 2004 e 2010.



Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL.

Nota: Rede pública engloba as escolas municipais, estaduais e federais.

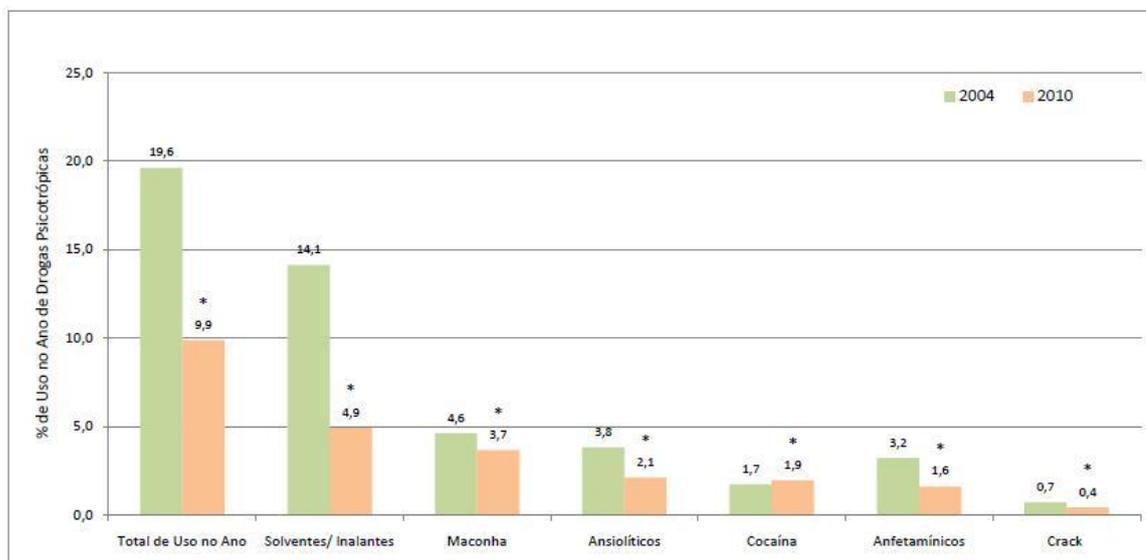
(1) 2004: maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos, barbitúricos, opiáceos, xaropes, alucinógenos, orexígenos, esteróides/ anabolizantes, energético com álcool. 2010: maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos, analgésicos opiáceos, esteróides anabolizantes, ópio/heroína, LSD, êxtase, metanfetamina, ketamina, benflogin®, energético com álcool.

(2) A partir do 6º ano.

* indica significância estatística com $p < 0,05$; Teste de Qui-quadrado.

Observamos entre os estudantes, um aumento na categoria total de *uso na vida*. Para os solventes uma considerável diminuição; com relação a maconha, uma sensível diminuição no consumo; no que diz respeito aos ansiolíticos, um aumento no percentual de consumo, tanto para a cocaína quanto para a cocaína; uma redução para os anfetamínicos; e por fim o crack que manteve o consumo estável em relação ao levantamento anterior.

Figura 4 - Prevalência de *uso no ano* de drogas psicotrópicas(1), das cinco drogas mais consumidas e crack, exceto álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental (2) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, comparando-se os anos de 2004 e 2010.



Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL.

Nota: Rede pública engloba as escolas municipais, estaduais e federais.

(1) 2004: maconha, cocaína, crack, anfetamínicos, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos, barbitúricos ; 2010: maconha, cocaína, crack, anfetamínicos, solventes, ansiolíticos, anticolinérgicos.

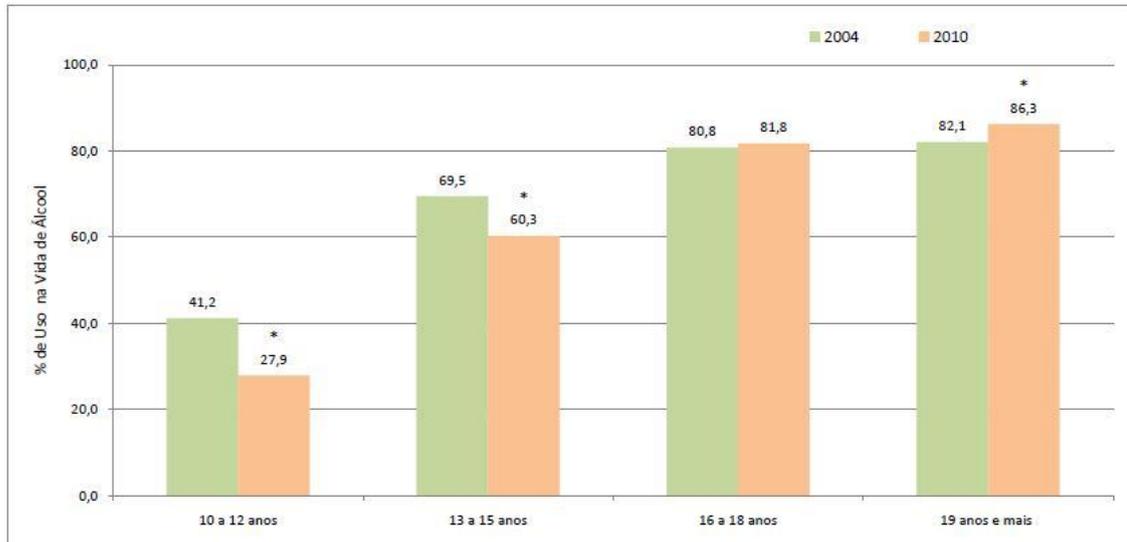
(2) A partir do 6º ano.

* indica significância estatística com $p < 0,05$; Teste de Qui-quadrado.

Observamos um considerável diminuição na categoria *total de uso no ano*, ainda com relação aos solventes, a maconha, os ansiolíticos, os anfetamínicos e o crack.

Chama atenção um sensível aumento no consumo da cocaína.

Figura 5 - Prevalência de *uso na vida* de álcool entre estudantes de ensino fundamental(1) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, de acordo com a faixa etária, comparando-se os anos de 2004 e 2010.



Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL.

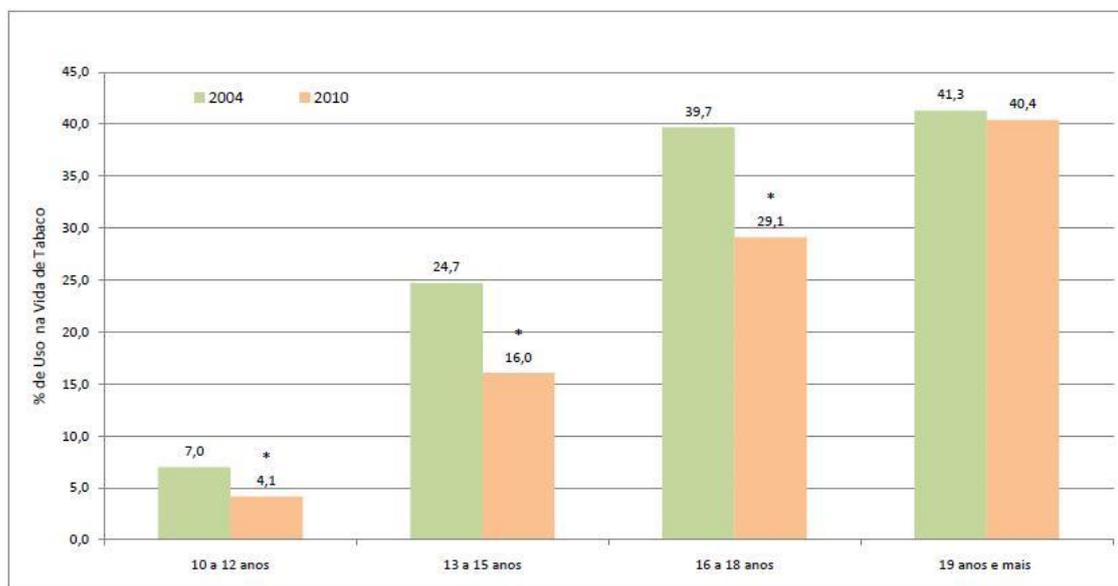
Nota: Rede pública engloba as escolas municipais, estaduais e federais.

(1) A partir do 6º ano.

* indica significância estatística com $p < 0,05$; Teste de Qui-quadrado.

O consumo de álcool, entre estudantes, diminuiu na faixa etária de 10 até 15 anos. Chama atenção o aumento a partir da faixa etária de 16 a 19 anos ou mais.

Figura 6 - Prevalência de *uso na vida* de tabaco entre estudantes de ensino fundamental(1) e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, de acordo com a faixa etária, comparando-se os anos de 2004 e 2010.



Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL.

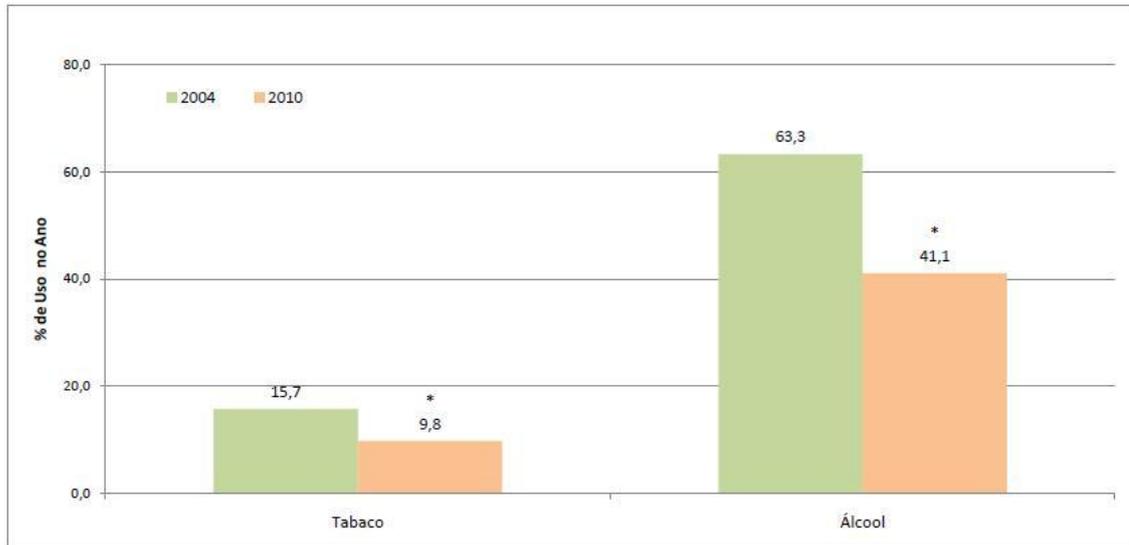
Nota: Rede pública engloba as escolas municipais, estaduais e federais.

(1) A partir do 6º ano.

* indica significância estatística com $p < 0,05$; Teste de Qui-quadrado.

O consumo de tabaco, uso na vida, entre estudantes, diminuiu em todas as faixas etárias.

Figura 7 - Prevalência de *uso no ano* de álcool e tabaco, entre estudantes de ensino fundamental e médio da rede pública das 27 capitais brasileiras, comparando-se os anos de 2004 e 2010.



Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL.

Nota: Rede pública engloba as escolas municipais, estaduais e federais.

(1) A partir do 6º ano.

* indica significância estatística com $p < 0,05$; Teste de Qui-quadrado.

O consumo das drogas lícitas tabaco e álcool, entre estudantes, considerando a categoria *uso no ano* diminuiu.

1.3 Políticas públicas: os desafios da intersectorialidade

Entendemos importante, neste momento, tratarmos de alguns aspectos das políticas públicas frente aos desafios da intersectorialidade, certos de que não se trata só de compreender leis, mas também de circunstâncias afetas a questões que envolvem a Segurança Pública, a Saúde e a Educação, considerando esse assunto como preocupação dos segmentos da sociedade, incluindo órgãos gestores e executores das várias instituições públicas e seus sistemas de serviço.

Política nacional sobre Drogas

No que diz respeito a Política Nacional Sobre Drogas temos como referência atualizada um capítulo do livro-texto do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas que aborda sobre a legislação sobre drogas¹², apresentando-se a seguir sua principais diretrizes, na autoria da atual Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas¹³ e da Diretora de Articulação e Políticas Públicas sobre Drogas, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas¹⁴. A partir do ano de 1998, o Brasil consolida uma política nacional específica sobre o tema da redução da demanda¹⁵ e da oferta de drogas¹⁶. Foi depois da realização da XX Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual foram discutidos os princípios diretivos para a redução da demanda de drogas, aderidos pelo Brasil, que as primeiras medidas foram tomadas. O então Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) foi transformado no Conselho Nacional Antidrogas (Conad) e foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad)¹⁷, diretamente vinculada à então, Casa Militar da Presidência da República.

Com o escopo de “coordenar a Política Nacional Antidrogas, por meio da articulação e integração entre governo e sociedade” e como Secretaria Executiva do Conselho Nacional

¹² Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010.

¹³ Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte

¹⁴ Carla Dalbosco

¹⁵ Redução da demanda: ações referentes à prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas que causem dependência, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação, a redução de danos e a reinserção social de usuários e dependentes.

¹⁶ Redução da oferta: atividades inerentes à repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas. As ações contínuas de repressão devem ser promovidas para reduzir a oferta das drogas ilegais e/ou de abuso, pela erradicação e apreensão permanentes destas produzidas no país, pelo bloqueio do ingresso das oriundas do exterior, destinadas ao consumo interno ou ao mercado internacional e pela identificação e desmantelamento das organizações criminosas.

¹⁷ Medida Provisória nº 1669 e Decreto n 2.632 de 19 de junho de 1998.

Antidrogas, à Senat foi atribuído o papel de mobilizar os diversos atores envolvidos com o tema para a criação da política brasileira. Desta forma, em 2002, por meio do Decreto Presidencial nº 4345 de 26 de agosto de 2002, foi instituída a Política Nacional Antidrogas – (PNAD).

Uma nova Agenda Nacional começa a surgir no ano de 2003, desta vez abarcando a integração das políticas públicas setoriais com a Política Nacional Antidrogas; a descentralização de ações em nível municipal, permitindo a condução local das atividades da redução da demanda, devidamente adaptadas à realidade de cada município; e estreitamento das relações com a sociedade e com a comunidade científica.

Os primeiros anos de existência da Política Nacional Antidrogas, dá relevo, pela precípua necessidade de aprofundamento e avaliações constantes nos princípios de fundamentos do PNAD, levando em conta as constantes transformações sociais, políticas e econômicas. Em 2004, foi efetuado o processo de realinhamento e atualização da política, por meio da realização de um Seminário Internacional de Políticas sobre Drogas, seis fóruns regionais e um Fórum Nacional sobre Drogas.

Referendados pela ampla participação popular e embasada em dados epidemiológicos atualizados e cientificamente fundamentados, a política realinhada passou a denominar-se Política Nacional sobre Drogas (PNAD)¹⁸. Como resultado o prefixo “anti” da Política Nacional anti Drogas foi substituído pelo termo “sobre”, alinhado às tendências internacionais, com o posicionamento do governo e com a nova demanda popular, manifestada ao longo do processo de realinhamento da política.

Em 2006, a Senat coordenou um grupo de trabalho de assessoramento a parlamentares, no processo que culminou na aprovação da Lei n. 11.343/2006, ocasião em que foi instituído o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad), inovando uma legislação de trinta anos, já defasada e que revelava não acompanhar avanços científicos e transformações sociais.

A Lei n. 11.343/2006 – Lei de Drogas

A Lei n. 11.343/2006 deu destaque ao Brasil, no cenário internacional ao instituir o Sisnad e adotar medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, em consonância com a atual política sobre drogas. A edição dessa lei veio da necessidade de compatibilizar os dois instrumentos normativos que existiam

¹⁸ Aprovada em 23 de maio de 2005, entrando em vigor em 27 de outubro desse mesmo ano, por meio da Resolução n. 3/GSIPR/Conad.

anteriormente: a Lei 6.368/76¹⁹ e a n. 10.409/2002²⁰, que foram revogados com a promulgação, com a reconhecida distinção entre a figura do traficante e a do usuário/dependente, os quais passaram a ser tratados de forma diferenciada.

A despeito de outras práticas, já em vigor em outros países, seguindo tendência mundial, o Brasil, entendeu que não caberia a penalização pela Justiça com a privação de liberdade, a usuários e dependentes. Em relação ao porte de drogas para uso pessoal, ao invés do encarceramento, a atenção ao usuário/dependente, com uma abordagem voltada ao oferecimento de oportunidade de reflexão sobre o próprio consumo.

Tem lugar a justiça restaurativa que se sobrepõe a justiça retributiva – que era baseada no castigo. Ao adotar essa nova forma de abordar, tem destaque a ressocialização, servindo-se de penas alternativas que incluem: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade em locais/programas que se ocupem da prevenção/recuperação de usuários e dependentes de drogas; e medida educativa de comparecimento a programa ou a curso educativo.

O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), regulamentado pelo Decreto n. 5.912, de 27 de setembro de 2006, contempla objetivos que incluem: contribuir para a inclusão social do cidadão, favorecendo menor vulnerabilidade a comportamentos de risco quanto ao uso indevido de drogas, tráfico e outros comportamentos relacionados; promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país; promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; reprimir a produção não autorizada e o tráfico de ilícito de drogas; promover as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

O Sisnad é destinado a assegurar a orientação central e a execução descentralizada das atividades realizadas que lhe forem afetas. Com a regulamentação desse sistema foi reestruturado o Conselho Nacional Antidrogas (Conad), garantindo a participação paritária entre governo e sociedade, cujas ações são descentralizadas por meio de Conselhos Estaduais e de Conselhos Municipais.

Ao Conad compete as atribuições de acompanhar e atualizar a Política Nacional sobre Drogas, consolidada pela Senad; exercer orientação normativa sobre ações de redução da

¹⁹ Lei n. 6.368/1976, de 21 de outubro de 1976, fala sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

²⁰ Lei n. 10.409/2002, de 11 de janeiro de 2002, dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção ao uso e ao tráfico ilícito de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência física ou psíquica.

demanda e da oferta de drogas; acompanhar e avaliar a gestão de recursos do Fundo Nacional Antidrogas²¹ e o desempenho dos planos e programas da Política Nacional sobre Drogas; promover a integração ao Sisnad dos órgãos e das entidades congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Em 2008, a Lei n. 11.754, alterou o nome da Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), um anseio histórico esperado desde o processo de realinhamento da Política Nacional sobre Drogas, em 2004, dando solidez a construção de políticas públicas no Brasil.

A Senad tem atribuições de articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; consolidar a proposta de atualização da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) na esfera de sua competência; definir estratégias e elaborar planos, programas e procedimentos para alcançar as metas propostas na PNAD e acompanhar sua execução; e administrar o Fundo Nacional Antidrogas e o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas.²²

Programas de Promoção de Saúde integrados na Política Nacional de Educação: O papel da escola na prevenção do uso de Drogas²³.

Tendências das políticas públicas atuais, direcionadas a educação e saúde do estudante, são definidas como intersetoriais e se constituem pautadas pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade, e envolvem a territorialidade, a intersectorialidade, Educação Integral e Saúde Integral.

A territorialidade e o sentido de pertencimento - convergem para o território da escola no intuito de contribuir para a qualidade de vida no ambiente da escolar e tudo o que lhe cerca. Essa composição social se define a partir do tecido cultural do qual faz parte.

A intersectorialidade diz respeito a corresponsabilidade, e se constitui como uma estratégia viável para integração de políticas públicas, bem como, para dar suporte efetivo aos

²¹ Fundo Nacional Antidrogas é composto por recursos oriundos de apreensão ou de perdimento, em favor da União, de bens, direitos e valores, objeto de crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou de drogas que causem dependência física ou psíquica, e outros recursos colocados à disposição da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

²² O OBID é um órgão de estrutura do Governo Federal, vinculado à Senad, com a missão de reunir e centralizar informações e conhecimentos atualizados sobre drogas, incluindo dados de estudos, pesquisas e levantamentos nacionais, produzindo e divulgando informações, fundamentadas cientificamente, que contribuam para o desenvolvimento de novos conhecimentos aplicados às atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas e para criação de modelos de intervenção baseados nas necessidades específicas das diferentes populações-alvo, respeitadas suas características socioculturais.

²³ Brasil – Senad/Mec. Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas – Módulo 1

problemas e às vulnerabilidades de um determinado território. Inclui a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações com o propósito de alcançar efetividade convergente em situações complexas investindo no desenvolvimento e suplantando a exclusão social.

Educação Integral dá oportunidade a territorialização das políticas sociais, articuladas no espaço da escola, onde por vezes, convivem diferenças e oferece oportunidade da aprendizagem para cidadania. O território escolar, oportuniza a assimilação da consciência de direitos inerentes a pessoa e a capacidade de lidar com o direito do outro. As práticas pedagógicas pressupõem diálogo entre governo e comunidades local, em busca de consolidar a educação como direito de todos e de cada um (Documento de Referência para o Debate - Ministério da Educação/MEC).²⁴

Saúde Integral – Aponta a Organização Mundial de Saúde (OMS) como definição de saúde um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente ausência de doença. Argumentar sobre saúde integral pressupõe perceber além da doença, o indivíduo em seu todo. Representa as interações, hábitos, costumes, valores, ocupações profissionais, e outros fatores que favorecem a administrar e adotar práticas saudáveis nos grupos de convivência, na rotina familiar. O que inclui cuidar-se, superar obstáculos e o desenvolvimento da autonomia. E autonomia, relacionada à rotina da vida escolar representa escolhas e responsabilidades.

Na comunidade escolar, a informação, o conhecimento transmitido, o estabelecimento de vínculos saudáveis favorecem o estudante na opção de escolha de estilo de vida saudável.

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê o bem de todos, e preceitua a adoção de programas de promoção da saúde integrados na política nacional de educação como objetivos fundamentais que possam acentuar os ideais de liberdade, solidariedade, justiça, sem pobreza e marginalização, com a crescente redução de desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação²⁵.

Como ações do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação foram criados: o Programa Saúde na Escola e Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas/PSE/SPE.

Ainda como uma estratégia para o desenvolvimento da educação integral no Brasil foi criado o Programa Mais Educação que envolve ações intersetoriais com o envolvimento do Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cultura e Ministério do Esporte e ainda, outros Ministérios e Secretarias

²⁴ [HTTP://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf)

²⁵ Constituição Federal de 1988, artigo 3.

Federais poderão integrar o programa. Conta ainda, com ações que podem ter a participação do Distrito Federal, Municípios e outras instituições públicas e privadas.

Políticas públicas: A escola em rede na prevenção do uso de drogas

O enfrentamento da problemática drogas requer ações pontuais em busca da efetividade de políticas públicas intersetoriais, para o controle da oferta e demandas de drogas, desta forma a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) tem em seus pressupostos o respeito às características próprias de cada população-alvo, agregando ações educativas integradas voltadas para a família, buscando garantir proteção às crianças e aos adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas.

Já vimos que o espaço escola tem seu papel, que entendemos de relevância na prevenção e na promoção da saúde integral de crianças e adolescentes. Inserido numa rede maior, e nele, somado à família, se dá o ingresso à vida em sociedade. Assim, a escola se inclui dentre as prioridades nas políticas de promoção da saúde integral do adolescente.

Política nacional de segurança pública: um novo paradigma em construção

O tema segurança configura-se uma questão primordial na convivência social entre as pessoas, pois, diz respeito às normas de convivência. Nos dias atuais, “O homem civilizado trocou sua porção de felicidade por uma porção de segurança” é o que já assinalava Freud há setenta anos atrás (Bauman, 2008, p. 57).

Segurança tem o significado de proteção contra três tipos de sofrimento que ameaçam os seres humanos: os que vêm “do nosso próprio corpo”, os “do mundo externo” e os “de nossas relações com os outros homens”. Segurança pressupõe proteção e os humanos necessitam tanto de liberdade como de segurança – e o sacrifício de qualquer um deles causa sofrimento” (Bauman, 2008, pp. 57-58).

Segurança pressupõe liberdade de movimento, de ir e vir, bem assim, confiança no outro, nas organizações, nos poderes públicos constituídos para zelar pela ordem pública e o bem comum. (...) “Não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade; mas não podemos ter as duas ao mesmo tempo e ambas na quantidade que quisermos” (Bauman, 2003, p. 11).

Em termos culturais é importante o sentido de proteção e segurança pelos quais anseiam as comunidades.

A segurança é uma condição necessária do diálogo entre as culturas. Sem ela, há pouca chance de que as comunidades venham a abrir-se umas às outras e a manter uma conversa que venha a enriquecê-las e a estimular a humanidade de sua união. Com ela, as perspectivas da humanidade parecem brilhar (Bauman, 2003, p. 128).

Segurança pública tem uma estreita ligação com o ordenamento jurídico, leis, regulação normativa, bem como, defesa civil, auxílio e socorro em situações adversas, respeito aos direitos humanos, questões policiais que envolvem proteção versus punição, por vezes em formato de restrição de liberdade, dentre outros aspectos. As políticas públicas nessa área serão beneficiadas se avançarmos no diálogo no campo das Ciências das Sociais e Humanas, dentre outras áreas, estimulando produções acadêmicas aliadas ao conhecimento de práticas profissionais.

As políticas de segurança pública dizem respeito à promoção da ordem pública, no intuito de buscar a efetividade na implementação de políticas públicas de segurança cidadã. Tem a missão seja “garantir a proteção dos direitos humanos, sendo uma ferramenta importante para cumprimento dos deveres do Estado, dentre os quais o de zelar pela incolumidade de pessoas e seus patrimônios”. Quanto à política nacional de segurança pública, a serviço da comunidade, entendemos que traz um conjunto de operações com atuação de forma sistêmica, compartilhando objetivos na prevenção, na repressão, na polícia judiciária, na área da saúde e na área social. Emanam dos poderes executivo, legislativo e judiciário um conjunto de ações e processos que compõem a segurança pública, assim as políticas desse segmento compreendem articulações que contribuem para a harmonia entre estes poderes, e sobretudo, para promoção da paz social.

Antes com caráter repressivo, a partir do ano de 2000, as políticas de segurança pública passaram a sofrer transformações como a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, ampliando o olhar para os direitos humanos. Partiu-se então, para elaboração de um Plano Nacional de Segurança Pública com uma abordagem mais sistêmica e holística, no enfrentamento dos problemas relacionados à segurança pública (Adorno, 2003, p. 122)²⁶.

²⁶ <http://www2.forumseguranca.org.br/node/22982>

Em 2003, avançando um pouco mais, foi criado o Sistema Único de Segurança Pública para promover articulações federais, estaduais e municipais. Surgiu assim, uma nova política de segurança pública voltada para a prevenção da criminalidade.

Entremeando avanços, recuos, retomada de posturas, negociações, dentre outros fatores, a adoção de políticas públicas seguiu na busca de conjugar a efetividade de planos e projetos de segurança pública às políticas sociais, extrapolando ações coercitivas. A Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania/Pronasci, dentre as várias e específicas atribuições, contribuem para o aperfeiçoamento profissional do agente de segurança pública e, assim se propõem, articular políticas públicas às ações sociais, sobre as quais discorreremos a seguir.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp foi criada por meio de Decreto Presidencial²⁷, em decorrência da transformação da então Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública/Seplanseg, compete²⁸. Dentre as suas competências destacam-se: assessorar o Ministro de Estado de Justiça na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública; planejar, acompanhar e avaliar ações para implementação de ações do Governo Federal para a área de segurança pública; elaborar proposta; promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional; realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência; e estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como, estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania/ Pronasci²⁹ desenvolvido pelo Ministério da Justiça trata de questões relativas ao enfrentamento à criminalidade no país. Incluído nas políticas públicas de segurança pública, compreende, dentre outras ações sociais, atividades que priorizam a prevenção, bem como, conhecer as causas que contribuem para a proliferação da violência, e articular estratégias de “ordenamento social e segurança pública”.

²⁷ Decreto n. 2.315, de 04 de setembro de 1997

²⁸ Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007 – Anexo I

²⁹

As ações promovidas pelo Pronasci que incluem a União, Estados, Municípios e a própria comunidade e tem como eixos principais: valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial; e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

Tem como público-alvo: profissionais de segurança pública; jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, que possam estar em situação de risco; jovens na faixa etária de 15 a 24 anos que estão ou já estiveram em “conflito com a lei”; presos ou egressos do sistema prisional; e reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar.

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência(Proerd)

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência(Proerd)³⁰, com fundamento nas atividades desenvolvidas pelo D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education), foi criado em 1983, pela Professora Ruth Rich, em parceria com o Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, EUA. Sabe-se que esta modalidade de programa está efetivada em cinquenta estados americanos, e em cinquenta e oito países.

Em 1992, foi iniciado por meio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e assim, funcionou por três anos, vindo a ser interrompido por questões inerentes à segurança pública presentes naquele Estado.

Em 1993, foi iniciado em São Paulo e desde 2002 se encontra em todos os Estados brasileiros³¹.

O Proerd é executado pela Polícia Militar dos vários Estados do Brasil e busca promover a prevenção do uso de drogas e violência, por meio da atuação de policiais militares, no contexto das escolas da Rede Pública e Privada de Ensino. Para participar do Programa desenvolvido pelo Proerd nas escolas, os policiais militares passam por um curso de Formação de Instrutores, promovido pela Polícia Militar.

Os policiais militares do Proerd propõem oferecer informações e mensagens, por meio de atividades pedagógicas, interativas, mensagens de valorização da vida, enfatizando a importância de afastar-se do uso indevido de drogas.

³⁰ WWW.proerd.com.br/oproerd/oprograma.htm

³¹

http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Educacional_de_Resist%C3%A2ncia_%C3%A0s_Drogas_e_%C3%A0_Viol%C3%A2ncia

Assim, com o objetivo de “atuar na prevenção do uso de drogas por crianças e adolescentes”, o programa desenvolve em suas atividades a participação de alunos, pais, professores e comunidade escolar. Ainda tem sido polêmica sua atuação como política pública sobre drogas. Observa-se recentemente tentativas da Senad em aproximar as ações do Proerd à política nacional sobre drogas, tema ainda bastante polêmico na comunidade científica.

Cabe destacar que na edição 2010, do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas foram disponibilizadas 5 mil vagas para os policiais do Proerd, numa tentativa de aprimorar a capacitação. Foi neste contexto que foram coletados os dados desta pesquisa.

Problematizando desafios e potenciais do contexto da segurança pública face às demandas sociais e, em especial da escola.

Dentre os desafios que reiteradamente se apresentam na esfera da segurança pública face às demandas sociais e, em especial da escola, podemos citar, levando em consideração a filosofia de polícia comunitária, o incremento de políticas públicas que busquem fundamentos numa cultura de paz e cidadania; que possam agregar conhecimentos aliados a valores concretos e técnicos ao trabalho dos agentes de segurança pública; que agreguem conhecimentos e transformem padrões de comportamentos que banalizam a violência, em ações em benefício a comunidade.

Como aponta o material de capacitação do Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária³² :

“as atuais reformas na área policial estão fundadas na premissa de que a eficácia de uma política de prevenção do crime e produção de segurança está relacionada a existência de uma relação sólida e positiva entre a polícia e a sociedade”.

O novo paradigma da polícia comunitária visa não apenas reduzir o número de crimes, mas também reduzir o dano da vítima e da comunidade e modificar os fatores ambientais e comportamentais. (Brasil - Curso Nacional de Multiplicador de Polícia comunitária, 2007)

Quando acionada por demandas de segurança pública, a polícia por seu potencial detém todas as qualidades para ser valorizada em seu papel profissional, assumindo como vocação, o que a coloca junto à comunidade no cumprimento de direitos e deveres.

Na visão de construção de um Estado democrático de direito, as instituições públicas, em particular a polícia, desempenham suas atividades com base nos princípios de respeito à dignidade humana.

(...) Se ainda nos deparamos com violadores dos direitos humanos, cabe discutir ações efetivas de redução dessa prática, ou seja construir o “como fazer” para modificar a cultura de violência e repressão existente, não só no entremeio policial mas na sociedade como um todo (Ballestreri, 1998, p. 15-31).

³² Brasil – Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – Segurança Cidadã. Ministério da Justiça. 2ª Edição.

A polícia faz parte do conjunto de instituições que formam o Estado e a ela se atribui o ônus da manutenção da ordem e da paz social.

O policial é antes um cidadão, e na cidadania deve nutrir sua razão de ser. (...) É um cidadão qualificado emblematiza o Estado, em seu contato mais imediato com a população. (...) a função policial, quando conscientemente explicitada por meio de comportamentos e atitudes o torna um legítimo e pleno educador (Ballestreri, 1998, p. 15-31).

A perspectiva acima referenciada de uma política de segurança pública integrada com a saúde e a educação é que nos instiga nesta pesquisa, buscando valorizar o saber acumulado por este segmento de policiais militares do Proerd que há tantos anos estão em contato com as escolas públicas brasileiras, na prevenção do uso de drogas.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

A opção metodológica esteve centrada na pesquisa social de abordagem qualitativa de investigação, pela análise de conteúdo com ênfase à dinâmica dos relatos, considerando tipos, qualidades e distinções extraídas do estudo do corpo do texto, com base na epistemologia qualitativa (Gonzalez-Rey, 2010 e Minayo, 2011); complementada pelo referencial teórico da abordagem sistêmica da drogadição e da violência (Sudbrack, 2010).

Um caminho para se entender a pesquisa qualitativa é perceber o campo de estudo como “*o recorte espacial*”, que diz respeito a abrangência do objeto de investigação relacionados em termos empíricos e teóricos. O objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante (Minayo, 2011).

Entendemos que ao pesquisador cabe o requisito de cuidar no tratamento de dados e a capacidade de posicionar-se, compreender o seu próprio lugar ou mesmo transcender e exercer a capacidade, por vezes, de se colocar no lugar do outro, sem indignar-se com fatos inusitados e inesperados ou ater-se a busca de respostas imediatas (Velho, 1978).

A relação entre pesquisador e aqueles que são pesquisados, ou seja, os sujeitos da pesquisa, impõe a clara interação (Malinoswski, 1984, citado por Deslandes e Minayo, 2011).

O cuidado na escolha do referencial teórico revela o cuidado, atenção e respeito no trato com o legado científico. Favorece ao pesquisador o contato com postulados que preparam para a compreensão e tratamento operacional dos dados obtidos, bem como, para elaboração de novas proposições.

A investigação qualitativa traz implícita a questão do “significado e da intencionalidade” que dizem respeito aos “atos, às relações e às estruturas sociais que são capazes de serem transformadas como construções humanas significativas” (Minayo, 2004).

A epistemologia qualitativa é um sistema aberto aliado a representações teóricas gerais nas quais o pesquisador se serve da dialógica, com suporte na teoria, para confrontar a realidade, e a partir daí construir, interpretar e produzir novos conhecimentos, na compreensão da realidade em toda a sua complexidade. Nesta perspectiva, vale lembrar:

“As teorias não são sistemas estáticos aos quais se deve assimilar todo o novo conteúdo, mas sim são sistemas abertos em relação aos quais os pesquisadores devem cultivar uma consciência de parcialidade, de desenvolvimento, e não de resultado final como frequentemente ocorre na ciência”. (González Rey, 2010, p. 30).

Na pesquisa se utiliza o inusitado, o inédito, que procede de informações extraídas dos dados e se alia os achados à fundamentação teórica para elaboração de novos pressupostos e se permitem novas construções.

2.1 Participantes da pesquisa

O universo da população do estudo perfaz um total de 1441(mil e quatrocentos e quarenta e um) Agentes da Segurança Pública e Servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública, aqui denominados Educadores Sociais da Segurança Pública, inscritos no Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas, promovido pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas (Prodequi), Universidade de Brasília (UnB), cuja edição do exercício de 2010, teve a abrangência especial de oferta a Policiais Militares que atuam em atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência /Proerd.

A amostra foi composta pelos sujeitos que responderam, no período de 19.11 a de 16.12.2010, ao questionário proposto, totalizando 136 (cento e trinta e seis), Educadores Sociais da Segurança Pública. Este critério de seleção da amostra foi definido para coletar respostas antes do contato com o conteúdo do curso. Assim, foi possível evitar que os sujeitos já estivessem influenciados pelo aprendizado do curso. Ter respondido até a data de 16.12.2010, significou o período em que os participantes do curso ainda estavam na fase inicial de familiarização com o ambiente virtual de aprendizagem, primeira etapa do curso, que compreendia o fórum de apresentação. Com esta amostra atingimos 10% do universo da população.

O instrumento aplicado permitiu traçar um perfil demográfico dos participantes da pesquisa que apresentamos a seguir.

Tabela 3 - Participantes por sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	108	79
Feminino	28	21
Total	136	100

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília.

A tabela 3 revela que os participantes da pesquisa são, em sua grande maioria homens. Mesmo assim, cabe destacar o percentual de uma parcela representativa do sexo feminino.

Tabela 4 – Participantes por idade

Faixa etária	Quantidade	%
Até 24 anos	3	2
De 25 a 29 anos	16	12
De 30 a 39 anos	72	53
De 40 a 49 anos	41	30
De 50 a 54 anos	3	2
Total	136	100

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília.

Quanto à idade dos participantes, predomina a faixa etária de 30 a 39 anos. A grande maioria (83%) concentra-se na faixa de 30 a 49 anos. Considerando-se que os policiais iniciam na carreira a partir dos 18 anos, percebe-se que os participantes do Proerd apresentam importante tempo de experiência. Sabendo-se que a antiguidade é um dos critérios de promoção na carreira do policial, o perfil etário encontrado nos leva à hipótese de que a participação no Proerd ocorreria como uma conquista pela experiência.

Tabela 5 – Participantes por escolaridade

Escolaridade		Quantida de	%
Ensino	Médio	14	10
Magistério			
Ensino	Superior		
Incompleto(não estudando)	está	11	8
Nível	Superior	29	21
(cursando)			
Ensino superior		54	40
Especialização (mínimo de 360 horas)		28	21
Total		136	100

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília.

Os educadores sociais da segurança pública que responderam a pesquisa tem curso superior completo, atingindo-se a maioria, se considerar os que estão cursando nível superior. (61%). Destaca-se representativo percentual de policiais com especialização. Verifica-se que a base da pirâmide hierárquica da instituição, aqui representada, tem formação de nível superior.

Tabela 6 – Participantes por posto/graduação na carreira

Posto/graduação	Quantidade	%
Soldado	62	46
Sargento	31	23
Cabo	22	16
1º Tenente	6	4
Capitão	4	3
1º Tenente	1	1
Tenente-Coronel	1	1
Major	1	1
Outros	6	4
Total	136	100

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília.

Quanto ao posto na carreira, praças/oficiais, observa-se que a maioria são soldados, seguido de sargentos e cabos. Considerando-se a tabela anterior, verifica-se que a base da pirâmide hierárquica da instituição tem formação de nível superior.

Na página a seguir apresentamos tabela dos participantes pelas atividades exercidas.

Tabela 7 - Participantes pelas atividades exercidas

Atividade	Quantidade	%
Proerd (Instrutor, Mentor e Master)	92	68
Atividades administrativas	13	10
Atividades de Policiamento Ostensivo	5	4
Atividades do Programa de Policia Comunitária	3	2
Tutor EAD (Ensino a distancia)	2	1
Outras atividades	21	15
Total	136	100

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília.

Predominam participantes que exercem atividades no Proerd, seja como instrutor, nas escolas; como Mentor, que exerce a função de multiplicador e compõe a equipe de treinamento e realização de cursos, e o Master que compõe a equipe para treinamento dos mentores bem como, é preparado para articulações nas estratégias de políticas públicas. Foi significativo o percentual, dentre elas o exercício de funções administrativas, executores de outros projetos de prevenção, palestrantes, patrulhamento escolar, atendimento clínico ao policial civil e conselheiros municipais.

Apresentamos na página seguinte, a localização geográfica das situações-problema relatadas, pois foi a informação solicitada no instrumento, procurando-se não identificar os policias sujeitos da pesquisa. Como o relato solicitado foi de experiências pessoais com a temática drogas e violência nas escolas, podemos inferir que a localização geográfica das situações-problema corresponde ao local de procedência dos participantes.

Tabela 8 – Estado em que aconteceram as situações-problema

Estado	Quantidade	%
Amapá	1	1
Amazonas	2	1
Bahia	5	4
Ceará	2	1
Distrito Federal	5	4
Goiás	18	13
Espírito Santo	3	2
Maranhão	3	2
Mato Grosso	4	3
Mato Grosso do Sul	4	3
Minas Gerais	4	3
Pará	1	1
Paraíba	2	1
Paraná	10	7
Pernambuco	3	2
Rio de Janeiro	13	10
Rio Grande do Norte	2	1
Rio Grande do Sul	15	11
Rondônia	2	1
São Paulo	1	1
Santa Catarina	15	11
Não informado	15%	21
	100%	136

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília.

Podemos constatar que grande parte dos estados brasileiros se faz representar como local de ocorrência das situações problema analisadas, com maior numero de casos situados em Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Tabela 9 – Localização dos municípios das situações-problema

Localização	Quantidade	%
Capital	22	16
Interior	70	51
Região Metropolitana	14	10
Total	136	100

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília.

O resultado revela que a maioria das situações-problema relatadas se concentra nos municípios do interior. Chama a atenção o quanto a presença dos policiais envolvidos na prevenção do uso de drogas extrapola o território das capitais e regiões metropolitanas.

2.2 Procedimento de coleta de informações

O material empírico da pesquisa constituído de relatos de situações problemas coletadas no contexto da edição 2010 do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, foi coletado através de instrumento original, especificamente elaborado para esta pesquisa, pela equipe de pesquisadores do Prodequi da qual participamos.

A presente investigação é parte de um projeto mais amplo³³ que objetivou a construção de um banco de dados sobre situações problema tanto de policiais como de educadores de escolas públicas. Este estudo representa a primeira análise realizada do banco de situações problema de policiais, sendo que existem outros estudos em andamento. Do banco de dados dos educadores já temos um estudo anterior concluído que resultou em dissertação de mestrado³⁴.

O instrumento (incluído no anexo I) foi aplicado, em ambiente virtual de aprendizagem, na plataforma Moodle. Composto de 27 (vinte e sete) questões, foi formado com uma introdução que trazia explicações sobre a importância da pesquisa dentro do curso de prevenção promovido pelo Prodequi, continha instruções para preenchimento e devolução; endereço

³³ Projeto de Pesquisa-ação: A Escola em Rede na Prevenção do Uso de Drogas e da Violência, desenvolvido junto ao Prodequi/PCL/IP/UnB

³⁴ “Situações-problema relacionadas ao uso de álcool e outras drogas na escola: Narrativas de educadores na Região Centro - Oeste.” Ricardo Henrique Brito Marques. Defendida em 31/08/2011-Universidade de Brasília/Instituto de Psicologia-IP/Departamento de Psicologia Clínica- PCL/Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC

eletrônico para contato em caso de dúvidas; procedimento para devolução, incentivo para preenchimento e agradecimento.

O instrumento possui duas seções: a primeira parte é composta de questões objetivas relacionadas aos dados dos sujeitos e à contextualização das situações-problema e a segunda é constituída de questões abertas, dissertativas relacionadas ao relato de situações-problema e de sua exploração em outros itens posteriores.

Apresentamos as questões objetivas que deram origem à contextualização das situações-problema:

1. Assinale o Estado em que aconteceu o fato
2. Assinale em que tipo de Município em que aconteceu o fato
3. Quais são os personagens que foram envolvidos nessa situação?
4. Descreva o ambiente em que ocorreu a situação
5. Caso a situação de violência envolva o uso de drogas, quais os tipos estavam envolvidas no evento? (Considerando drogas lícitas e ilícitas).
6. Quais as articulações e encaminhamentos?
7. Quem foi mobilizado além da polícia?

Relacionamos abaixo as questões dissertativas que compõem o instrumento de pesquisa:

1. Conte o que aconteceu nessa situação. (O início, o desenvolvimento e o desfecho).
2. Você considera que a situação terminou bem?
3. Na sua opinião, o que foi mais desafiador diante da situação relatada?
4. Que outro final você daria a essa situação?
5. Que tipo de conhecimento ou experiência você considera importante na abordagem desse tipo de situação?

Cumprindo as exigências formais, o projeto desta pesquisa consta como sub-projeto do Projeto *A escola em Rede na prevenção da drogadição e da violência* (ANEXO II) que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, com a devida anuência dos sujeitos no Termo de consentimento livre e esclarecido.

2.3 Procedimento de análise

A análise de dados seguiu os pressupostos da análise de conteúdo. No campo da psicologia, o método de análise de conteúdo transita entre a hermenêutica objetiva e a subjetividade que se traduz na interpretação dos dados e na inferência baseada em deduções feitas a partir das informações provenientes da produção de dados. A análise de conteúdo reúne um conjunto de técnicas que fundamentam o estudo de dados qualitativos. Tais técnicas favorecem analisar o recorte de informações pela utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos com a descrição do conteúdo das mensagens contidas nos relatos extraídos da pesquisa (Bardin, 1977).

Apresentamos, a seguir as etapas realizadas no processo da análise de conteúdo das situações problema que constituíram o material verbal da pesquisa.

A partir de uma leitura inicial, flutuante, seguida da releitura do conteúdo das respostas retiradas da plataforma Moodle, que resultaram da aplicação do instrumento de coleta de dados, foi feita uma análise preliminar já utilizando a abordagem qualitativa de investigação para tratamento das respostas. Os dados com categorização prévia do instrumento foram organizados em tabelas e, os demais foram categorizados, com a simultânea revisão, buscando entender, interpretar e explicar o fenômeno objeto de investigação.

Para categorização dos dados foram estabelecidos critérios de seleção na escolha de relatos com informações de maior valor para atender aos objetivos propostos. Assim, pela extensão do instrumento, considerando os objetivos da pesquisa, foram consideradas respostas dadas à questão 20 (vinte) do instrumento de coleta de dados que assim indagava: “Conte o que aconteceu nessa situação (O início, o desenvolvimento e o desfecho). Após leitura flutuante, sem uma categorização exaustiva, para análise de conteúdo foi feito um recorte de relatos que tivessem componentes similares, maior afinidade com os objetivos da pesquisa e disponibilizassem conceitos mais abrangentes que favorecesse estabelecer conexões, relações e interpretações que ultrapasse a mera descrição do fenômeno investigado, evidenciassem temáticas complexas, impactantes e que oferecessem clareza o suficiente para análise dos resultados.

O cuidado na análise teve o intuito de buscar captar as nuances das experiências dos educadores sociais da segurança pública, relacionadas às situações-problemas que ocorrem no âmbito das escolas.

As características das situações investigadas delimitaram um eixo de investigação que evidenciou a **natureza das situações-problema, envolvendo violência e drogas no espaço**

escolar (personagens envolvidos na ocorrência das situações-problema/locais envolvidos na ocorrência das situações-problema/ eventos que constituem as situações-problema).

A análise de cada dado investigado foi interpretada pela experiência da pesquisadora articulada a pressupostos teóricos, no intuito de entender convergências e divergências trazidas em cada relato.

As informações coletadas se relacionam umas com as outras e assim, foram agrupadas nas respectivas categorias e afinidades temáticas, sendo a análise restrita ao fenômeno descrito.

Distinguimos três categorias que foram construídas a partir dos relatos dos sujeitos:

- 1 - Comportamentos de violência na escola associados ao efeito de drogas**
- 2- Ameaças e mortes violentas nas imediações da escola; e**
- 3- Assédio de alunos para o tráfico de drogas no contexto sócio-familiar.**

CAPÍTULO 3 - AS SITUAÇÕES-PROBLEMA SOBRE VIOLÊNCIA E DROGAS NO CONTEXTO DAS ESCOLAS E IMEDIAÇÕES

O levantamento quantitativo dos indicadores coletados na primeira parte do instrumento nos permite situar o contexto das situações-problema quanto as seguintes dimensões: 1) personagens envolvidos; 2) local do evento e 3) tipo de droga.

Apresentamos, inicialmente, os resultados da pesquisa em cada um dos indicadores, tendo sido priorizada a análise e discussão quanto ao tipo de drogas pela riqueza que representa este dado no contexto desta pesquisa, a saber: maconha, álcool, cigarro, crack e inalantes.

Os resultados da segunda parte do instrumento são relativos à questão dissertativa de relato de uma situação-problema. Apresentamos, a seguir, as 3 (três) categorias emergentes da análise de conteúdo.

A primeira categoria emergente foi denominada: **Comportamentos de violência na escola associados ao efeito de drogas**, apresentando-se as seguintes subcategorias de análise: 1) Drogas e violência verbal e física entre alunos/professores/alunos; 2) Drogas e ferimentos graves no ambiente da escola e drogas ; 3) Drogas e presença de armas na escola

A segunda categoria foi denominada: **Ameaças e mortes violentas nas imediações da escola**, com as seguintes sub-categorias de análise: 1) Morte/homicídios nas imediações da escola; 2) Morte entre colegas em contexto de ameaças; 3) Morte por usuário de crack, em acertos de conta de dívidas de drogas.

Uma terceira categoria foi construída: **Assédio de alunos para o tráfico de drogas no contexto sócio-familiar**, incluindo-se as seguintes sub-categorias de análise: 1) Alunos com pais traficantes ; 2) Assédio do traficantes “amigos” para vender drogas para os alunos; 3) Alunos vendendo drogas na escola; 4) a escola como ponto de tráfico, à noite.

Situações-problema quanto aos personagens

Apresentamos na página seguinte a tabela com personagens mais presentes nos relatos.

Tabela 10 - Personagens mais presentes nos relatos

Personagem	%
Aluno	70
Pai	32
Policial	31
Mãe	28
Diretor	26
Professor	26
Outro Responsável	7
Psicólogo	4
Faxineira	3
Merendeira	2
Porteiro	2
Pedestre	1
Ciclista	1
Comerciante	1
Outros	12

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília.

Observa-se que os personagens presentes nas situações-problema relatadas, além dos alunos que constituem o centro da questão, surgem nesta ordem: pai, policial e mãe, numa frequência equivalente, seguidos de diretor e professor.

Em menor percentual, surgem outros personagens, envolvendo profissionais da escola e imediações. Cabe, ainda, destacar um percentual significativo da categoria “outros” (12%) que foi detalhado, revelando os seguintes personagens: ex-alunos, vizinhança da escola, transeuntes, padrastos, avós, representantes do Ministério Público, representantes de Conselhos Tutelares, adolescentes morador da comunidade e traficantes.

Percebemos que as situações-problema trazidas pelos educadores sociais da segurança pública, mesmo no contexto da escola, envolvem uma gama considerável de diferentes atores, em especial as figuras institucionais de autoridade e responsáveis pelos alunos. Ao mesmo tempo, é interessante destacar a presença de diferentes personagens que extrapolam a rede da escola propriamente dita, inclusive a presença de traficantes. A constatação desta imensa gama de personagens nos mostra o desafio que se coloca à administração de tais situações

pela amplitude de pessoas e contextos mobilizados o que caracteriza uma rotina diferenciada para os educadores sociais da segurança pública que trabalham na área.

Situações problema quanto aos locais

Os resultados referentes aos locais que envolveram a ocorrência das situações-problema foram obtidos a partir de uma categorização prévia de locais, estabelecida no instrumento de coleta de dados, a partir da experiência da equipe do Prodequi e da pesquisadora.

Tabela 11 - Locais de ocorrência das situações-problema mais citados nos relatos.

Local	%
Sala de aula	24
Imediações da escola	13
Pátio da escola	9
Quadra de Esporte da escola	4
Direção	4
Portão de entrada	4
Banheiro da escola	4
Outros	15
<u>Sem Informação</u>	22
Total	100

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília

Os resultados apresentados na tabela 11, evidenciam a sala de aula como local onde se concentram a maior parte dos eventos. Configuram-se situações-problema, nas quais o educador social de segurança é acionado por professores e diretores para prestar auxílio no ambiente da sala de aula. Neste sentido, a demanda da escola extrapola a atividade específica do Proerd, resultando em outras ações dos policiais chamados a intervir como mediadores.

O mesmo percentual de sala de aula (24%) aparece como percentual acumulado de outros locais no espaço da escola, indicando que as situações-problema envolvem a escola além da sala de aula.

Já, as imediações da escola representam também território de ocorrência de situações-problema que, pelo conteúdo das narrativas, percebe-se relacionarem-se com ocorrências de uso e tráfico de drogas, além de práticas de violência.

Identificando a categoria “outros”, descobrimos que ocorre o predomínio de casos no contexto familiar, seja, a residência do aluno, proximidade da residência do aluno, ainda imediações da escola, comunidade, residência da família, ainda sala de aula e pátio da escola, portão da escola, residência de envolvidos, lanchonetes próximas, hotel, rua, igreja e vizinhança.

Os cenários que propiciam a ocorrência de situações-problema relacionadas às drogas e violência abrangem relações do cotidiano da escola e da família, no ambiente natural de convivência do aluno. Chama atenção a mobilização dos educadores de segurança pública pelo ambiente familiar dos alunos.

Situações-problema quanto ao tipo de droga citado

Tabela 12 - Drogas mais citadas nos relatos das situações-problema

Tipo de Droga	%
1. Maconha	32
2. Álcool	24
3. Cigarro	21
4. Crack	18
5. Cocaína	10
6. Inalantes	4
7. Anfetaminas	1
8. Outras	3
9. não sei	7
Total	100

Fonte: Brasil – Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, edição 2010. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação. Brasília.

Lembramos os dados epidemiológicos do último levantamento realizado pelo Cebrid³⁵, trazidos em nosso estudo na Tabela 1, que revelam o consumo de maconha, dentre as drogas

³⁵ VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 26 Capitais Brasileiras e Distrito federal. 2010 DADOS PRINCIPAIS BRASIL. Pesquisador Principal: Elisaldo Luiz de Araújo Carlini. Responsável Técnica pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte

ilícitas, com maior índice, nas categorias *uso freqüente e uso pesado*, entre estudantes das escolas das redes públicas e privadas. O álcool em relação ao tabaco aparece naquele levantamento, com maior índice percentual de consumo, em todas as categorias: uso na vida, uso no ano, uso no mês, uso freqüente e uso pesado. Em nosso achado, os solventes/inalantes, que estiveram presentes no contexto das situações-problema relatadas em nossa pesquisa, aqui ocupam a quarta posição, no levantamento, se considerarmos, as categorias, *uso no mês e uso freqüente*, mostram índices percentuais maiores que a maconha e outras drogas ilícitas, A cocaína aparece na segunda posição naquele levantamento, na categoria *uso frequente*, e na categoria *uso pesado*, se equipara ao consumo de solventes/inalantes. O consumo de crack, droga ilícita, também citada nos relatos de nosso estudo, naquele levantamento, começa aparecer, mais ainda em menor número percentual, em relação às outras drogas. Já as anfetaminas, surpreendem os índices percentuais, na categoria *uso frequente*, se equipara a cocaína, e para *uso pesado* se equipara ao índice de consumo dos solventes/inalantes.

O levantamento do tipo de drogas mais citados nos remeteu à identificação de situações-problema ilustrativas que mostrassem aspectos qualitativos desta informação. A exploração dos dados com esta perspectiva, consiste a primeira categoria de análise apresentada como resultado desta pesquisa e se refere a uma realidade bastante freqüente como motivo de chamada de policiais na escola: o consumo de drogas pelos alunos em plena sala de aula ou outros espaços do ambiente escolar. Analisamos, nesta categoria, a forma como aparece o consumo de cada uma das substâncias mencionadas pelos alunos, selecionando as situações-problema pelos tipos de drogas mais freqüentes no levantamento previamente realizado.

3.1 Consumo de drogas pelos alunos na escola

Chama a atenção esta categoria de situações problema que revelam um especial desafio aos educadores, na medida em que eles se confrontam com os alunos consumindo drogas no ambiente escolar. Constata-se, pelos relatos de situações-problema coletados que a escola recorre aos policiais (independente do contexto do programa Proerd) para administrar estas situações que, por sua vez, se revelam acompanhadas de considerável tensão pelos envolvidos, em especial pelos alunos que tendem a dissimular, com medo da punição. Nesta categoria, nos propusemos apenas a descrever e ilustrar cada tipo de consumo, nas drogas mais citadas, sem associação com comportamentos de violência pelos alunos ou outros atores.

Assim, temos como primeiro achado da pesquisa no estudo das relações drogas e violência é que existem demandas da escola para a polícia apenas por situações de consumo, sem qualquer associação com violência. Cabe considerar que se incluem nesta categoria de demandas da escola pelos policiais mesmo situações relativas ao uso de drogas lícitas, tais como bebidas alcoólicas e cigarro de tabaco.

Levantamos a seguinte reflexão:

- o que representa para os alunos esta atitude da escola de chamar os policiais?
- como compreender a necessidade da escola de buscar uma intervenção de controle externo para abordar alunos usando drogas?

Lançamos aqui a hipótese de que o consumo de drogas no ambiente escolar é registrado e tratado como uma infração tanto pela escola como pelos policiais. Estes utilizam, em seus relatos, uma linguagem criminalizante, como aparece em vários casos, exemplificada pela expressão *"atitudes suspeitas"*. Ao mesmo tempo, trata-se de situações que remetem tanto os policiais como a escola em busca da família e de serviços de saúde, não sendo encontradas situações de medidas punitivas ou restritivas de liberdade maiores.

Passemos a uma ilustração empírica das situações relatadas em cada tipo de substância, a saber: 1) Maconha; 2) Álcool; 3) Cigarro; 4) Crack; 5) Inalantes.

3.1.1 Maconha

Situações-problema que descrevem o **consumo da maconha** por alunos, na escola:

“Alunos trouxeram a informação que um aluno estava com um cigarro feito de papel fumando, foi constatado um cigarro de maconha. Solicitado a presença dos pais, só compareceu o pai; o aluno levado a direção aguardou o pai. A professora, a diretora e o policial Proerd (que se encontrava na escola) informaram ao pai sobre o fato ocorrido”. (SP1)

“Ao observar o comportamento da criança (10 anos) detectei que a mesma estava sob o efeito de maconha, de imediato acionei a direção e passei a orientá-la sob os procedimentos legais (acionar o conselho tutelar) e os pais da criança no intuito de fazer-se(sic) os encaminhamentos necessários. A direção achou por bem primeiramente tentar o diálogo com os pais para que o problema fosse sanado, caso contrário o

conselho tutelar seria acionado. Dois meses depois os pais tiraram o filho da escola e mudaram-se para outro município”.(SP2)

Nos relatos o desdobramento da situação foi acionar pais. O movimento da direção da escola foi a opção pelo diálogo com a família. A ação observada é próxima de outras analisadas, quanto a acionar a família. Como encaminhar soluções? Importante a decisão de valorizar o diálogo com a família, o que revela uma busca de proximidade da escola à família. Seria interessante indagar que tipo de dinâmica familiar está envolvida nessa situação? O que leva crianças tão precocemente ao envolvimento com drogas?

São questões ainda com poucas respostas. Crianças envolvidas com drogas, tão precocemente, é um problema que tem angustiado famílias, profissionais de saúde, escolas, e outras áreas. O ingresso precoce no consumo de drogas, a experimentação inicial pode ocorrer em várias circunstâncias, podendo estar amplamente relacionada a atitudes, normas e limites estabelecidos nos espaços de convivência. A iniciação precoce potencializa o surgimento de dependência química (Galduróz, 2004). Chama atenção a idade, entre 10 e 12 anos, em que o adolescente brasileiro entra em contato com as drogas, sendo revelado pelas pesquisas entre estudantes que mais de 12% já usaram algum tipo de droga nessa faixa etária.

Não se trata, aqui, de culpabilizar, famílias, escolas. Importante é dedicarmos um olhar para essa dinâmica familiar e de relações sociais que apresentam riscos a serem minimizados e potenciais a serem otimizados (Sudbrack, 2010).

Quanto ao uso de maconha, vimos em uma outra situação-problema que o mesmo ocorre com a participação dos pais que são traficantes, situando-se o contexto de risco e de acesso na própria família. Esta situação será analisada em categoria posterior pela condição de pais envolvidos com tráfico de drogas.

3.1.2 Álcool

Situações-problema que descrevem o **consumo de bebidas alcoólicas** por alunos na escola

O consumo de bebidas alcoólicas aparece em duas condições diferenciadas, a saber: 1) relatos de aglomeração de pessoas nas imediações da escolas, em geral jovens, fazendo uso de bebidas alcoólicas, importunando os alunos; 2) consumo de bebidas no ambiente familiar e 3) aluno vitimizado pela violência de pai alcoolista

“Um grupo de usuários de álcool, que se reuniam próximos à escola, estava incomodando alunos que passavam pelo local. Acionei o policiamento escolar que repreendeu os envolvidos e os retirou do local, além de orientar a direção da escola a solicitar dos alunos a mudança no trajeto da casa a escola e vice-versa”. (SP3)

No depoimento acima, o sujeito destaca sua postura de controle do grupo como mobilizador para o consumo do álcool. Por outro lado, sabemos que o uso de drogas pode representar culturalmente um rito do grupo.

Uma segunda situação de convivência com a cultura aditiva (Sudbrack,2005) esta relacionada a presença de alcoolismo na família.

“O aluno informou que em sua casa era alto o consumo de bebidas alcoólicas, ao chamar os pais para uma conversa sobre o relatado pelo aluno, os pais começaram uma troca de acusações onde a esposa relatou que quando o marido bebia muito espancava o filho e ela, indagada se a mesma já havia feito alguma denuncia contra o mesmo, ela informou que não fez e que nem iria fazer, pois, quando se casou já sabia como seria, o caso foi repassado ao conselho tutelar que tomou as providencias em relação a criança”. (SP4)

A hipótese de estudo que estes resultados apontam é de que o consumo de bebidas alcoólicas deixa suas marcas nos espaços de vida mais próximos das redes sociais do adolescente (amigos e família), praticamente como uma cultura instalada de fatos que ocorrem sem uma crítica ou cuidado maior em sua proteção e, ao contrário, com consequências graves em sua vitimização na própria família, pelos comportamentos violentos de pai alcoolista.

Em relação ao álcool, pais com histórico de uso de álcool tendem a ter alto nível de estresse familiar (Grekin, 2004). Bem como, os filhos de pais dependentes de álcool podem ser incluídos na faixa de alto risco para o desenvolvimento do alcoolismo (Cengel Kütür et al, 2006)

Tem sido recorrente o argumento de que o consumo do álcool, com início precoce no meio familiar, é interpretado por ser considerado uma droga socialmente aceita. Crianças passam a conhecer e ter contato muito cedo com o álcool. A cultura alcoólatra destaca que em famílias alcoolistas, o álcool é idolatrado, tendo na casa um lugar especial para as bebidas, que são partilhadas com os amigos, tornando-se assim, um grande atrativo para os adolescentes

(Outeiral, 2003). Acrescido o fato do incentivo dos pais que se satisfazem ao ver o filho experimentando um gole de bebida.

O uso do álcool também favorece práticas violentas nas relações familiares, sabemos que crianças e adolescentes diariamente são vítimas de violência em seus lares. Trata-se de uma situação deveras complicada, pois, aquele que recebeu a incumbência de ser um cuidador negligencia suas funções e reverte os cuidados em desafeto e agressão.

Lembramos que estudos nacionais e internacionais pontuam a correlação entre abuso de drogas e violência (Heim e Andrade, 2011; Edwards et al, 2008; Botvin *et al.*, 2006; Kim e Kim, 2005). Ainda, se referem ao consumo desmedido de álcool e outras drogas como fatores que agem como facilitadores de situações de risco e violência.

Questionamos:

- Como chega ao adolescente esta cultura aditiva e de alcoolização tão difundida em nossa sociedade?
- O que representa para a escola colocar limites em relação ao consumo de álcool se os demais contextos de socialização do adolescente não o fazem?
- Quais estratégias para trabalhar na prevenção quando ela representa uma “contra cultura”? (Sudbrack, 2010)

3.1.3 Tabaco/Cigarro

Situações-problema que descrevem o **consumo de cigarro de tabaco** por alunos, na escola:

As situações de consumo de tabaco apresentam tanto uso individual na sala de aula como uso coletivo, escondidos no banheiro da escola.

“O aluno por pressão de outros amigos estava trazendo cigarro para sala de aula e também fazendo o uso nas imediações. Foi mostrado para a sala inteira as consequências do uso do cigarro, em especial foi conversado com o aluno separadamente que disse que não conhecia o mal do cigarro, deixando de lado.(SP5)

“Alunos do 5º ano, foram flagrados pela professora no banheiro da escola fumando cigarro e foram encaminhados à Direção, onde a mesma solicitou a presença dos responsáveis e do Orientador Educacional para uma reunião, onde na presença de

todos e os alunos explicaram que tinha feito o uso só por brincadeira e curiosidade e que não iriam repetir o fato”.(SP6)

Não fica claro no relato das situações acima qual foi a participação do policial, mesmo assim, entende-se que, mediados pelo policial, a decisão da direção da escola indica a mobilização da família. Cada uma das situações revela diferente contexto de consumo, implicando em diferentes atuações pedagógicas. Na primeira, a orientação revela ter sido útil e efetiva, mas na segunda, cabe considerar que a trajetória de vida do adolescente é marcada pela vida em grupo. Os pares exercem função importante na sua busca de autonomia, afirmação, diferenciação e identidade (Sudbrack, 2003). No relato, a pressão do grupo é uma indução para adesão do aluno ao uso do cigarro, seguindo o que impõem os amigos, passa a ser aceito entre eles. A postura do policial identifica-se como forma de interação com o adolescente.

Certamente, que dados tomados isoladamente não definem evidências suficientes, daí a importância de entender a subjetividade das justificativas do que representou o uso do cigarro por curiosidade e recreação.

A hipótese que as situações relativas ao consumo de tabaco sugerem de que se trata de uma droga cujos efeitos nocivos para a saúde são conhecidos e abordados no currículo escolar, mas, mesmo assim, os atrativos para o consumo se fazem presentes, propaganda/oferta, inclusive na escola, gerando demandas da escola para os policiais.

Encaminhamos como uma indagação crítica-reflexiva das situações problema relacionadas ao uso de cigarro de tabaco:

- Quais seriam os motivos para a escola e quais os significados mobilizados nos alunos com a participação da polícia na escola, em situações de consumo de cigarro de tabaco, sendo este uma droga lícita?
- O que impede a escola de, imediatamente, fazer uso de medida disciplinar quando os alunos se escondem para fumar no banheiro?
- Considerando-se que as informações sobre prejuízos do tabaco para a saúde (diferentemente das demais drogas) já se encontram amplamente divulgadas nas matérias escolares e fazem parte do currículo, o que falta nesta informação para que se torne efetiva como ação preventiva desenvolvida pela escola?

3.1.4 Crack

Situações-problema que descrevem o **consumo de crack** por alunos na escola

As situações-problema relativas ao envolvimento dos alunos com o crack chamam a atenção enquanto inserção dos adolescentes no comércio da droga em busca de renda para a família a qual, por sua vez, também já se encontra praticando o tráfico da droga. Assim temos duas situações em análise: 1) uso de crack por aluno, para praticar arrombamentos e trazer dinheiro para a mãe; 2) pais traficantes

“Ao dar as palestras em uma turma de 5ª série, fui informado que um adolescente de apenas 11 anos está envolvido com crack e está apoiado pela mãe onde a mesma incentiva ele (sic) a praticar arrombamentos na localidade, onde o menor traz os roubos para casa e a mãe manda ele roubar mais”. (SP7)

“Outra situação que é percebida comumente nas escolas é o relato de alunos (em sua inocência) em que o pai/mãe fazem uso de drogas ilícitas, maconha, crack, e muitos relatam a produção, como "meu pai estava enrolando as buchas de maconha, cocaína... para vender" . Nesta situação não observei nenhuma atitude tomada, pois quando se trata de ser dentro de casa torna-se mais complicada a resolução”(SP8)

O percentual de 18% obtido como percentual de referência para o crack nas situações-problema relatadas pelos sujeitos da pesquisa em nosso estudo é relevante e preocupante ante o comprometimento e surgimento de comportamentos de riscos, considerando que o consumo dessa substância denota implicações na saúde, aliado a estreita ligação quanto a cometimento de atos infracionais.

As circunstâncias nessa situação-problema relatada dizem respeito, primeiro a um fato que já mencionamos que é a idade precoce de contato com as drogas, e em segundo lugar dizem respeito à situação econômica: “... está apoiado pela mãe onde a mesma incentiva ele (sic) a praticar arrombamentos na localidade, onde o menor traz os roubos para casa e a mãe manda ele roubar mais”. Além, das condições de risco associadas às famílias de baixa renda, somam-se ainda outros fatores: evasão das escolas, inserção precoce no mundo do trabalho, exploração do trabalho infantil, ausência de perspectivas profissionais e projetos para o futuro, falta de oportunidade e de tempo para se dedicar ao lazer, caracterizando o

envolvimento com drogas por adolescentes em situação de pobreza como “dupla –exclusão” (Sudbrack, 2003).

O conteúdo das situações-problema revelado na pesquisa nos remete a uma hipótese de que o crack rapidamente se disseminou em todo o território brasileiro, tendo como estratégia para a sua distribuição a utilização das redes sociais dos adolescentes e de suas famílias na condição de pobreza, inseridos, assim, no comércio da droga, de uma forma muito específica e pontual. Por outro lado, os propagados efeitos do crack tornaram-se um atrativo para os jovens, apesar das seqüelas indelévels e comprometedoras.

No que concerne à parceria policiais-escola, observa-se uma condição de impotência de ambos os lados pela condição familiar e social diretamente envolvida.

A magnitude dos prejuízos deixados pelo envolvimento de crianças e adolescentes com o crack centram-se na necessidade de promoção de políticas protetivas:

- Como a escola pode se integrar aos demais segmentos implicados, notadamente a saúde e assistência, mas também à justiça da infância (através do conselho tutelar) para participar da rede protetiva necessária aos alunos em situação de risco pelo envolvimento com o crack?

Face à complexidade das situações que exigem soluções novas criativas, a disseminação do crack representa desafio considerável na política nacional sobre drogas, remetendo às políticas intersetoriais de prevenção, tratamento e redução de danos.

Dentre as políticas públicas, mais recentes em nosso país, o Governo Federal lançou o *Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas*³⁶, que contempla medidas relacionadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas ilícitas. Tal política prevê a integração permanente de ações articuladas entre os segmentos dos órgãos de saúde, segurança pública, assistência social, educação, desporto, cultura, direitos humanos, juventude, dentre outros, observando as diretrizes e pressupostos da Política Nacional sobre Drogas.

O *Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas* abarca os princípios da intersetorialidade, interdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social. Elenca dentre outras medidas, a estruturação e articulação direcionadas a ampliação das redes sociais por meio da articulação do Sistema Único de Saúde/SUS com o Sistema Único de Assistência Social/SUAS; a qualificação continuada de profissionais que atuam nessa área, bem como, capacitação de novos profissionais para atuação em ações de prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários do crack e outras drogas;

³⁶ Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm

promoção e ampliação da participação comunitária nas políticas de prevenção e tratamento e à reinserção social de usuários do crack e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas; a estruturação e fortalecimento das redes de atenção a usuários do crack e outras drogas, promovendo a participação de famílias, atenção a população vulnerável, dentre as quais, crianças, adolescentes e população em situação de rua.

3.1.5 Cocaína

Situações-problema que descrevem o **consumo de cocaína** por alunos, na escola

Destacamos dois relatos que trazem a citação de uso da cocaína, contemplando duas situações inusitadas e diferenciadas, mas que retratam de forma rica a abordagem das situações geradas na parceria da escola com os policiais.

A primeira situação destaca uma realidade familiar com o pai do aluno dependente de cocaína, em situação de sofrimento e pedindo ajuda.

“Um pai viciado em cocaína me procurou desesperadamente, em um estado maltrapilho na frente de todos os alunos alucinadamente pedindo socorro”.
(SP9)

Chama atenção o fato de um dependente de droga ilícita pedir ajuda a um policial que, por sua vez, assume a função de acolhimento e de mediador. Trata-se de algo difícil de acontecer pela resistência encontrada nos usuários para buscarem ajuda diretamente, face às características da demanda nesta clientela na qual raramente se encontram reunidos na mesma pessoa os três elementos da demanda, a saber : 1) o pedido de ajuda: quem pede; 2) o sofrimento: quem sofre e o sintoma: 3) quem consome (Sudbrack e Doneda, 1992).

Cabe discutir a importância dos policiais como apoio às famílias com pessoas dependentes de drogas, levantando-se a hipótese de que os mesmos representam papéis mediadores para os devidos encaminhamentos aos serviços da comunidade, uma vez que as escolas pouca disponibilidade e espaço abrem para este tipo de intervenção.

Uma segunda situação-problema é bastante polêmica, no sentido de que nos faz refletir sobre as estratégias de prevenção informando sobre drogas nas escolas, face à curiosidade dos alunos em conhecer a cocaína, no caso.

“Em uma escola do município alunos do último ano do ensino fundamental foram convidados pela professora da sala para realizarem um trabalho sobre prevenção às drogas e para isso, cada aluno deveria levar algum produto representando a droga sobre a qual o grupoalaria. Aconteceu que um dos alunos do grupo (na época usuário de drogas) quealaria sobre cocaína comprou uma caixinha da referida droga e levou para a sala de aula com o conhecimento dos outros integrantes do grupo, mas sem o conhecimento da professora. Ao final da apresentação do trabalho e sem a presença da professora na sala de aula o tal aluno revelou para toda a turma que o produto que estava na caixinha era cocaína de verdade. Como os alunos não acreditaram, ele desafiou que cada um colocasse um pouquinho na ponta da língua que ficaria amortecida. Alguns alunos aceitaram o desafio e colocaram um pouco da droga na língua e sentiram que a mesma estava amortecida. O aluno juntamente com seu grupo foi para o banheiro da escola e juntos fizeram uso da droga. Até onde sei nenhum dos funcionários da escola ficou sabendo dessa história. O pai do aluno descobriu que seu filho usava drogas e o encaminhou para tratamento médico e hoje o adolescente não faz mais uso de drogas e passa por um controle de seis em seis meses através de exames que constataam a presença ou não de substâncias químicas em seu organismo”.(SP 10)

O caso permite ilustrar a hipótese de que a escola pode estar fazendo a prevenção sem considerar as experiências prévias dos alunos e tampouco a reação grupal ao trazer informações sobre drogas.

O aluno usuário de cocaína aproveita a situação para que os colegas experimentem a droga. O grupo de pares favorece novas experiências, nele os adolescentes experimentam e compartilham novidades e desafiam a escola e a sociedade, definindo-se como lugar de conformismo e também de transgressão, como o marco onde se define, em “positivo ou em negativo, a identidade dos adolescentes” (Prina, 2003, em Debarbieux, 2003).

Na verdade, o aluno já era usuário experiente e disponibilizou o produto para os colegas “reconhecerem a cocaína”. O aluno usuário de cocaína funcionou como uma espécie de “conhecedor do assunto”. Fica como questão desafiando as estratégias preventivas na escola:

- Como administrar este tipo de situação em que a escola se propõe a informar sobre drogas e ocorre uma experimentação da cocaína trazida para fins “didáticos” por um aluno?
- Como avançar para a prevenção secundária, na abordagem daqueles alunos que já estão usando drogas?

3.1.6 Inalantes

Situações-problema que descrevem o **consumo de inalantes** por alunos, na escola.

O uso de inalantes aparece de forma desafiadora, na medida em que o aluno não somente fez uso no banheiro da escola, mas trazia frascos de “loló” para vender para os colegas.

“A faxineira de uma escola em que eu atuo como instrutor do Proerd, presenciou um aluno de 13 anos no banheiro fazendo o uso de inalantes (loló). Posteriormente foi constatado na mochila deste aluno vários frascos da referida substância, tendo o aluno relatado que vendia o produto ilícito para outros alunos da escola. Foi acionado uma viatura policial para registrar o fato em boletim de ocorrência, bem como o pai e a mãe do menor infrator. O menor foi encaminhado ao conselho tutelar, posteriormente entregue aos cuidados dos pais e encaminhado para acompanhamento psicológico em um posto de saúde próximo da sua residência. Após este episódio constatei que os inalantes são uma droga muito presente na vida escolar de vários alunos, tenho intensificado nas minhas aulas os efeitos a saúde quanto ao uso dos inalantes”.(SP 11)

Observa-se pela linguagem do relato da situação-problema que o fato adquiriu conotação judicial, sendo reconhecido com um ato infracional do aluno de 13 anos. *“Foi acionado uma viatura policial para registrar o fato em boletim de ocorrência, bem como o pai e a mãe do menor infrator”.*

Ilustramos aqui a hipótese de criminalização do aluno usuário - uma realidade muito comum nas escolas de considerar o aluno usuário como infrator, especialmente quando ele se envolve com a venda da droga. Pela sua idade e condição de usuário (não se sabe se já estava dependente) caberia medida protetiva pela condição de risco revelada no contexto da escola.

Podemos lançar como discussão desta lamentável realidade:

- O fato de ser apreendido na escola seria favorável ao encaminhamento do aluno?
- A designação do policial como infrator favoreceria sua trajetória na carreira delinqüente em vez de gerar as medidas protetivas adequadas e previstas na política nacional sobre drogas para crianças e adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas?
- O fato de estar vendendo “loló” para os colegas, em vez de ser encaminhado como ato infracional pelo polícia, não deveria receber encaminhamento pela escola como um **ato de exploração do trabalho infantil** ?

Um terceiro relato ilustrativo de situações-problema relacionadas ao consumo de drogas, destacando o consumo de droga, “inalante”, por um estudante. Trechos do relato, se referem a pedido de ajuda, “a perda da auto-estima e da vontade de viver”, bem como, a problemas de agressividade e de intimidação de professores.

“um estudante foi observado por um funcionário da escola no fundo da sala durante a aula, constantemente abrindo a mochila e chegando o rosto próximo a mesma, nessa mochila continha uma garrafa pet pequena de aproximadamente 200ml, com solvente de tinta, substância considerada inalante.

Ao ser visto insistentemente com essa atitude suspeita, foi retirado de sala com seu material escolar (mochila) de sala de aula, e quando interrogado pelo funcionário da escola (inspetor escolar), pediu para que este o “ajudasse” (não revelando o fato a ninguém), pois, tratava-se de substância inalante.

O estudante foi encaminhado a direção da escola, que prontamente entrou em contato comigo, apesar de não ser o dia em que eu estava nessa escola, encontrava-me em uma escola próxima, e ao terminar minha atividade na outra escola, segui para o local, com a finalidade de auxiliar a direção dessa escola.

Ao chegar na escola pude ver o problema de perto, e procurei entender o que levou aquele jovem de aproximadamente 14 anos a utilizar aquela substância, sem culpá-lo ou trazer qualquer peso psicológico (ou procurando não trazê-lo, pois o fato de eu ser um policial poderia fazer com ele se fechasse para o assunto).

Ao conversar e pedir que contasse a origem desse material encontrado com ele, bem como que o entregou ou vendeu, fui informado que nas proximidades da escola, circulavam pessoas que ofereciam, gratuitamente esse material, com um convite às drogas mais pesadas, ou seja, essa era de graça, caso quisessem algo mais forte, era só procurar aquele que o havia entregue o inalante.

Além dessa revelação, descobri por contar-me de forma espontânea os problemas vividos por aquele jovem, em uma família desestruturada, sem condições de uma vida digna, beirando a miséria, e más influências para todos os lados sem referências positivas). Pude naquele momento perceber através das palavras daquele jovem, que ele havia perdido toda a sua autoestima, sua vontade de viver, um jovem com um comportamento até pouco tempo elogiável, porém começava a apresentar problemas, agressividade e tentava intimidar até mesmo os professores.

Após orientá-lo, oferecer ajuda (pois, na minha cidade existem instituições ligadas à religião ou Ongs que prestam auxílio às pessoas com dependência química), também informei sobre as conseqüências daquela escolha que ele fez, e que ainda haveria chance dele mudar a história da vida que só estava começando, porém seria preciso um esforço muito grande, pois, naquele momento ele estaria decepcionando todos aqueles que acreditavam nele.

Após uma conversa difícil e emocionante, encaminhei o caso à direção, orientando a necessidade de registro em livro escolar, e que tomasse as medidas administrativas com a finalidade de proteção ao menor, bem como a solicitação do responsável para que participasse de uma conversa com vistas à solução desse problema, que poderia comprometer toda a família e comunidade escolar.

Apesar de ser um caso aparentemente difícil de ocorrer, ainda tive nessa mesma escola outra situação semelhante Solicitei auxílio do Batalhão da Região com a finalidade de prevenir que novos casos ocorressem. Há aproximadamente 09 meses, após o ocorrido, não houve mais registro desse tipo de ocorrência nessa escola. (SP 14)

A situação trata de uma questão muito atual, com o porte e uso da droga (inalante), observado por um funcionário, na sala de aula. É surpreendente o fato de que seja o inspetor escolar que identifica uma situação em sala de aula. – Como teria avistado o aluno? – E quanto a professora, por que não tomou nenhuma atitude? - Ou sua atitude foi chamar o inspetor escolar? – O que caberia à professora se tivesse o conhecimento do ocorrido, já que o ocorrido foi: “durante a aula”?

Na narrativa há um pedido de ajuda quando o aluno é interrogado pelo inspetor escolar, seguido de outro pedido de que não revelasse a ninguém. As solicitações traduzem uma necessidade de proteção. Naquele momento se instala o medo pela possibilidade de possíveis conseqüências com a descoberta do ocorrido. Isto nos faz refletir sobre as figuras de autoridade, aqui especificamente, no ambiente das escolas, os pais, professores, educadores, agentes de educação, que tem o ofício de controle e regulação social, bem como, cuidar e proteger, favorecendo aos adolescentes a possibilidade de identificar e compreender o poder de que dispõem, e assim assumir a responsabilidade diante dele, aprendendo a organizá-lo subjetivamente.

A discussão desta situação – problema nos remete ao tema da autoridade na escola que é acionada através da mediação do educador social de segurança pública. Convém lembrar que,

o reconhecimento da autoridade do professor depende de uma infraestrutura psicológica, moral, anterior à escolarização. Refere-se à permeabilidade, às regras comuns, à partilha de responsabilidades, solidariedade, cooperação, reciprocidade, etc. Observamos que a presença da droga na escola deixa os educadores bastante inseguros para exercer esta autoridade, fazendo uso de sua parceria com os policiais Proerd.

Além da dimensão do controle e autoridade sobre o aluno, podemos acrescentar que a escola busca no policial também uma proteção a si mesma, na medida em que teme o aluno que usa drogas como um provável agressor, numa associação direta com comportamento de violência. Não foi mencionado o desdobramento do pedido do aluno, ou mesmo de providências ao nível da escola, sabe-se apenas que a direção prontamente acionou o policial. Não se tem informações quanto ao diálogo entre o inspetor e o aluno. Este caso nos revela o quanto a violência é construída nas relações sociais, no caso, entre aluno usuário de drogas e os educadores que sequer conseguem abordá-lo. Neste sentido, podemos entender que o chamado à polícia poderia reforçar o ciclo de violências e de medo (Sudbrack, 2010), com intimidações do aluno em vez de um diálogo mais educativo. Por sua vez, este diálogo foi realizado pelo policial. Para o aluno, qual o significado de conversar sobre o consumo de drogas, pego em flagrante, com um policial? Como teria sido se o professor administrasse a situação diretamente?

Exercer a mediação institucional pressupõe habilidade de estabelecer regras e valores, contudo, oferecendo espaço para negociação. Se o caso envolve crianças e adolescentes, esses atos são permeados de afeto e cuidado, o que lhes garante proteção e o entendimento de limites por meio do diálogo (Pereira, 2009, p. 127). A situação problema indica o quanto esta escola teme os alunos usuários de drogas, numa relação linear entre drogas e violência no imaginário dos educadores .

A escola é descrita como uma instituição de controle e regulação social, que dispõe de uma autoridade em continuação à autoridade da família; autoridade que deve ser legítima, com suas normas, regulamentos e proibições. Na função de favorecer o saber, “a escola exerce também o papel de oferecer proteção, regulação e socialização”. (Lévy, 2001b, citado por Pereira, 2009, p. 145).

Por outro lado, cabe reconhecer a significação do vínculo que a escola estabelece com a instituição de segurança pública, na confrontação de situações que envolvem drogas e comportamentos violentos. O fato da direção da escola chamar a polícia, já que dispõe tão próximo, de operadores da segurança pública, não pode representar sanção, o que representaria retrocesso aos tempos das punições e dos castigos, pois, muito bem sabemos que

o emprego de tais sanções na maioria das vezes tinha efeito nulo ou contrário e não favoreciam o comportamento desejado. Felizmente, nesse caso, o vínculo estabelecido com a instituição policial, na parceria com a escola, traduz-se em auxiliar, como se refere o sujeito “*segui para o local com a finalidade de auxiliar a direção dessa escola*” e prossegue numa atitude de compreensão em ouvir o aluno.

Quando surge a figura do policial, mais uma vez constata-se a disposição em promover o espaço de escuta, mesmo reconhecendo que a postura da autoridade policial poderia dificultar o diálogo. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que em certas condições, precise falar a eles (Freire, 1996, p. 113).

Na disposição de ouvir e compreender a postura espontânea do aluno em confidenciar a situação familiar, nos remete a definição de diálogo, (...) que se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia. Seria uma contradição se, amoroso, humilde e cheio de fé, o diálogo não provocasse este clima de confiança entre seus sujeitos (Freire, 2011, p. 113).

A mudança na percepção dos educadores sobre o aluno, inicialmente visto como “*aluno de comportamento “elogiável”*” e depois temido como um agressor, causador da intimidação de professores, é um sinalizador de que a presença da droga na escola dificulta a ação do professor. A associação entre violência o consumo de drogas no ambiente da escola e suas imediações, fica bem representada nos relatos trazendo, ao mesmo tempo, uma compreensão do contexto familiar do adolescente, mas esta não é suficiente para mudar a realidade dos fatos.

Observamos que a demanda de solução, por parte da escola naquele momento, se reduziu a acionar o policial diante do ocorrido. A escola busca no policial uma mediação para exercer sua autoridade junto às famílias. A direção abdica, assim, de poder/mediação que o cargo lhe reserva, delegando-a ao policial. Vale lembrar que a autoridade exercida na escola permite que o adolescente construa limites e regras, e mesmo sinta-se protegido, pois, o limite representa proteção, e favorece possibilidades de domínio da agressividade. Como o relato não traz informações das providências que antecederam a vinda do policial, não podemos dizer que a escola nada fizera anteriormente. Mas na situação em análise fica patente a sua delegação de competência/responsabilidade ao policial.

É pertinente afirmar que o policial demonstrou cuidado em fazer uma leitura circular, estabelecendo um vínculo de escuta ao aluno, procurando entender as redes de relação do adolescente, família, amigos, estrutura sócio-econômica, dentre outros aspectos. Quanto a

encaminhamentos na busca de solução, adotou procedimentos administrativos adequados e inerentes a escola, sugerindo acionar o responsável para diálogo e tomadas de providências em co-responsabilidades entre família e escola.

Como inferência lógica trazemos o estabelecimento de um vínculo de confiança entre o aluno e o policial, e a interpretação pelo policial das redes de relações do aluno, como fragilizadas, e como oriundo de uma família disfuncional, quando se refere a “família desestruturada”.

Consolida-se neste relato uma hipótese já levantada em casos anteriores de que, mesmo com uma postura compreensiva das questões familiares do aluno, este é condenado pelo seu consumo, embora sem qualquer comportamento de violência atrelado. Prova disso é a forma como é relatado, enquanto uma “atitude suspeita”.

As situações trazidas sobre o envolvimento dos alunos com o uso de crack revelam, tanto na escola como no policial uma postura de compreensão da fragilidade da família do aluno, nos remetendo a uma análise crítica sobre a importância de uma aproximação da família.

3.2 Comportamento de violência na escola associado ao efeito de drogas

A análise do conteúdo dos relatos foi categorizada pela identificação qualitativa de informações que expressavam diretamente “uso e suposto uso de drogas”, associado a comportamentos de violência protagonizados pelo aluno, distinguindo 3 (três) níveis sobre os quais discorreremos a seguir:

3.2.1 Drogas e violência verbal e física entre alunos e entre professores e alunos

No primeiro nível de violência associado ao uso de drogas na escola, analisamos os relatos que, na visão dos sujeitos, traziam a performance de comportamentos de violência verbal e física dos alunos em sala de aula, na presença de professores e da direção da escola. Os achados evidenciaram a amplitude e complexidade do universo das redes de relação do adolescente, seja família, escola e relações de convívio social.

Na dimensão de questões de violência associado às drogas é significativa e desafiadora a atuação de professores bem como, de toda comunidade escolar. Percebemos a violência está presente nas ações dentro da escola e se manifestando das mais diversas formas, no espaço que deveria ser de harmonia, de amizade e respeito. Assim, o universo das escolas necessita

de novos instrumentais que lhes possibilite lidar de forma criativa e efetiva com os novos desafios que fazem parte do seu cotidiano.

Privilegiamos entender as diversas situações por meio do modelo sistêmico de promoção da saúde integral do adolescente, a ser cuidado na escola e na família, de forma a favorecer a superação de situações evidenciadas como perigosas e com intuito de minimizar riscos, entendendo que tanto a família como a escola podem se envolver na prática de mecanismos de proteção e estabelecimento de regras/leis.

A primeira ilustração de relato desta subcategoria identifica o movimento da diretora, buscando ajuda por parte do policial:

“A diretora da escola me chamou relatando que um menor aluno estava agressivo e que deferia palavrões e aparentava estar sobre o uso de drogas”, foi conversado com o mesmo na sala da diretora pois estava bastante alterado, como não houve um solução de imediato foi solicitado a presença de uma viatura que conduziu o mesmo até uma dp(sic). (SP 12)

A diretora, nesse relato, recorreu ao policial, visto estar inserido na comunidade escolar, como instrutor do Proerd, e como representante da segurança pública, o que naquele momento sugere ser um aliado no intuito de minimizar as situações-problema.

No trecho do relato que se refere a “*aluno agressivo*”, sugere associação com a informação “*deferia palavrões*”, concretizada como um comportamento verbal agressivo do aluno. Chama a atenção que o comportamento verbal agressivo nomeando palavrões - aparece relacionado com o uso de drogas de uma forma muito vaga – “*aparentava*”.

Questiona-se: qual a situação do aluno realmente? O que fez com que “*aparentasse*” estar sob efeito de drogas? Do que resultou esta percepção do policial? O que teria motivado a diretora da escola chamar o policial? Os palavrões ou o aparente uso de drogas do aluno?

Chamamos a atenção para todo um tipo de situações vagas desta natureza que justifica para a escola uma intervenção policial. Referir-se a uma possibilidade de uso de drogas, não seria uma tentativa de isolar este comportamento do aluno como único fator que desencadeou o comportamento agressivo? O que se passou com a diretora que teve que recorrer ao policial? Do ponto de vista do policial solicitado: como poderia intervir?

O comportamento considerado “*bastante alterado*” associado a não ter conseguido uma solução de imediato, levou a tomada de decisão de retirar o aluno da escola e conduzir a uma delegacia.

O que percebemos é que a autoridade da diretora e do policial não intimidou o aluno. O trecho “*como não houve solução de imediato*” não menciona que tipos de recursos foram utilizados para que o caso tivesse outro desfecho, como por exemplo, se houve alguma intervenção no sentido de acalmá-lo, e até mesmo a intenção de acionar a família. O que fica subtendido é que o comportamento “*bastante alterado*” e o aparente uso de drogas foram determinantes para a decisão de conduzir a delegacia.

Caberia investigar: - O que deixou o aluno assim? - Qual foi o contexto desta produção de violência? – Como ressignificar a situação para uma relação de violências, pois chamar o policial – sem entrar no mérito da adequação como medida educativa de limites – pode ter sido vivido como uma violência pelo aluno.

Na visão sistêmica, a violência aparece como um ato repetitivo e organizado de acordo com uma sequência de padrões de comunicação retroativos estabelecidos entre as pessoas. Para compreensão dos processos relacionais, os autores sistêmicos nos quais nos inspiramos adverte, sobre a importância de uma leitura circular da informação entre o que ocorre com vitimizado e vitimizador, bem como, entre o que vitimiza e o que culpabiliza os sujeitos. (Costa, 2006; Sudbrack, 2000)

Na análise do contexto onde se produziu a violência é importante refletir sobre conexões complexas, não lineares, considerando os tipos de contato e condições sobre os quais o sistema é submetido que envolve uma rede de interações, seja familiares, sociais, igreja, amigos, dentre outros. Procurando entender o que é causa e o que é efeito devemos ter claro que grande parte do comportamento tem sua origem nas interações entre as pessoas, do que ocorre entre elas, e entre os diversos sistemas. (Dalbosco, 2006). A natureza do relato do ponto de vista da abordagem sistêmica, nos remete a compreensão do fenômeno, de forma literal, o que representa colocá-los dentro de um contexto e estabelecer a natureza de suas relações (Capra, 2006).

Consideramos importante olhar para os múltiplos fatores que contribuem para as situações de riscos e não somente para as situações do uso de droga em si, como propõe a abordagem sistêmica (Sudbrack, 2003), visto que o pensamento sistêmico é “contextual”, em contraposição ao analítico, pois, ao se recorrer a abordagem analítica, o fenômeno é isolado para entendê-lo; no pensamento sistêmico o fenômeno a ser estudado é colocado num contexto mais amplo (Capra, 2006). Assim, é interessante destacar, nesta situação-problema, que as expressões *aluno agressivo* e *deferia palavrões*, podem representar um sintoma do que ocorre nas redes de relações do adolescente, contudo, é importante entender as demandas no

que diz respeito ao efeito das drogas, mas igualmente no que envolve os conflitos relacionais que geram a situação (Colle, 1996/2001).

Nossa hipótese de análise e discussão desta situação-problema é de que devemos observar o quanto o uso de drogas pode estar servindo para encobrir ou camuflar as situações relacionais, no caso, entre professores e alunos. Neste sentido estaria sendo um sintoma e cabe buscar seu significado nas relações e contexto onde se expressa. (Sudbrack, 2005)

Pesquisas atuais analisam até que ponto o que vem sendo denominado de “comportamentos de violência na escola” e que remetem ao policial, não se trataria, na realidade de situações disciplinares de competência e responsabilidade da escola que deveria intervir com poder na garantia das regras de conduta do ambiente escolar. Esta questão nos remete a uma discussão importante sobre o exercício da autoridade pela direção e professores nas escolas e que se revela um tanto fragilizado. Por outro lado, cabe reconhecer que as situações são difíceis e relevariam a necessidade de um trabalho mais amplo que extrapola, em muito, a competência escolar, propriamente dita.

A discussão sobre situações relacionais nos remete a estudo³⁷ que aborda a questão da educação, autoridade e violência, onde são apontadas dentre as considerações finais, reflexões quanto às relações de autoridade, seja na família, seja na escola, onde pais e professores tem o conhecimento legítimo e necessário para o pleno desenvolvimento de jovens, mas que requer o estabelecimento de “*vínculos fraternos*”, que não se limita a transmissão exclusiva de saberes, mas primordialmente, requer se indagar sobre as reais necessidade de cada jovem de acordo com as exigências e transformações sociais presentes nos dias atuais (Assis, 2009).

Prosseguimos na ilustração empírica da subcategoria em análise, trazendo uma segunda situação-problema na qual a relação uso de drogas e comportamentos de violência fica mais claramente nomeada e assumida no relato dos sujeitos:

“O aluno entrou na sala de aula totalmente sob o efeito da droga, a professora não havia recebido nenhum tipo de instrução para lidar com tal situação, ao se dirigir ao aluno o mesmo arremessou uma cadeira em direção a professora, mas na ocasião, ele dizia que só estava se defendendo dela, que ela queria matá-lo. Depois que passou o efeito da droga, que conversamos, com relação ao que conversamos, descobri que ele estava na verdade se defendendo do pai, que era viciado em álcool e que todos os dias

³⁷ Educação, autoridade e violência na escola: entendendo relações no diálogo com educadores. Jaqueline Tavares de Assis. Dissertação de Mestrado defendida em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

agredia o adolescente e que ele iniciou o uso do crack pra tentar disfarçar as agressões que recebia em casa. Pra ele a professora representava a figura do pai". (SP 13)

Ao expressar-se “*totalmente sob o efeito da droga*”, denota uma certeza do policial quanto ao estado em que se encontra o aluno, que teria feito uso demasiado da droga, resultando no comportamento agressivo como o mencionado em “*(...) o mesmo arremessou uma cadeira em direção a professora*”

A discussão requer entender fragilidades do contexto da instituição escolar em atender a determinados comportamentos de violência, em especial quando associados ao uso de drogas. No caso, a escola precisou chamar um policial para ajudar no manejo do aluno. Da mesma forma, remete aos fatores de risco do uso de drogas no contexto familiar no caso o alcoolismo e violência do pai do aluno agressor. Um dos maiores cuidados nestas situações é o de evitar patologizar os comportamentos desordeiros, inocentando as instituições sociais geradoras da violência (Debarbieux & Blaya, 2003)

O trecho do relato “*(...) a professora não havia recebido nenhum tipo de instrução para lidar com tal situação*”, ilustra o reconhecimento do policial sobre a necessidade de instrumentar docentes para lidar com tais situações. Pode-se depreender aqui, que a situação, na visão do policial chamado para intervir na escola, poderia ter sido encaminhada sem a intervenção externa, se os educadores tivessem mais preparo. Concordamos com esta perspectiva, pois a escola é lugar de convergência de ações preventivas, de busca de soluções pedagógicas que, por vezes, extrapolam o currículo escolar. Há necessidade de uma formação continuada onde se deve abrir espaço à participação nos problemas reais, vividos na escola e na comunidade.

Este relato nos remete à ênfase na aquisição de conhecimentos e de instrumentos pedagógicos de promoção de mudanças positivas, de avaliação, de novas idéias e de novas práticas de desenvolvimento da confiança profissional do professor (Debarbieux e Blaya, 2003). Podemos concluir que, mesmo que o professor não quisesse incriminar o aluno, acabou chamando o policial, naquele momento, denotando insegurança e despreparo para lidar com a situação.

Nas ações que pressupõem assertividade, a escola requer ser protegida e preparada para oferecer proteção e cuidado. Por outro lado, numa leitura sistêmica, podemos entender que a demanda da escola pelo policial pode ser interpretada como uma tentativa de proteção a si mesma, fazendo uso do seu bom vínculo estabelecido com o Proerd, o mesmo pode ser considerado fator protetor quando há abuso de drogas.

Cabe considerar que o que mais aflige o educador no cotidiano da sala de aula são situações imprevisíveis, que o fazem “perder o controle”. Com base no cotidiano da escola, o professor, pode e deve criar situações pedagógicas para agir mais adequadamente. (Marinho-Araújo, 2010). Entendemos que os professores por vezes em sua formação, não receberam preparo para lidar com alunos que expressam comportamentos inadequados, problemáticos, ou permeados de agressividade. Outros, se sentem solitários para lidar com situações que consideram graves e pedem ajuda. Trabalhando em contexto semelhante ao relatado nesta situação-problema, lembramos de nossa experiência pessoal quando ouvimos o clamor de professores, por uma ajuda externa, que somasse esforços na abordagem de situações de violência e uso de droga na escola. Nosso intento foi de adotar, a princípio, uma atitude de escuta da equipe pedagógica da escola para nos aproximarmos do problema, procurando compreender motivações, compartilhando experiências, acolhendo anseios, conhecendo a realidade da comunidade, para prosseguir priorizando demandas e propor ações conjuntas a serem tomadas a nível multidisciplinar, aliado a atividades com os alunos da escola. Assim entendemos que:

Lembrando Freinet (...) precisamos voltar às únicas técnicas válidas, manter, quer na escola, quer na vida, a confiança, o ímpeto, o dinamismo. Os erros são apenas um acidente de percurso, uma pedra na qual se tropeça, um muro que se pode evitar, uma árvore caída que se desloca ou que se contorna. (...) Se conseguirmos restituir aos educadores essa sensação de segurança que lhes é indispensável, mostrando e demonstrando-lhes que não apresentamos, de modo algum, teorias mais ou menos ousadas, mas, pelo contrário um técnica de vida de todos os dias (Elias, 2008, pp. 96-97).

Quanto à intervenção do policial, chama a atenção na narrativa do educador social da segurança pública, a sua competência em aguardar passar o efeito da droga para dialogar com o aluno e sua disponibilidade em entender melhor a situação-problema presenciada, quando interpreta a atitude do aluno em sua relação familiar com o pai que o agredia diariamente. Assim, o comportamento agressivo verbalizado e concretizado na forma física de arremessar uma cadeira em direção a professora é trazido pela descoberta do policial, como reflexos de problemas familiares.

Situações com desfecho desta natureza podem levar a uma culpabilização pura e simples das famílias que já se encontram bastante estigmatizadas.

Numa análise crítica reflexiva, este relato nos suscita as seguintes questões:

- Como poderia a escola ser ajuda em uma situação com esta, sem chamar um policial?
- Uma vez identificado o contexto familiar de risco, o que caberia à escola? Como resgatar os potenciais da família para ajudar o aluno?
- Como ajudar a família sem estigmatizá-la pelo fato do pai ser alcoolista?
- Quais desafios e possibilidades se colocam quando a escola se propõe a ampliar seu olhar e seu cuidado para as relações familiares e sociais do aluno?

Entendemos que quando fazemos uma abordagem sistêmica de compreensão do ser humano em seu todo, a ênfase concentra-se nos contextos e nas afirmações de leituras circulares de fenômenos. Para entendermos os riscos do uso de drogas associado a comportamentos agressivos vale mais uma vez uma visão circular, deslocando o foco da atenção do indivíduo para os vários sistemas das redes de relação do adolescente, prevendo e considerando que o êxito de possíveis intervenções permeia iniciativas que emergem, dentre outros, o papel da escola e da família.

Assim, reafirmamos a importância de compreender, à luz do pensamento sistêmico, o uso de drogas associado a comportamentos agressivos como um sintoma de que algo não vai bem no sistema familiar. A compreensão de tal fenômeno, pressupõe então, *situá-lo dentro de um contexto e, estabelecer a natureza de suas relações*. (Capra, 2006, p.42)

Olhar o adolescente e procurar ajudá-lo significa entender que “existe um adolescente que passa a construir suas idéias e relações a partir da compreensão da realidade em que se encontra inserido, pois, ao longo de toda a sua vida, o adolescente circula por grupos familiares, amigos, profissionais, escolares, religiosos, os quais são responsáveis pela estruturação de sua identidade” (Pereira, 2009, p. 20).

Se por um lado, não caberia a criminalização do aluno, é preciso atentar para os problemas de comportamento destrutivos da criança e do adolescente, em especial a agressão, condutas inadequadas, o consumo de droga, delinquência e violência, pois, preocupam pela natureza significativa e mesmo, pela possibilidade de comprometer o desenvolvimento saudável e colocar o jovem em situações de risco (Schenker e Minayo, 2003). Cabe, ainda, ressaltar que a entrada na adolescência é marcada por formas diversas de inserção ou exclusão social. O adolescente protagoniza diferentes formas de ser e estar no mundo, que devem ser identificadas e compreendidas por aqueles que fazem parte de sua rede social (Oliveira, 2010). Neste caso, vemos a importância de um trabalho integrado de escola com a família para um atendimento mais aprofundado do aluno.

Uma terceira situação-problema nos permite avançar na análise desta categoria, no caso de um aluno descrito como *“completamente transtornado e agressivo, tomado pelo uso de crack e álcool.”* Vejamos a ilustração com a narrativa do relato:

“O aluno se encontrava na escola completamente tomado pelo efeito do álcool que se misturava com o crack que ele havia consumido também. Ele estava completamente transtornado, não consegui assimilar o pensamento com as palavras que proferia, além de estar completamente agressivo, olhos avermelhados, como uma brasa de fogo, não ouvia nem atendia ninguém. Ainda dizia várias vezes que estava sendo perseguido por outra pessoa. Juntamente com a direção da escola achamos por bem chamar os pais até a escola, e viabilizamos um encaminhamento para uma avaliação a principio de uma equipe especializada no assunto, para a partir daí tomar as medidas que se fizessem necessárias”. (SP 14)

A associação álcool e crack aqui revelada diz respeito a um estágio de dependência de longo prazo, inclusive está clara a ocorrência de sintomas persecutórios, quando menciona, *“Ainda dizia várias vezes que estava sendo perseguido por outra pessoa”*.

Indaga-se há quanto tempo esse aluno vinha fazendo uso abusivo daquelas drogas para chegar naquele estágio. Houve conhecimento prévio da escola de crises anteriores? Será que só agora a escola teve conhecimento do grau de dependência de drogas, por parte do aluno? A escola já reconhecia esse aluno como usuário contumaz?

O estágio em que se encontra aquele aluno é de abordagem para tratamento com equipe multidisciplinar, sendo cabível o encaminhamento do policial para uma equipe especializada, conforme nos apresenta o sujeito *“(…) após acionar a família... “viabilizamos um encaminhamento para uma avaliação a principio de uma equipe especializada no assunto”*.

A associação do álcool ao crack sugere problemas familiares, psicológicos e físicos requerendo ações especializadas rápidas e eficazes. O tratamento da dependência do crack reside, em sua maior parte, em abordagens psicoterápicas e psicossociais. O uso do crack associado ao álcool, ao se combinarem, formam o cocaetileno e pode comprometer o organismo e até mesmo levar a situações fatais (Cruz et al, 2010). O crack atua no sistema nervoso central de forma rápida. Seu consumo deve ser compreendido como determinado por múltiplos fatores, que envolvem dimensões biológicas, psíquicas e socioculturais. Assim, é importante que profissionais e familiares que lidam com situações dessa natureza tenham conhecimento da origem dos problemas que envolvem a vida do adolescente, o seu dia-a-dia.

As drogas presentes no relato, álcool, uma droga lícita, é a droga psicotrópica de uso e abuso mais disseminado no mundo e o consumo do crack vem crescendo principalmente entre adolescentes. Quando se pensa em equipe especializada, abordagem e tratamento, considerando os danos físicos e psíquicos, à medida que surgem demandas, sem deixar de sofrê-las, é mister “considerar os indivíduos ao mesmo tempo como atores tangidos por necessidades que os orientam para ação e como pessoas dotadas de afetos e de representações que sobrecarregam as determinações devidas às instituições” (Barus-Michel, 2004, p. 85).

A intensidade com que se apresentam situações deste tipo nas escolas exige melhorar a qualificação profissional, reforçando a necessidade de preparo de profissionais na compreensão e manejo dos distúrbios decorrentes do uso abusivo de drogas.

3.2.2 Drogas e ferimentos graves entre alunos

Na conduta de adolescentes no espaço escolar, é importante levar em conta a intencionalidade do comportamento de agressão que resulta em ferimento grave.

Um agravante desta subcategoria é que além dos efeitos da droga propriamente, a motivação da violência esteja talvez mais associada a uma defesa do agressor face às ameaças da vítima sobre acertar de conta por dívidas de drogas. Constatamos até que ponto a cultura da violência que impera no mundo do tráfico invade o ambiente escolar, colocando os alunos uns contra os outros.

Neste nível de conteúdo identificamos o uso de drogas seguido de comportamento violento que resultou em ferimento grave, conforme ilustra o relato:

“fomos acionados pela orientadora educacional da escola, que na sala da 8ª série, um aluno estava enlouquecido e o mesmo feriu gravemente outro aluno no interior da sala, fazendo a vítima sangrar. Ao chegarmos à sala observamos que o agressor possivelmente estava com sintomas de uso de alguma droga, ao abordar o aluno o mesmo nos agrediu com palavras e não queria ir a direção para conversar, depois de algum tempo conversando com o mesmo, conseguimos convencê-lo em ir a direção, o aluno agressor tinha aproximadamente 1,85 metros de altura, era forte, o que dificultaria sua condução sem maiores danos físicos. Na Direção, pedimos apoio de uma Viatura e encaminhamos o mesmo a Delegacia da Infância e da Juventude. Na delegacia os alunos falaram que fizeram uso de cocaína e que a origem da briga foi por falta de pagamento do produto da vítima para o agressor. No momento da abordagem

encontramos com a vítima um pequeno papelote com cocaína, onde o mesmo dizia que era do agressor. Tudo aconteceu na frente de vários alunos e do professor”. (SP 15)

Observando o trecho do relato em que o aluno *estava enlouquecido* seguido da constatação é afirmado que houve agressão física com ferimento grave: “*feriu gravemente outro aluno no interior da sala, fazendo a vítima sangrar*”, está claro o comportamento de violência física e assim, a sala de aula, espaço de convivência harmoniosa para aprendizagem tornou-se ambiente de desafios para a prática docente onde professores podem apresentar dificuldades emocionais para lidar com os problemas. Como afirma Jurandir Freire Costa “A violência é uma particularidade do viver social, um tipo de ‘negociação’, que através do emprego da força ou da agressividade visa encontrar soluções para conflitos que não se deixam resolver pelo diálogo e pela cooperação” (Fante, 2005, p. 155)

Uma vez que a situação ocorreu na sala de aula, onde o professor exerce sua mediação, as decisões sobre o que fazer recaem sobre o professor e este pode vivenciar conflitos e inseguranças face ao inusitado:

o medo de escolher um caminho não muito adequado, dar uma resposta equivocada, tomar uma decisão injusta e agir impetuosamente gera muita insegurança quanto ao que fazer nessas horas. As relações de poder na escola podem favorecer o desequilíbrio que pode comprometer a aprendizagem. (Marinho-Araújo, 2010),

Naquele momento, a sala de aula não era mais domínio do professor, que não tinha o controle da situação, sobressaia o poder do agressor que é garantido pela sua força física, pois, *o aluno agressor tinha aproximadamente 1,85 metros de altura, era forte. É comum o agressor, se apresentar mais forte que seus companheiros* (Fante, 2005). Naquele momento, ele consolidou a sua intenção ferindo gravemente o colega, fazendo-o sangrar.

São importantes ações disciplinares, a manutenção do auto-conceito, a competição com companheiros, o teste de novos comportamentos, o compromisso com responsabilidades e o estabelecimento de padrões de comportamento (Oliveira e Antonio, 2006). Golpes e ferimentos estão presentes nos níveis de conceitos de violência definidos por Charlot (Abramovay et al, 2003).

Os dados mostram que a situação do professor não foi confortável e pelo relato entendemos que o bom andamento da sala foi comprometido. O grau de preocupação da professora, seguido da orientadora educacional, quando perceberam a dificuldade levou a decisão de acionar o policial. Pela natureza da situação, a iniciativa foi a de se apoiar na instituição da segurança pública. Indagamos, quais outros desdobramentos de decisões foram

concretizados para manutenção do clima de normalidade e ações preventivas, após o ocorrido naquela escola? O que foi feito para evitar que se tornem problemas recorrentes?

No que diz respeito à decisão do policial de conversar com o aluno foi uma forma de acalmá-lo e proceder aos encaminhamentos. Quais os sentimentos que a situação-problema vivenciada naquela sala de aula despertou nos outros alunos? Após um fato amedrontador como este, o que representa a sala de aula para aqueles alunos? Pela narrativa há a clareza na informação da intensidade da agressão, visto que a vítima chegou a sangrar.

As brigas ocorrem por algum motivo, múltiplos problemas contribuem para que ocorram tais comportamentos agressivos que resultam em violência física. Inicialmente, não há clareza quanto ao uso de droga, pois, se refere: *o agressor possivelmente estava com sintomas de uso de alguma droga*. Mais adiante no relato, *No momento da abordagem encontramos com a vítima um pequeno papelote com cocaína, onde o mesmo dizia que era do agressor*. E mais a frente em outro trecho do relato: *Na delegacia os alunos falaram que fizeram uso de cocaína e que a origem da briga foi por falta de pagamento do produto da vítima para o agressor*.

No relato do sujeito, a afirmação do aluno ratifica o uso de drogas e dívidas para aquisição do produto. O agressor estava envolvido no tráfico e naquele momento ele rompeu regras e valores de convivência no espaço escolar, agredindo de forma violenta o colega. A interferência do sujeito ocorreu de modo direto, uma ação inerente a sua função na instituição policial, assim conduziu os alunos à delegacia.

Lançamos aqui a hipótese de que a cultura de violência do tráfico de drogas estaria invadindo a sala de aula, na medida em que coloca colegas em rixa e ameaças de morte. É necessário impedirmos este ciclo de violência que gera violência, pois, no caso, ambos os alunos estariam sendo vitimizados pelo o contexto rígido de prestação de contas do mundo do tráfico de drogas e que na perdoa ninguém dos deslizes. Um aluno vitimizado, possivelmente, terá medo de retornar à escola, sofre dificuldades com os pares, até mesmo rejeição e se torna alvo de zombarias pelos colegas (Debarbieux, 2002). Alunos intimidados sofrem conseqüências.

O relato é esclarecedor quanto aos que presenciaram a situação: *Tudo aconteceu na frente de vários alunos e do professor*". O que fazer, enquanto educadores, face a situações deste tipo? Tornar-se passivo pelo medo; adaptar-se ou indignar-se? Ou acreditar em mudanças? Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. (...) No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me *adaptar* mas para *mudar*. (Paulo Freire, 1996, p. 76-77). Percebe-se que o contexto de acertos de dívidas se torna bem mais difícil de intervir,

pois representa entrar no mundo do tráfico. Então estes casos serão realmente, “casos de polícia”? Coube, inclusive apreensão da droga ilícita (cocaína).

Nos trechos que se seguem, percebemos que os alunos, vítima e agressor, foram encaminhados à delegacia:

“Na delegacia os alunos falaram que fizeram uso de cocaína e que a origem da briga foi por falta de pagamento do produto da vítima para o agressor. No momento da abordagem encontramos com a vítima um pequeno papelote com cocaína, onde o mesmo dizia que era do agressor. Tudo aconteceu na frente de vários alunos e do professor”. (Trecho da SP 15)

Esta situação-problema ilustra muito bem um tipo de relação entre drogas e violência que se relaciona muito mais com o contexto de pagamento da droga do que com os efeitos da droga em si. É evidente que se o aluno está precisando consumir mais irá se comprometer com dívidas e o ciclo se perpetua. Trata-se aqui de um tipo de vulnerabilidade que se coloca como motivadora de violência entre os próprios adolescentes, na medida em que o comércio de drogas utiliza como estratégia de distribuição dos produtos as redes sociais de adolescentes. Por sua vez, não se pode negar que a associação drogas e violência remete necessidade de mecanismos de regulação, que incluem as instituições de segurança pública, especialmente com questões relativas a dívidas e ameaças. Mesmos assim, do ponto de vista da escola, cabe ampliar o olhar, na dimensão multidisciplinar que aponta para as políticas públicas de saúde, educação. (Sudbrack et al , 2003).

Entendemos que o comportamento violento não deve ser considerado sem uma visão das dependências de contexto que extrapolam, em muito as dependências de efeitos das drogas. (Colle,1996/2001). No caso deste aluno, percebemos o quanto está envolvido com o contexto de fornecimento e de financiamento da droga de onde toda a violência faz sentido.

Cabe, ainda considerar uma dimensão que extrapola a questão das drogas, adentrando-se pelos aspectos culturais de resolução de conflitos pela força física, de certa forma frequente entre adolescentes. “A violência, em geral, caracteriza-se pela competição e pela pretensão do sujeito de perceber-se melhor e de funcionar como um predador do corpo do outro para usufruto próprio” (Feffermann, 2006, p. 172).

O olhar sistêmico elimina a dicotomia entre vítima e vitimizado, procurando compreender como a violência se constrói nas relações o que direciona uma nova compreensão da situação.

É mister a compreensão dos multifatores que circundam o agir daquele que pratica a violência e do que sofre a violência.

3.2.3 Drogas e presença de armas na escola

As situações-problema em relevo nesta temática são de natureza extremamente diferente: uma delas aborda o porte de arma branca (faca) por uma criança e a outra, o porte de revólver por um aluno adolescente. O que é comum em ambas é o fato de que o alvo da violência são colegas da escola.

Abordando o tema drogas e armas, destacamos o consenso de estudiosos sobre a intrincada situação que esse conteúdo apresenta, quando argumentam que a disponibilidade de armas de fogo impõe mudanças às comunidades conflituosas, propiciam o aumento de possibilidades de se fazer referências ao caráter de morte quando ocorrem conflitos nas escolas (Abramovay; Rua, 2002).

“Uma criança de oito anos levou para a escola uma faca de churrasco na mochila e disse que era para matar uma colega de turma. Com a movimentação dos alunos em torno da criança a professora se aproximou e visualizou o objeto. A equipe do Proerd estava em outra turma da escola e foi chamada para resolver a situação. Conversamos com a criança, tomamos a faca e chamamos os pais. A família não tinha conhecimento da atitude da filha. Sugerimos aos pais e a escola que a menina fosse encaminhada para a orientação psicológica e que a supervisão familiar que é um fator de proteção fosse uma meta para eles. Sugerimos ainda que a origem do comportamento da criança deveria ser pesquisado, pois tal ação poderia ser uma resposta a outra agressão”(SP16)

A posse de uma arma branca (faca) por uma criança na escola gerou pânico no clima a escola. Entendemos que o sentimento de insegurança aflora, principalmente, com a verbalização de suas intenções, quando a aluna afirma a intenção de matar uma colega de turma. O que teria motivado uma criança de 08 (oito) anos a levar uma arma (uma faca para a escola e desejar “matar um colega de turma”? Teria levado para se defender de alguma ameaça de colegas? Que modelos ela teria pensado imitar? Modelos de violência em casa, com porte de arma? Personagens do seu imaginário? Personagens de filmes de ação, terror, ou desenhos animados veiculados na televisão?

A criança aos 8 (oito) anos incorpora novos conhecimentos acerca do mundo a sua volta, desperta em si aspectos cognitivos, já tem capacidade de adquirir e concretizar conceitos, começa a pensar e elaborar o abstrato, amplia o conceito de objetos, estando aberta a introjetar vivências externas ao seu mundo interior. Daí, os modelos vivenciados em casa ou nas suas relações de convivência com seus pares podem ser imitados.

O porte de arma branca e a fala “querer matar um colega”, contido na narrativa, pode estar relacionado a exposição da criança a um filme contendo cenas agressivas. Pois, nesta faixa etária as crianças assimilam e repetem facilmente cenas presenciadas no seu cotidiano. Sabe-se que por várias razões, dentre as quais, contingências econômicas, os pais saem para o trabalho, ou se ocupam com outras atividades e as crianças tem livre acesso a televisão. E ainda, as relações interpessoais na família são impregnadas de atos violentos, ameaças e até mesmo o uso de objetos, como faca e outros instrumentos, servindo como modelo de comportamentos agressivos.

Consideramos importante observar o fenômeno em toda a sua complexidade. Portar uma arma, seria como portar um objeto para sua defesa? Os alunos que portam armas sofreram algum tipo de ameaça, ou violência física ou psicológica?

Neste contexto, cabe mencionar estudos internacionais em escolas alemãs, (Levantamento da População Estudantil de Nüremberg/Alemanha) em que os alunos revelaram que portavam objetos defensivos quando presentes na escola. E ainda, esses mesmos alunos “xingavam, caluniavam e batiam nos colegas, e mais frequentemente cometiam atos de vandalismo e admitiram ter ameaçado ou assediado sexualmente outros colegas”. Os alunos que portavam armas também eram vitimados por violência verbal e não-verbal com frequência muito maior. É interessante, neste levantamento de Nüremberg, que a razão citada para violência que aparece com maior frequência é “*exibição e tentar ser aceito*”. Foi salientado naquele levantamento que, quanto mais isolados mais os alunos se metem em brigas, mais xingam, mentem, entram em brigas e cometem atos de vandalismo e, mesmo ameaçam outros colegas com uso de armas”. (Debarbieux, 2002, pp 141-147).

Estudos citados por Silva (2009), destacam que alunos que protagonizam brigas e outros que se sentem tristes ou com sensação de inúteis, num período que se estende por mais de duas semanas são mais propensos a portarem armas.

Estar só, como assevera Enriquez (2004/2005), revela uma possibilidade de não ter a vivência e partilha do “nós”, viver em grupo, de entender e colocar-se no lugar do outro. A sensação de pertencimento é vivenciada quando as pessoas passam a reconhecer o vínculo

íntimo com o “nós”, e, se percebem prontas a um compromisso social, que passa a legitimar-se, que lhes confere unidade – *tornam-se atores sociais*. (Barus-Michel, 2004).

Ao indagarmos sobre o poder que emana de portar uma arma, entendemos que chama atenção de outros sobre si, oferece “segurança” e sensação de proteção e domínio, podendo, no entanto, gerar novas formas de violência. É um poder subjetivo, que deixa a pessoa vulnerável e exposta a maiores riscos.

É comum na literatura, que o uso de armas ganhe significado de símbolo e poder com marcas de gênero, ou seja, de masculinidade. Se registra que as armas são usadas no ambiente das escolas para intimidação física entre alunos e para própria defesa (Abramovay & Rua, 2002).

Portar uma arma, em especial no ambiente da escola, revela intenções revestidas de gravidade. Pesquisas realizadas na América do Norte revelam que significa para os jovens mais do que intenção em cometer algum crime, fazer-se respeitar, buscando assim, defesa e proteção (Abramovay, 2005).

Os dados, semelhante a relatos anteriores, realçam a presença do policial como requisitado para solução e desdobramentos de ações.

Cabe destacar que este fato em nada se associa a drogas (na narrativa disponibilizada), que a falta de detalhes não permite analisar com maior profundidade.

No entanto, a presença de armas de fogo na escola fica ilustrada com uma situação-problema na qual o recurso ao uso de armas está diretamente relacionado com a influência de parentes que tem envolvimento com drogas:

“Parentes de um aluno tinham envolvimento com drogas e influenciavam o mesmo a ser violento. Foi solicitada a presença da nossa viatura em uma escola municipal pois um aluno se encontrava armado (menor de idade). Apreendemos um revólver calibre 38 com o aluno. Nessa época não era instrutor do PROERD” (SP 17).

A ocorrência de situações-problema relacionadas à violência e às drogas, e a presença de armas geram um sentimento de impotência nos educadores, implicando em risco e perigo para toda a comunidade escolar.

Os meios de comunicação diuturnamente se referem à facilidade de acesso às armas, suscitando que deve ser forte razão para o exercício do controle mais rigoroso e adoção e aplicação de leis sobre o desarmamento. As questões continuam a povoar esse universo da violência com a utilização de armas, de fogo e brancas.

Questionamos:

- O controle severo quanto ao uso de armas teria evitado tantas tragédias, de que temos notícias, principalmente nas escolas e imediações? Lembramos o ocorrido, em abril de 2011, na escola em Realengo – Rio de Janeiro, onde crianças e adolescentes foram vítimas de uma pessoa, que após invadir aquele estabelecimento de ensino, de posse de armas e munições, atirou e matou 12 alunos, deixando outros 12 feridos, e depois suicidou-se.

- Quais medidas eficazes podem inibir a entrada de armas na escola?

- A quem cabe o controle da entrada de armas na escola? Qual o papel do policial de segurança pública na prevenção da violência pelo porte de armas entre jovens? E na população geral?

No Brasil, infelizmente, constata-se que as armas são facilmente adquiridas, principalmente, por meio de amigos e conhecidos. Pesquisa recente realizada no DF revela que, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares, os estudantes demonstram familiaridade com os mecanismos de compra (Abramovay & Rua, 2002). No mesmo estudo, foi constatado que os professores de escola pública demonstram as suas limitações ao tentar coibir a entrada de alunos armados. Embora não tenha sido encontrado um número significativo de armas nas escolas, os alunos revelaram que o porte e utilização no ambiente escolar servem para intimidação física e “para defesa”. Em discussão sobre o armamento, constata-se que os alunos mostram-se conscientes do poder de agressão não somente das armas de fogo mas, principalmente, das chamadas armas brancas e outras (Abramovay, 2002).

A presença de armas de fogo e brancas no ambiente da escola pela sua associação à violência, gera sentimentos de insegurança, medo e pânico em toda a comunidade escolar, atinge famílias, e a sociedade de um modo geral, acarretando preocupações, trazendo conseqüências incomensuráveis, a nível pessoal e ao grupo. Os prejuízos afetam uma ou mais pessoas, trazem desdobramentos que podem perdurar por longo tempo ou mesmo durante toda uma vida e deixam marcas indeléveis.

A violência que afeta o cotidiano das escolas, com base na força física, no porte de armas, na intimidação de alunos está relacionada aos conflitos entre os grupos de jovens que formam as denominadas gangues, situada, portanto nas redes sociais dos alunos. A situação-problema citada, deixa evidente o quanto o próprio ambiente familiar pode iniciar o jovem, inclusive ao porte de armas. Os desafios estão colocados para a escola e para a sociedade como um todo que debate sobre o porte de armas. Entendemos que ainda não se fala o suficiente sobre a relação entre armas e drogas, sendo este um ponto de relevância a debater. Sabemos que o

comércio de drogas está associado ao comércio de armas, sendo que as mesmas são uma moeda de troca na exportação da cocaína para os Estados Unidos (EUA), por exemplo.

Além dos aspectos subjetivos já relacionados e os desafios para a escola no controle da entrada de armas, não podemos deixar de analisar esta questão em sua dimensão macro-econômica que resulta tão fácil acesso de armas pela população juvenil brasileira, com a perda de tantas vidas. Ficam as questões para reflexão e direcionamento de políticas de controle de drogas relacionadas à entrada de armas no Brasil:

- O que representa esta facilidade de adquirir armas no Brasil?
- De onde surgem tantos armamentos superiores aos da polícia? Quem supre o tráfico de poderosas armas? Onde são fabricadas?
- Quais as ações da política nacional de controle poderiam agir sobre a implicação entre comércio de drogas e comércio de armas, evitando seus nefastos efeitos ?
- Como sensibilizar os jovens e comunidades para os riscos do armamento?

3.3. Ameaças e mortes violentas nas imediações da escola

A natureza da temática levantada pelas situações-problema desta categoria de análise considera os relatos de homicídios e de ameaças de morte nas imediações da escola. A discussão do tema extrapola, sem dúvida a questão escolar e nos remete a uma realidade que está sendo discutida no âmbito das políticas dos direitos humanos, envolvendo a questão mais ampla da mortalidade juvenil. Dentre as ações se inclui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte/PPCAAM. Vale destacar parceria firmada, em 2008, entre a Secretaria de Direitos Humanos/SDH da Presidência da República, o Observatório de Favelas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância/Unicef e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro para implementação do Programa de Redução da Violência Letal/PVRL³⁸.

Esta categoria aborda situações-problema que trazem conteúdos atrelados a homicídios e ameaças de morte na escola e imediações. Traz ainda, um panorama de situações ocorridas em alguns países, entre eles o Brasil, acerca de nefastas ocorrências de violência nas escolas

³⁸ Unicef, Brasil. Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2005/2007/ Unicef; Secretaria de Direitos Humanos; Observatório de Favelas; Laboratório de Análise da Violência; Programa de Redução da Violência Letal. Brasília – Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

que resultaram em inúmeras mortes, bem como, dados de homicídios de adolescentes, apresentado pelo Índice de Homicídios na Adolescência/IHA³⁹.

Os fatos não ocorrem necessariamente no espaço físico escolar, mas tem forte ressonância entre os alunos que são mobilizados e trazem suas reações para o contexto da escola.

Organizamos a discussão em torno de três níveis de análise emergentes, num recorte que permite diferenciar e, ao mesmo tempo, articular a violência na comunidade que tem ressonância no espaço e ambiente escolar, as questões relacionais entre alunos e a relação entre homicídios e ameaças com as drogas. Assim, temos: 1) Mortes /homicídios nas imediações da escola; 2) Morte/homicídios entre colegas em contexto de ameaças; 3) Morte /homicídio por aluno usuário de crack, em acertos de conta de dívidas por drogas

3.3.1 Morte/homicídios nas imediações da escola

Iniciamos pela situação-problema que introduz sobre a ressonância no ambiente escolar de homicídios ocorridos na comunidade.

“Quando cheguei para trabalhar na escola no período da tarde, todos os alunos estavam comentando de um homicídio que havia ocorrido na hora da saída do período da manhã, onde muitos alunos estavam assustados porque além de ter acontecido nas proximidades da escola, também foi perto da casa de alguns alunos, ainda têm os alunos que saíram e viram o corpo caído na rua”. (SP 18)

Fica claro no relato o clima de insegurança instalado naquele momento, por ter acontecido nas imediações da escola e próximo as residências de alguns alunos que “*estavam assustados*”. A situação adquire significados e pode gerar sentimentos de medo de ir à escola e se deparar no meio do caminho com algum tipo de ameaça relacionada ao fato. Os alunos foram afetados e aquela situação se constituiu um fator estressor pela proximidade com o fato violento, inclusive vendo o corpo da vítima na rua. Esse tipo de acontecimento invade a atenção dos alunos, desmotivando, inclusive para ir a escola.

³⁹ Índice de Homicídios na Adolescência/IHA que calcula número de adolescentes de 12 anos que são assassinados antes de completar 19 anos e estimativa para os próximos 19 anos. Unicef, Brasil. Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2005/2007/ Unicef; Secretaria de Direitos Humanos; Observatório de Favelas; Laboratório de Análise da Violência; Programa de Redução da Violência Letal. Brasília – Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

As escolas e imediações estão vulneráveis à violência que permeia a comunidade. Questionamos:

- O que fazer para minimizar a ocorrência de situações desta natureza nas imediações de escolas, residências?
- O que representa para os alunos conviverem com acontecimentos da maior violência, como é o caso de homicídios?
- Como a escola poderia dar espaço para elaborar esta mobilização que toma conta de todos?

A discussão desta categoria nos remete a uma hipótese e um olhar sistêmico, que vê a escola não como um lugar violento ou de violências, mas como um espaço de ressonâncias da violência que está na sociedade e não é necessariamente uma violência da escola. Ocorre que a escola como espaço social vivencia esta violência vivida pela comunidade local, pelos laços familiares e de amizade com os envolvidos que pertencem à mesma comunidade dos alunos ou dos educadores ou dos funcionários.

Face a tal contexto de laços e proximidades e, além disso, considerando que temos uma identidade planetária (Morin, 2006) e todos somos ligados como seres humanos, é preciso abrir espaços de expressão e de compartilhamento de situações como estas. Face à violência, não podemos deixar de, pelo menos, de nos indignar. Expressar o sofrimento e a indignação gerados pelas mortes violentas é necessário em qualquer contexto, sendo extremamente educativo para a vida prover situações de elaboração do luto.

O ciclo da violência - seja a repercussão e perpetuação, os riscos e vulnerabilidades sociais, que por vezes resultam em sofrimento, com reflexos no contexto familiar, em detrimento de situações de mortes ocorridas entre jovens e adolescentes, tem sido tema de estudo⁴⁰. Dalbosco (2006) destaca que *“essas famílias aparecem sem espaço para escuta, para o luto, para o sofrimento, sem direito de responsabilizar o culpado, sem justiça, sem cidadania, sem lei, sem visibilidade”* (...). Daí, se pode perceber ressonâncias da violência no ciclo familiar em decorrência de sofrimento e luto, possivelmente não elaborados.

⁴⁰ *Ressonâncias da morte violenta de adolescentes e jovens: Estudo Teórico Clínico de Famílias em sofrimento.* Dissertação de Mestrado defendida em 2006, por Carla Dalbosco, no Programa de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

3.3.2 Morte entre colegas em contexto de ameaças

Uma nova configuração se revela com outra natureza de comprometimento da escola, quando o fato /homicídio tem como vítima (ou autor) um aluno da escola e, o que é mais deplorável, quando o homicídio ocorre entre jovens. Na situação-problema selecionada e discutida a seguir, um aluno é ameaçado de morte por um colega e, de posse de uma arma, reage às ameaças cometendo um homicídio.

“Um certo dia um jovem que não fazia parte do grupo de AM, foi ameaçado de morte juntamente com sua família, e com medo de ser morto pelo ameaçador, comprou um revólver e em uma tarde de domingo descarregou a arma em AM no meio da rua em plena luz do dia”. (SP 19)

O fato de estar ameaçado de morte leva o jovem a adquirir uma arma e matar o colega antes que a situação se invertesse. Assim, apenas trocamos de atores ou de atores do homicídio. Este fato remete a uma experiência pessoal da pesquisadora em episódio conhecido ministrando curso em uma escola, cujos argumentos sintetizamos: *“estou ameaçado de morte e eu vou matar quem está fazendo esta ameaça”, e um outro colega reforçou, “e eu vou ajudá-lo, pois, professora, é muito melhor que a mãe dele chore do que a do meu colega”.*

O trágico acontecimento nos faz questionar por que o adolescente pensando em se defender premedita e pratica a ação violenta. Um dos eixos de discussão que encontramos na literatura e que diz respeito a esta situação-problema se refere ao tema da violência no contexto das rixas entre gangues juvenis.

No Brasil, a palavra gangue tem sido utilizada para designar um grupo de jovens, um conjunto de companheiros e também uma organização juvenil ligada à delinquência (Abramovay et al, 1999). ‘As gangues utilizam o uso da violência privada, baseada no poder das armas de fogo’ (Da Hora, 2008). As gangues desenvolvem atividades que incluem risco e perigo, e se constituem em atrativo para outros jovens, como a prática de atos infracionais. A formação de grupos, galeras, “tribos”, é uma das características da adolescência, que por vezes evitam ficar em casa, pois, os conflitos familiares ocorrem na convivência com os pais, daí a opção pelo convívio com os pares, com a turma, os são os grandes concorrentes da família podendo levar a padrões alternativos de conduta (Diógenes, 1998).

A influência das gangues nas escolas sugere indicadores de dificuldades no desenvolvimento das atividades pedagógicas, nas instituições de ensino (Abramovay et al, 2010).

As redes sociais vulnerabilizadas contribuem para a formação de gangues. Em contextos desfavorecidos, a participação do adolescente junto aos pares torna-se um dilema. Se, por um lado, o jovem precisa muito mais da “*força do grupo*” por encontrá-la fragilizada na família, por outro lado, a situação de pobreza em que vivem lhes traz limites cruéis. Neste contexto, visto que muitos adolescentes começam a trabalhar cedo ou se envolvem em organização de tráfico, de prostituição, como forma de sobrevivência, deixam de ter acesso a organizações juvenis educativas, bem mais saudáveis e construtivas (Sudbrack, 1996).

Cabe destacar que a literatura na área não diferencia grupos de gangues juvenis, atribuindo sempre uma conotação delinqüente, sem maior aprofundamento da análise da qualidade dos vínculos entre os participantes e de suas finalidades. Assim, esses grupos juvenis, em sua forma de agir, tornam-se cúmplices na trajetória de atos ilícitos dos mais variados tipos, são temidos e conhecidos no espaço público como desestabilizadores, e considerados como uma ameaça (Abramovay, 1993).

O adolescente tenta substituir o apoio da família pelo grupo na busca de uma verdade que seja “sua” e, conseqüentemente, que o leve à emancipação. (Sudbrack, 2003) Entretanto, em busca dessa autonomia, quando enfraquecidas as relações familiares, contribui para a formação de gangues. As gangues parecem congregar todos os “*desenraizados*”, os “*sem lugar*”, os “*sem referência*” no código de valores dominante e ensejar uma forma coletiva de territorialidade e reconhecimento. (...) Representam uma “*sociedade secreta*” criada a partir de uma condição compartilhada de estigma que, embora projetado espacialmente se constrói a partir de distâncias de outras naturezas sejam elas econômicas, sociais, culturais, dentre outras. (Diógenes, 1998).

Posto que o homicídio ocorre entre colegas da mesma escola, podemos questionar o poder das organizações juvenis que extrapola a relação de coleguismo, ou seja do compartilhar da mesma escola. Neste sentido, questionamos:

- Quais seriam estas forças (invisíveis) que estão levando jovens da mesma comunidade e da mesma escola para tamanha violência entre esses jovens?
- O que se passa com a dimensão da socialização e dos laços sociais que perpassaria o espaço magno da educação formal?
- Sabendo-se das rixas de território, qual seria o significado de pertencer à mesma escola, nesta perspectiva. A escola representa algo importante? Quais seriam estas referências de

agrupamento que estão disponibilizadas para os jovens na atualidade e que supera o sentimento de coleguismo?

A hipótese de discussão é de que a afiliação a gangues supre uma necessidade de pertencimento, mas causa preocupação quando essa busca de pertencimento envolve, de forma relevante, armas e drogas. O perigo do uso de armas é acima de tudo a destruição e a morte. “Os adolescentes, por vezes, sem perspectivas de empregabilidade, se inserem ou são incluídos no mercado ilegal de drogas. (...) por consequência, são os que estão mais vulneráveis ao extermínio” (Pereira, 2009). No Brasil, ocorreram 666 homicídios, dos quais 273, vitimaram jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos (Silva, 2002).

3.3.3 Morte por adolescente usuário de crack, em acertos de conta de dívidas de drogas

Identificamos, no relato apresentado a seguir, a morte de um adolescente envolvido com crack, por arma branca:

“Na semana passada fui surpreendido pela ligação de um colega policial me informando sobre a morte de uma menor de 16 anos que eu conhecia. Havia sido esfaqueado às 13h (horário que poderia e deveria estar na escola). Tratava-se de um jovem que havia participado conosco, 04 anos atrás, de um projeto desenvolvido em nosso quartel. Na época ele tinha 12 anos e eu ainda não era instrutor do PROERD. O projeto era o Policial Mirim e era destinado a crianças em situação de risco. Tínhamos reforço escolar, lanche, atividades esportivas, passeios, atividades lúdicas, dentre outras, embora se tratasse apenas de um projeto piloto onde atendíamos somente 15 crianças. Era uma ação conjunta com professores, comerciantes e membros do Conselho Comunitário de Segurança que pretendiam estender a ação para um número maior de crianças na cidade.

Nos últimos três anos perdi totalmente o contato com aquele jovem só o reencontrando no dia do seu sepultamento. Ao lado de seu corpo um colega policial que comandou a ocorrência encontrou um bilhete que sugeria a motivação do crime como acerto por dívida de drogas. O jovem que o matou também tem 16 anos e provavelmente é usuário de crack. Encontra-se apreendido à disposição do Juizado da Criança e da Juventude.

Durante seu velório, encontrava-me acompanhado do presidente do conselho comunitário, na época do projeto e ambos além de bastante tristes, de certa forma dividíamos um sentimento misto de culpa e impotência por perdermos o contato com aquele jovem, do qual só tínhamos boas recordações. Uma criança carente que morava com a avó devido a separação dos pais, mas um menino meigo, educado e bastante inteligente.

Ao conversar com sua avó ela me contou que o neto estava com “más amizades” (não revelou o envolvimento do neto com as drogas). Fiquei bastante triste ao constatar o quanto somos fracos no sentido de oferecermos as nossas crianças e jovens alternativas saudáveis ao uso de drogas. Eles não possuem espaços suficientes para o lazer, prática de esportes, atividades culturais, orientação e acompanhamento.

O projeto mencionado acima continuou apenas mais um ano e foi abandonado por falta de apoio. Acreditem que meu maior desejo nesse momento era não estar dando esse depoimento... (SP20).

Na fala acima se constata uma morte prematura, “sobre a morte de um menor de 16 anos”; o autor do homicídio na mesma faixa etária: “O jovem que o matou também tem 16 anos” e, o fracasso na permanência do aluno na escola: “no horário que poderia e deveria estar em sala de aula. Que estratégias educativas poderiam ser utilizadas para manutenção no aluno na escola e evitar a evasão?

Trata-se de uma situação onde se observa a solidariedade, tristeza e compaixão do policial, diante do ocorrido, lamentando a perda do adolescente. Identifica-se no rol de preocupações, a constatação da impotência e fragilidade nas ações empreendidas. Manifesta-se na fala do sujeito a necessidade de opções de atividades que sejam atrativas para manutenção do aluno na escola. Este relato traz a informação de um projeto que inclui o desenvolvimento de ações conjuntas, desenvolvidas de forma salutar, pela instituição policial, envolvendo professores, Conselho de Segurança Escolar e comunidade local, como estratégia para mobilização de adolescentes em atividades de lazer alternativas ao uso de drogas. Consta, de forma vaga, a informação que o projeto não teve continuidade por falta de apoio.

A situação-problema em análise nos remete a um panorama de situações ocorridas em alguns países, entre eles o Brasil, acerca de nefastas ocorrências de violência nas escolas que resultaram em inúmeras mortes, contextualizando, assim, essa realidade numa visão mais ampla.

A partir da década de 1990 trágicos assassinatos e suicídios passaram a acontecer mais amiúde fatos no ambiente das escolas. Tais fatos aguçaram estudiosos que começaram registrar estatísticas e os resultados atemorizavam. Em Kentucky, nos estados Unidos, no ano de 1997, um adolescente de 14 anos, após o ritual de orações matinais, atirou e matou três colegas e feriu outros cinco. No ano seguinte, 1998, em Jonesboro, no Arkansas, também naquele país, dois estudantes, com 11 e 13 anos, numa escola, atiraram e mataram quatro meninas e uma professora. Ainda, no mesmo ano de 1998, em Springfield, Oregon, um adolescente de 17 anos atirou e matou dois colegas e feriu outros vinte. No ano seguinte, em 1999, dois adolescentes, de 17 e 18 anos protagonizaram a tragédia de Columbine, utilizando explosivos e armas de fogo, assassinaram 12 companheiros, um professor e deixaram dezenas de feridos. Em seguida suicidaram-se. Em 1999, uma semana que se seguiu a tragédia de Columbine, em Taber – Canadá, um adolescente de 14 anos disparou ao seu redor, matando um colega de escola (Fante, 2005).

No Brasil, em 2003, no interior de São Paulo numa pequena cidade denominada Taiuva, um adolescente de 18 anos, numa escola que já havia estudado feriu seis alunos, um servidor da escola e a vice-diretora, em seguida cometeu suicídio. Na Bahia, em 2004, na cidade de Remanso, um aluno de dezessete anos atirou e matou um aluno de 13 anos, uma secretária e deixou mais três feridos. (Fante, 2005). No Rio de Janeiro, em Abril de 2011, um homem (ex-aluno) invadiu uma escola em Realengo-Rio de Janeiro, atirou e matou 12 alunos, deixando outros 12 feridos, e depois suicidou-se.

Em Valparaíso, região do entorno do Distrito Federal, a 35 km de Brasília, na manhã do dia 08.08.2011, um adolescente de 17 anos foi assassinado dentro de uma escola, segundo comentários da diretora daquela instituição de ensino, tratava-se de ex-aluno: “*Apesar de ter pedido transferência em março (2011), ele era sempre visto aqui*”. O aluno e outro colega fugiam de uma perseguição e assim, pularam um muro que dá acesso ao interior da escola, seguidos pelo agressor, que efetuou disparos provocando a morte e deixando um outro ferido (Correio Braziliense, 2011)⁴¹.

O acontecimento de Realengo- RJ, não diferente dos demais, comoveu o mundo, causou perplexidade. Voltar a escola que estudou a 10 (dez) anos atrás e cometer aquele massacre, suscitou muitos questionamentos e mobilização de toda a população brasileira, com alta cobertura midiática. Sobre este fato, questionamos:

⁴¹ Fonte: Seção Caderno Cidades, do Jornal Correio Braziliense, Brasília/DF, do dia 09.08.2011.

- O ex-aluno homicida e suicida teria retornado à escola para ressignificar experiências de sua adolescência? Quais?
- Que sentimentos as pessoas daquela escola experimentaram em relação aos fatos?
- O que representa na vida das pessoas estes eventos de tamanha violência real e simbólica?

No cotidiano daquela escola chamou atenção aquele ex-aluno, atentar contra a integridade física de tantos alunos e a sua própria, matando muitos e ferindo tantos outros. Os sentimentos das pessoas quando indagadas seja nas universidades, escolas, e outras instituições, e apresentados na mídia televisiva e escrita revelaram-se os mais diversos, dor, sofrimento, indignação, solidariedade, angústia, medo. Surgiram diversas explicações: bullying, transtornos mentais, dentre outras especulações. O fato é que situações como estas afetam a vida de todos e nos faz reconhecer limitações e mesmo impotência ao lidar com o inusitado fatal. Importante lembrar que os dados estatísticos revelam que o Brasil, sozinho, tem hoje 3% da população mundial e 13% dos mortos se comparado com o resto do mundo.

Na Argentina, em 2004, na cidade de Carmen de Patagones, após a execução do Hino Nacional, um adolescente de quinze anos, matou quatro colegas de escola, deixando outros cinco feridos, em seguida em estado de choque entregou-se a polícia. (Fante, 2005).

São situações graves que resultaram em morte envolvendo a população escolar. Do que se sabe, de algumas daquelas tragédias é que adolescentes estavam em disputa acerca do título de quem seria o melhor amigo de um dos autores da tragédia e discursaram com orgulho de conhecerem toda a trajetória para a consumação da tragédia de Jonesboro. Da cidade de Taiuva, São Paulo, a notícia é de que um colega do adolescente que responsável pela tragédia, tinha conhecimento do que estaria para acontecer (Fante, 2005). Os efeitos midiáticos contribuíram, certamente para uma espécie de imitações e repetições de homicídios nas escolas.

Fica a indagação do que teria sido motivador de tamanha barbárie, sendo que várias hipóteses se levantam: brigas entre alunos, mal-entendidos na escola com professores ou com funcionários da escola, acerto de contas entre gangues rivais. Inclui-se, ainda, fatores familiares e relações sociais da rede dos adolescentes e da escola.

De fato, em tais práticas, pesam muitos fatores, na maioria deles, o que veicula são informações sobre o perfil dos jovens agressores: comportamento frio e calculista, timidez, dificuldade nas relações interpessoais, rejeições, dificuldades de auto-afirmação. Acrescenta-se aspectos da localização geográfica e do clima da escola. Temos utilizado leituras em apanhados bibliográficos acerca da temática, que se constituem de uma série de relatórios

oficiais e de depoimentos prestados por educadores, dos quais destacamos que na França, em 1994, pela primeira vez foi montado um vasto programa de estudos empíricos sobre a violência escolar, patenteando a intenção de assumir o problema e tratar dele (Montoya, 2002).

Os episódios que envolvem alunos e a comunidade escolar revelam dificuldades no enfrentamento e encaminhamento pedagógico das situações o que nos deixa inquietos em busca de ações que possam ser eficazes e que possam minimizar o panorama da violência que afeta tantas pessoas. O clima gerado pela ocorrência de homicídios nas imediações das escolas tem revelado sentimentos difusos de mal-estar, de apatia, ou até mesmo de acentuada agressividade por aqueles que perderam um ente querido. Uma crise atinge as comunidades escolares e toda a sociedade. Instala-se uma espécie de angústia pública, medo e até mesmo conflitos intrapsíquicos que acometem alunos, professores e familiares envolvidos.

Um eixo de análise desta categoria de situações-problema seria o macro-contexto da mortalidade juvenil ou dos índices de homicídios na adolescência que constitui problemática de saúde pública pelas significativas cifras encontradas que levaram a um estudo de estimativa de mortes de adolescentes realizado pela Unicef e que apresentamos na página a seguir.

Tabela 13 – Índice de Homicídios na Adolescência para as capitais

Município	IHA (2007)	Número de mortes esperadas por homicídio (entre 12 e 18 anos)
Aracajú	1,3	84
Belém	2,9	528
Belo Horizonte	5,6	1472
Boa Vista	1,1	39
Brasília	2,2	667
Campo Grande	3,0	299
Cuiabá	2,6	184
Curitiba	4,2	868
Florianópolis	3,7	169
Fortaleza	3,1	1034
Goiânia	2,3	330
João Pessoa	3,4	298
Macapá	1,8	107
Maceió	7,1	884
Manaus	2,2	534
Natal	3,0	308
Palmas	0,5	16
Porto Alegre	3,6	552
Porto Velho	5,2	292
Recife	7,3	1351
Rio Branco	1,1	50
Rio de Janeiro	4,9	3025
Salvador	3,7	1191
São Luís	2,0	285
São Paulo	1,3	1502
Teresina	1,4	148
Vitória	5,6	195

Fonte: Índice de Homicídios na Adolescência, no Brasil / IHA 2005/2007

Dezembro de 2010, p. 31-32 . Secretaria de Direitos Humanos/Unicef /Brasil

A tabela 13, se refere à incidência de homicídios na adolescência/IHA nas capitais brasileiras, em 2007 e estimados para o ano de 2013. Recife, Maceió e Vitória apresentam os maiores índices. Belo Horizonte e Porto Velho revelam uma média de cinco adolescentes vitimados. Das 27 (vinte e sete) capitais, 19 estão com índices superiores a média (2,20). Os índices mais elevados revelam que estamos vivenciando uma situação muito grave, e que tende a piorar pois, muitos jovens morreram antes dos 19 (dezenove) anos.

A análise daqueles índices compreendeu 266 (duzentos e sessenta e seis) municípios, com mais de 100.000, (cem mil) habitantes. O que é mais lamentável, é que pela análise daqueles estudiosos, há uma estimativa muito alta de que se nada não for feito, aproximadamente 33.000 (trinta e três mil) adolescentes serão assassinados nas cidades com mais de 100.000 (cem mil), no período de 2007 a 2013. Desse total, mais de 16.000 (dezesesseis mil) mortes ocorrerão nas capitais dos estados brasileiros. (Fonte: Índice de Homicídios na Adolescência, no Brasil/IHA 2005/2007, pp. 31-32)

Acrescenta aquela pesquisa da Unicef, que no Rio de Janeiro, considerando a grande população, acrescido o alto índice de homicídios, a estimativa é de que mais de 33.000 (trinta e três mil) adolescentes serão assassinados nos próximos 7 (sete) anos, considerando o período de 2007 a 2013. (Fonte: Índice de Homicídios na Adolescência, no Brasil (IHA) 2005/2007, pp. 31-32).

O drama da estimativa causa espanto, inaugura o questionamento para entender este contexto histórico e suas conseqüências com relação a perspectiva de vida imaginada para milhares de adolescentes.

Encontramo-nos frente a situações-limite, o que leva a crer que a sociedade se depara, porque não dizer, com uma situação de angústia pública. Vivenciamos momentos em que se caracterizam naquelas capitais situações de perigo e risco, conforme as estimativas apontadas no IHA do período de 2007 a 2013. Perigo, pois percebemos que a realidade é de estar de frente a uma ameaça a integridade física e psíquica de nossos adolescentes e famílias, e o risco caracterizado pela ameaça iminente do que possa acontecer se nada for feito, como revela estimativa.

Questionamos:

- Para a nossa sociedade que se vê frente às situações que comprometem a vida de milhares de adolescentes, quais as metas a serem elaboradas para minimizar riscos?
- Quais os cuidados estão reservados para preservação da vida de adolescentes?
- Qual a relação desta violência de extermínio de milhares de jovens com as drogas?

Temos etapas a vencer, para instrumentalização e implementação de ações em prol de nossa juventude, ou então estaremos remando contra a maré da confiança que depositamos no futuro de nosso país. Se os jovens são a esperança, as estatísticas apontam a desesperança, quando se pensa em vidas que podem não mais existir se tantos homicídios previstos se consumarem. A estimativa tacitamente declara se nada for feito. Emerge na apreciação deste contexto a concretude dos fatos de que o passado não pode ser refeito, “os números não mentem”, revelam a estatística dos fatos, mas a memória do que aconteceu, e que entendemos assombroso, pois, são homicídios constatados, vidas que prematuramente foram retiradas do convívio neste mundo.

Ao pensarmos na realidade dos fatos, representados nos dados do IHA, são situações dramáticas que emergem condições de sofrimento para milhares de famílias, para toda a sociedade e que afeta o destino do país. Fica clara a vulnerabilidade no que diz respeito às possibilidades de acontecerem tantos homicídios no período da adolescência, que causam impacto, medo e desolação. Reconhecer os diferentes indicadores que contribuem para o aumento de homicídios é uma situação de emergência.

Trataremos no próximo item de questões relativas ao envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas que permite um aprofundamento da compreensão desta categoria de mortes violentas, principalmente, no período da adolescência.

3.4. Assédio de alunos para o tráfico de drogas no contexto sócio-familiar

Os achados desta última categoria de resultados revelam o quanto os alunos são envolvidos com situações de tráfico de drogas na família ou com amigos nas imediações da escola. Os relatos selecionados para análise permitem detalhar diferentes tipos de situações vividas pelos alunos adolescentes no contexto das próprias redes sociais - família, amigos e escola - relacionadas a fatores de risco para o acesso ao tráfico de drogas que reunimos sob a condição de “*assédio*”. Esta denominação justifica-se enquanto uma violência vivida pelos alunos, na medida em que, pela sua condição de minoridade, colocam-se em situação de vulnerabilidade às diferentes influências de seu contexto de vida, considerando-se que estão sendo vitimizados pelo assédio do tráfico de drogas que se utiliza desta redes sociais como estratégia de disseminação, comercialização e acesso aos produtos, assim colocados para o mercado juvenil. A condição de vitimização aqui assumida não isenta a compreensão de que existe uma participação dos próprios adolescentes no processo. No entanto, na medida em que tudo se passa no contexto de suas redes sociais, necessárias no seu processo de socialização,

entendemos que a presença do tráfico em suas relações familiares, de amizade e na comunidade representa uma ameaça face ao direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, na proteção de menores face às drogas.

Para fundamentar esta categoria de análise, cabe considerar que na primeira parte do instrumento foi pontuada a ocorrência de 15% dos casos no contexto familiar. Uma leitura da categoria “*outros*” no item sobre o local onde ocorreu a situação-problema revela que a residência do aluno aparece, na ótica dos sujeitos, como lugar onde proliferam maus-tratos, privações, pobreza, modelos de conduta inadequados, dentre os quais o abuso sexual, tráfico e comércio de drogas.

O desenvolvimento desta categoria temática é apresentado em 4 itens: 1) convivência de alunos com pais traficantes; 2) assédio dos traficantes “amigos” para vender drogas para os alunos; 3) alunos vendendo drogas na escola; 4) a escola como ponto de tráfico, à noite.

O entrelaçamento do tráfico de drogas nas redes das famílias brasileiras requer uma compreensão das diferentes realidades, em sua complexidade. No livro *Cabeça de Porco*⁴², os autores evidenciam, a importância de não se atribuir rótulos aos grupos humanos e indivíduos, alertando o cuidado, quando *a serviço da ciência*, tratarmos de questões como “o crime, a droga e a família”. Asseveram *a ausência de uma fronteira rígida entre o tráfico, a comunidade e o grupo familiar*, e considerando o aprendizado de *valores, identidade, compromissos, posturas, comportamentos, estratégias e estilos de vida*, existem sentimentos, emoções e forma de comunicação, por vezes comuns. Os membros desses grupos se permitem, ora absorver ou rejeitar ações, numa forma de permeabilidade que pode representar perigo, ora, se permitem voltar, retomar o caminho de casa, demarcando a linha tênue que entrelaça essas vidas. Um ir e vir, uma esperança de retomada da *vida “legal”*, livre de sanções penais; por contraste com o infortúnio, o fim de uma existência, a morte.

3.4.1 Convivência de alunos com pais traficantes

No intuito de proceder as reflexões sobre o tráfico no ambiente familiar, consideramos alguns relatos que dão conta dessa convivência dos adolescentes com pais traficantes:

“A aluna relatou à professora, a mim (Policia PROERD) e à turma que o padrasto e a mãe estavam envolvidos no tráfico de drogas e que sua casa era frequentada por

⁴² *Cabeça de Porco*. Celso Athayde, MV Bill, Luiz Eduardo Soares. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 295p.

“pessoas de várias procedências à noite toda (.....) por isso ela não dormia direito à noite e estava com sono na sala de aula. A denúncia foi feita à autoridade competente que, no final, prendeu o padrasto da aluna e a mãe assumiu o tráfico na região. A situação com a aluna ainda está em andamento”. (SP 21)

Constatamos que a aluna tem o seu espaço de convivência familiar comprometido, sendo imposta à intromissão de estranhos em sua casa, *“pessoas de várias procedências”*. Pode subtender-se riscos e perigo iminente quanto à segurança pessoal, bem como possibilidade de ocorrência de abuso sexual e de sedução para uso de drogas.

Observamos o descompromisso da família nos cuidados primordiais como as necessidades básicas, que incluem o respeito ao sono e aos compromissos da aluna para com a escola. Ainda, nessa situação, está clara a inquietação da aluna, bem como, estão evidentes os riscos a que está exposta, além dos perigos que ameaçam sua segurança pessoal.

Em outro relato a proteção e segurança também estão comprometidas, vejamos:

“A situação ocorrida em um Escola que atuo como Instrutor PROERD, foi a seguinte: Em um dia de aula normal na Instituição de Ensino, após o término dos nossos encontros semanais com as turmas de alunos, uma das alunas de 10 anos, chegou em mim e disse que queria conversar em particular e atendi prontamente. Ela começou perguntando sobre o que aconteceria com uma pessoa que vende drogas, respondi que poderia ser responsabilizada legalmente por seus atos. Diante disso, fiquei intrigado com aquela situação e a indaguei sobre o porque da pergunta. Então ela me disse que a mãe estava vendendo crack e maconha. O maior medo dessa criança não era a mãe ser presa, e sim, serem abandonados ela e o irmão menor, sendo entregues ao Conselho Tutelar, pois a avó falava para filha, caso ela fosse presa não iria cuidar dos netos. Ante ao fato exposto juntamente com a direção da Escola, ficamos entristecidos com aquela situação e logo a direção da escola chamou a avó para uma conversa. Eu peguei os dados pessoais da aluna e da mãe e encaminhei para que fosse feito o levantamento com o fim de constatar a veracidade dos fatos”. (SP 22)

Esta situação revela o medo do abandono familiar, vivido por uma criança de 10 anos, filha de uma mãe traficante e cuja avó afirma não assumir o cuidado dela, caso a mãe fosse presa, isso é claramente denunciado pela narrativa do sujeito: *“O maior medo dessa criança não era a mãe ser presa e, sim, de serem abandonados ela e o irmão menor”*.

A situação ilustra as consequências transgeracionais do envolvimento da família com tráfico de drogas, na medida em que a família está comprometida não apenas com uma atividade ilegal, mas colocando em risco a própria condição de cuidado e educação dos filhos. Por outro lado, sabemos que se trata de uma atividade econômica realizada para o próprio sustento da família. Quantas contradições!

Situações como esta nos remetem a uma discussão sobre a própria função da família, considerada como recôndito de transmissões de valores, onde os pais se utilizam de ferramentas para capacitar seus filhos a brincar, a se desenvolverem, a conviverem com outras pessoas, a sonharem, a amarem e serem amados, a serem criativos e tantos os atributos que imaginam como ideal. “A família é um lugar onde as crianças descobrem sentimentos de amor e ódio, e onde elas podem esperar simpatia e tolerância, assim como a exasperação que ocasionam”. Crescer envolve, além das tendências herdadas, uma questão de entrelaçamento do ambiente facilitador. (Winnicott, 2005). Questionamos:

- O que representa ser criado em uma família onde os pais vivem do tráfico de drogas?
- Quais valores são transmitidos?
- Como fica para a criança a compreensão desta atividade, uma vez que garante o sustento familiar?
- Como a escola poderia intervir?

Partindo da premissa de que os filhos recebem da família os valores fundamentais, nossa compreensão é de que as dificuldades vividas por criança e adolescentes no ambiente familiar como o envolvimento em situações de tráfico, os tornam extremamente vulneráveis à cultura da violência que é característica deste meio. Cabe considerar que membros da família desempenham papéis diferentes e as crianças vão se utilizando deles para fazer com que suas experiências abranjam um campo cada vez mais extenso de aprendizagens e de referências em seu preparo (ou despreparo!) para a vida. Neste caso, a mãe não deixa de ser mãe, mesmo sendo envolvida com o tráfico. Mas, também, não poderia colocar os filhos em tamanha exposição. Em hipótese alguma cabe julgar as famílias, mas sim, assinalar o paradoxo vivido por todos quando são sustentados pelo tráfico de drogas. Esta questão merece análise aprofundada, sabendo-se que muitos adolescentes são os executores desta atividade no sustento das famílias.

É complexa a situação de jovens que se encontram inseridos no “perigoso mercado de drogas ilícitas”. Se por um lado lhes confere oportunidade de trabalho e sustento próprio e de seus familiares, de outro pode lhes submeter a uma forma de vida sacrificada, entremeada de

domínio e sofrimento. Assim, vimos na obra literária de Marisa Feffermann⁴³ que sacrifício e dominação definem a lógica de funcionamento do tráfico de drogas. A vida de tantos adolescentes/jovens, por vezes, permeada por situações advindas de *condições sociais injustas*, de penúria e miséria, sem acesso ao mínimo necessário para sobrevivência, impõe transpor barreiras da legalidade. E, para superar a escassez do necessário, muitos desses adolescentes/jovens, se envolvem e adotam, como estratégia de sobrevivência, arriscadas atividades, onde, como a parte mais visível do tráfico de drogas, são alvos de responsabilização pelos ilícitos, vivem em constantes riscos e, mesmo podem ser vitimados por mortes violentas.

A condição de risco dos alunos se mostra ainda mais difícil quando são aliciados pelos próprios pais ao mundo do tráfico, entregando a droga para os clientes, como fica ilustrado no relato a seguir uma família traficante de maconha

“Tive que repor uma aula em um dia de segunda, foi quando tive o primeiro contato com "R", o tema da aula era "maconha" e os seus efeitos na saúde, "R" se demonstrou interessada no assunto quando por vezes eu falava dos efeitos psicológicos do THC ela confirmava com a cabeça, as vezes com sorrisos, foi quando já no final da aula ela resolveu falar e desabafou diante dos outros alunos, disse que a família toda (irmãs cunhados e padrasto) eram traficantes e que pediam para que ela entregasse as drogas para os clientes mas, afirmou que não era usuária”.(SP 23)

A narrativa demonstra que a aula do Proerd sobre a maconha foi uma referência de associação da aluna de sua vivência familiar com o tráfico de drogas. Mais precisamente, constata-se que a aluna é utilizada pela família para vender maconha na escola, entre os amigos.

A personagem aluna, trazida na narrativa, pelas contingências da vida, tem se tornado uma ponte no fornecimento da droga, pois, *“a família toda (irmãs cunhados e padrasto eram traficantes) e pediam para que ela entregasse as drogas para os clientes mas, afirmou que não era usuária”.*

- Como lidar com situações desta natureza?
- Além da denúncia feita pelo policial, como efetivar uma política protetiva face aos riscos que a própria família expõe o filho adolescente?

⁴³ *Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Marisa Feffermann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

- Quais seriam as ações a empreender na responsabilização da família ?
- Quais segmentos da rede a escola poderia acionar para complementar sua ação educativa e protetiva deste aluno?

Nossa posição reflexiva, face à complexidade de um cenário como este, onde pais-traficantes ganham adeptos na própria família, servindo-se dos filhos para vendas de drogas ilícitas, é de que a situação deve ser denunciada aos órgãos de proteção à infância. Trata-se de situações em que um membro da família, ou mesmo a família inteira, fica refém de operadores do tráfico. *A criança* vive numa atmosfera familiar de cumplicidade com o ilícito, de acesso a um trabalho fora da lei e de um convívio cotidiano com adultos que consideram a violência e a transgressão como únicos meios de alcançar sucesso e riqueza (Debarbieux, 2003).

3.4.2 Assédio dos traficantes “amigos” para vender drogas para os alunos

A grande concentração de adolescentes nas escolas propicia os encontros de facilidade para a venda de drogas e, assim, para uma aproximação natural ou “*naturalizada*” com traficantes. A inclusão no universo do tráfico de drogas pode vir a ser um atrativo com benefícios que extrapolam os da sobrevivência material, situados no campo subjetivo e simbólico, como poder, fama, adrenalina, dentre outros aspectos tem reforçado essa inserção. Esses adolescentes que, por vezes, já tiveram um envolvimento com o uso de drogas, se deparam com baixas perspectivas de empregabilidade versus a oferta “*fácil*” da droga que os atrai e os faz transpor todas as perspectivas de risco associadas a esta prática. Neste universo de estratégias de aliciamento de menores para o tráfico, apontamos nesta sub-categoria para uma exploração das relações de amizade com segundas intenções, ou seja uma aproximação falsa “entre amigos” para a conquista de um espaço de venda da droga., como ilustra o relato a seguir:

“Observei jovens traficantes buscando se aproximar de alunos para influenciá-los. Não vendem drogas, só querem fazer dos alunos amigos para, após, oferecer. Com o direito de ir e vir não há amparo legal para retirá-los do local”.(SP 24)

O trecho acima ilustra uma deplorável forma de assédio de adolescentes nas imediações das escolas. No depoimento acima, há afirmação de que os traficantes também são jovens. Ao se referir “*Não vendem drogas, só querem fazer dos alunos amigos para, após, oferecer*” se

confirma o aliciamento que abriga o poder sedutor desse ilícito. O tráfico pode se mostrar como modelo fortemente sedutor por ter o traficante como poderosa figura de identificação, com seu prestígio, respeito e dinheiro que lhe confere poder e reconhecimento (Pereira, 2009).

Resultados de pesquisa recente, em uma cidade satélite de Brasília, sobre estratégias do tráfico junto às redes sociais de adolescentes de comunidades em vulnerabilidade social, analisa episódios em que os adolescentes revelam, relações familiares entremeadas por histórias de conflitos e abandono, ausência temporária ou permanente do pai (principalmente) ou da mãe, contrastes de valores, divergência de idéias, falta de diálogo, relações de violência e instabilidade relacional devido ao desemprego e às precárias condições de vida. (Pereira, 2009).

Chama atenção a posição de paralisia do policial que, embora percebendo a perversidade de tais relacionamentos, sente que nada pode fazer, quando diz: “*Com o direito de ir e vir, não há amparo legal para retirá-los do local*”. Entende-se a força que a posição do tráfico assume. A atuação do tráfico passou a se manter cada vez mais pela ameaça, pela violência em via pública, pela imposição do reconhecimento do poder do traficante sobre os moradores (Carreteiro, 2001, 2002).

As estimativas apontam para um período curto de vida desses adolescentes, o que é triste de se constatar. São adolescentes que vivem totalmente imersos no aqui e agora de suas necessidades, desejos e sonhos, sem amanhã (Pereira, 2009).

Os adolescentes são alvos preferenciais dos traficantes para serem envolvidos e responsabilizados por ilícitos praticados pelos adultos que lhes atribuem a responsabilidade da autoria.

A hipótese que emerge nesta categoria de análise é de que a população de crianças e jovens em situação de risco social, pertencentes às camadas pobres ou miseráveis do nosso país, se tornou presa desse mecanismo de inclusão marginal no mercado do narcotráfico e no abuso de drogas. (Martins, 1997; Marques, 2003). Também fica registrado o quanto esta estratégia de uma aproximação por “*falso amigo*” pode repercutir no descrédito com amigos, como já nos apontou estudo anterior em que os adolescentes possuíam rede social empobrecida, mostrando-se desapontados com os amigos e argumentando: “*no mundo das drogas não existe amizade*” (Pereira, 2003).

3.4.3 Alunos vendendo drogas na escola: a exploração de alunos pela rede do tráfico

Trataremos, aqui, das situações-problema revelando que alunos vendem drogas na escola. É importante considerar que, em nossa categorização de situações-problema desta natureza e conteúdo, nossa posição é de que as mesmas constituem, acima de tudo, uma das estratégias de assédio de alunos pela rede do tráfico de drogas. Mesmo se isto pode vir da própria família, como vimos na categoria anterior, se trata de um exploração do trabalho infanto-juvenil e que merece um olhar das políticas de proteção pelas condições de exposição do mais alto risco.

Examinemos dois episódios de relatos que incluem o adolescente em situação de envolvimento com o tráfico de drogas

“Um adolescente estava no portão da Escola, quando da abordagem por estar em atitude suspeita, foi encontrado dentro do guarda-chuva que estava com ele um saco plástico contendo 74 (setenta e quatro) pedras de "crack". (SP 25)

No relato acima, identifica-se que o adolescente, usado para o tráfico, se coloca em prontidão para exercer a sua atividade. O aluno se posiciona num lugar estratégico de acesso à escola, entrada e saída de alunos, que oportuniza a “possível” venda. Toda a sua ação, pelo ilícito que ela constitui, é registrada pelo policial como estando “em atitude suspeita”.

Vejamos um segundo relato:

“Fui chamado pela orientadora de uma certa escola a atender uma ocorrência na qual, um dos alunos estava vendendo drogas no interior do colégio, ao ser abordado constatamos ser verídico as informações, foram chamados os pais do menor infrator comparecendo a mãe (como de praxe), sendo encaminhado a DCA da área onde foram tomadas as medidas cabíveis”.(SP 26)

Conforme já observamos em outra análise, é recorrente das escolas acionar o policial, nesse caso, pela clareza do ilícito que foi confirmado na narrativa “ um dos alunos estavam vendendo drogas no interior do colégio”. Neste relato, chama a atenção a linguagem utilizada pelo policial, tratando o adolescente de “menor infrator”.

A concepção dos policiais se revela mais atenta aos delitos do que à exposição a situações de risco que implicam em políticas protetivas, acionando prioritariamente a rede de segurança pública, ao invés de encaminhamento às instâncias de tratamento.

- Como poderia a escola cuidar da proteção, sem deixar de proteger seus alunos em risco pelo envolvimento com o tráfico de drogas?
- Quais ações educativas poderiam ser disponibilizadas aos alunos para que se conscientizassem dos riscos do envolvimento com o tráfico?
- Qual seria a postura realmente educativa mais adequada?
- Quem responsabilizar?

Segundo Menandro & Souza (2004), *“Os adolescentes que não conseguem ver como viáveis a sua inserção em projetos dentro da legalidade, que não se submetem às exigências morais, religiosas, familiares, éticas ou comunitárias que lhes foram apresentadas, são os que mais se envolvem com o tráfico de drogas (apesar de não serem apenas eles os recrutados)”* (Citados por Pereira, 2009, p. 253).

Para esses jovens, o tráfico representa a possibilidade de atingir status social e obter respeito da sociedade.

“O traficante é visto como um indivíduo respeitado, que possui poder e dinheiro, algo quase inatingível em uma comunidade de baixa renda. No imaginário de vários jovens é o traficante quem zela pelo bem-estar da comunidade, na medida em que faz benfeitorias (muitas vezes substituindo o papel do Estado). Acima de tudo, é quem os respeita enquanto cidadãos” (Abramovay, 2002, p. 58).

Na adolescência podem surgir necessidades que favorecem o ingresso no tráfico de drogas, como o próprio custeio do consumo, bem como, a fonte de prestígio pela masculinidade guerreira que se manifesta pela disposição por brigas (Zaluar, 2003, citada por Pereira, 2009, p.251), quando em sua participação em gangues do tráfico. À necessidade de fazer parte de grupos de traficantes e o envolvimento em grupos sociais de riscos são apontados na literatura científica como fatores que contribuem para a suscetibilidade aos ilícitos.

No que tange as precárias condições financeiras que resulta na exclusão da sociedade de consumo, muitos desses adolescentes que se sentem excluídos, por vezes se inserem no mundo do crime que é o caminho mais fácil e mais rápido consumando essa necessidade de ascensão funcional (de se tornar visível) (Sudbrack & Conceição, 2005; Sales, 2007, citados por Pereira, 2009).

Se pensarmos em preparo para o mercado de trabalho, a educação, em seu papel teórico, oferece a qualidade do ensino e, bons índices de níveis educacionais favorecem as

perspectivas de colocação de empregabilidade, favorecendo a diminuição de adolescentes migrarem para o mercado que envolve o cometimento de atos ilícitos. Sobretudo, os valores éticos e morais assimilados na escola, ao transmitidos pela família, poderiam diminuir sensivelmente, a probabilidade de opção de ingresso ao universo do tráfico de drogas ou outro tipo de ações infracionais, por parte do adolescente.

Outro fator preponderante é a adesão às exigências morais, religiosas, familiares, éticas ou comunitárias. E ainda, a ausência de referências na família que torna o adolescente vulnerável, por vezes, há uma distância entre a família idealizada e a família vivida (Szymnaski (2001). A ausência de vínculos com a família fragiliza o adolescente e acaba constituindo potencialidades que se desdobram na inserção de atividades de tráfico. “Não se reconhecem na família, não se reconhecem na escola mas tentam, nem que o preço seja a própria vida, ser reconhecidos como jovens signatários do estilo global” (Diogénes, 1998, p. 112). Enfim, surgem múltiplos elementos que favorecem a incursão no tráfico de drogas.

Como hipótese de aprofundamento desta questão envolvendo o tráfico infiltrado na escola, por meio dos próprios alunos, cabe discutir o quanto esta situação deixa a escola vulnerável à ação de traficantes, que representam uma interferência de fora que afeta o interior da escola. Ao mesmo tempo, a escola está na função educativa e faz parte da rede de proteção de seus alunos menores de idade e que ela descobre inseridos na distribuição de drogas.

3.4.4 A escola como ponto de tráfico à noite

Uma das formas mais concretas do assédio do tráfico de drogas é a conquista de territórios. Verificamos em relatos que constituem esta última dimensão de análise, que a escola pode ser ponto de tráfico o que nos remete a uma grande inquietude pelo que possa significar tal fato nesta relação de posse que o tráfico costuma lançar de determinados territórios nas comunidades de periferias urbanas.

Vejamos o relato:

“Existe uma escola em que trabalho que fica numa área de venda de drogas. Então os professores vivem me pedindo para tomar cuidado, e eu já presenciei alguns adolescentes e adultos fumando cigarro e outros bebendo cerveja em frente a entrada da escola me observando. Até perguntaram se eu era do PROERD, e eu disse que sim. E dizem os alunos que a noite, depois que a escola fecha, começa a venda de drogas na frente da escola”. (SP 27)

O trecho acima indica que geograficamente a escola localiza-se no território do tráfico de drogas, daí a situação de vulnerabilidade a que estão expostos os adolescentes. A escola é o alvo de intenções dos traficantes e ali concretizam seus desideratos. Esboça-se um problema que desorganiza a ordem e o funcionamento da escola.

- Como ocupar as crianças e adolescentes, para evitar que elas sejam atraídas pela sedução daquelas pessoas?
- Como construir alternativas que sejam portadoras de sentidos mais imponentes?
- Qual será a inovação de práticas de políticas de segurança pública que possa minimizar essa intrincada situação que sabota o espaço escolar?

Sabemos que há todo um aparato de circunstâncias que estrategicamente abre brechas para esse infortúnio. Acreditamos nas iniciativas comunitárias aliadas às políticas públicas de segurança que precisam atuar no território escolar com novas competências e com estratégias que vão além de intimidar e denunciar os alunos usuários. O tráfico de drogas nas imediações da escola é um problema grave que constitui um ilícito e compromete a vida de alunos, enquanto participam destas atividades. As escolas apresentam áreas de atração que oferecem oportunidades para esse mercado ilegal. O que ocorre na dinâmica do tráfico é um ciclo de interminável violência promove, ao mesmo tempo a exclusão e a dependência, pois, é um “dinheiro fácil”, é uma solução ilusória que não apresenta nada de fácil, que culmina no aprisionamento às regras do tráfico (Pereira, 2009).

CAPÍTULO 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

COMPREENDENDO A RELAÇÃO DROGAS VIOLÊNCIA, NA ÓTICA DOS EDUCADORES SOCIAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Nosso estudo teve o objetivo de compreender como os agentes de segurança pública/educadores sociais da segurança pública identificam as demandas de situações-problema relacionadas às drogas e violência no ambiente da escola e imediações; e favorecer reflexões sobre as demandas trazidas do senso comum dos agentes de segurança pública/educadores sociais da segurança pública e sua aplicabilidade em produções científicas, subsidiando o implemento de políticas públicas e ações integradas que promovam a prevenção das drogas e violência no ambiente da escola e imediações.

O desenvolvimento da temática representou um caminho novo que nos permitiu articular ao contexto dos relatos trazidos pelos participantes da pesquisa, nossa interpretação vivenciada na trajetória profissional nos segmentos de segurança pública, aliada à fundamentação empírica em estudos já realizados.

Os resultados apresentados permitiram descrever e discutir a natureza das situações problema relatadas, revelando a riqueza de vivências dos educadores sociais de segurança pública junto às escolas públicas brasileiras.

Consideramos que, ao longo do capítulo III, foi possível alcançar os objetivos específicos traçados neste estudo, a saber:

- a) identificar situações-problema relacionadas às drogas e a violência, relatadas por educadores sociais da segurança Pública, no contexto da escola, considerando sua natureza e personagens envolvidos;
- b) analisar a associação drogas /violência na narrativa dos educadores sociais da segurança pública; e
- c) relacionar acontecimentos presentes no cotidiano da escola e imediações que oferecem riscos aos adolescentes, às famílias e à comunidade escolar como um todo.

À guisa de conclusão nos propomos realizar uma síntese das principais questões levantadas e discutidas no corpo dos resultados, centrando a reflexão na relação drogas-violência na ótica dos sujeitos da pesquisa.

Consumo de drogas (ilícitas) pelos alunos na escola visto como ato infracional

A primeira dimensão estudada foi quanto ao consumo de drogas na escola, sendo reveladas situações-problema em que a escola apela ao policial para abordar alunos que estão sob efeito de drogas ou mesmo consumindo droga no ambiente escolar, destacando-se em ordem de frequência: maconha, álcool, cigarro, crack e inalantes.

A ótica dos educadores sociais, no que se refere ao consumo de drogas ilícitas, embora revele uma ótica de criminalização dos alunos usuários, através de uma conotação judicial e transgressiva, na medida em que registravam os fatos como uma infração, expressando em seus relatos numa linguagem criminalizante pela expressão *"atitudes suspeitas"* e pelo encaminhamento a DP – Delegacia de Polícia, ao mesmo tempo, no manejo e encaminhamento destas situações os policiais realizam mediações para que a escola busque a família e demais serviços da rede judicial de proteção como conselhos tutelares e também para a rede de assistência em saúde, não sendo relatadas situações de medidas punitivas ou restritivas de liberdade maiores. As situações relatadas nesta categoria de consumo de drogas não estão implicadas em comportamentos de violência e cabe a questão:

- qual seria a necessidade desta mediação pelos policiais?
- o que impede a escola de administrar situações relativas ao consumo de drogas?

Entendemos que, neste caso, a violência existente é uma violência praticada pela própria da ótica criminalizante da escola face ao aluno que consome drogas, na medida em que o mesmo passa a ser estigmatizado como infrator. Em situações dessa natureza, que envolvem violência e drogas, a escola tem próximo o aparato policial, e pede ajuda, por sentir-se por vezes, despreparada para lidar com o que considera desafio. Daí a importância das políticas de capacitação para educadores, que abordem a questão do consumo pelos adolescentes e os oriente aos devidos serviços de rede.

As ações integradas de prevenção se incluem na proposta da Escola em Rede que mobilizam recursos, articulam parcerias, buscando o preparo e capacitação, necessários a promoção de políticas de proteção da escola e dos adolescentes. Mais recentemente, essas ações tem procurado fomentar a participação de operadores da segurança pública, não exclusivamente para o policiamento dos alunos, mas para que sejam orientados para políticas de proteção da escola e suas imediações, como é o caso realização do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas, promovido pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas/PRODEQUI/UnB, cuja edição do exercício de 2010, teve

a abrangência especial de oferta a Policiais Militares que atuam em atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência /Proerd. .

A capacitação de educadores constitui uma das estratégias de prevenção na escola, contribuindo para o reconhecimento da importância da função educativa, e para o aprimoramento de formas de abordagem de alunos, em situações que mesmo envolvendo desafios, nem sempre necessitam da presença de operadores da segurança pública, conselhos tutelares, dentre outros atores sociais e a formação ético-política.

Quanto à questão do consumo de drogas pelos adolescentes caberia abordar e orientar, na escola, a dimensão das políticas públicas de saúde que oportunizam atenção secundária junto aos serviços de saúde.

- ***Consumo de bebidas alcoólicas: violência no contexto familiar e desqualificação dos pais***

Um segundo aspecto nesta mesma categoria de análise do consumo de drogas pelos alunos na escola se refere ao uso de drogas lícitas, como bebidas alcoólicas e cigarro. O consumo de bebidas alcoólicas deixa suas marcas nos espaços de vida mais próximos das redes sociais do adolescente (amigos e família), praticamente como uma cultura instalada de fatos que ocorrem sem uma crítica ou cuidado maior em sua proteção e, ao contrário, com consequências graves colocadas pelo sujeito, como vitimização na própria família, pelos comportamentos violentos de pais alcoolistas.

Assim, o questionamento que suscita o material analisado diz respeito a uma posição de culpabilização das famílias nos relatos dos sujeitos, com discurso de desqualificação dos pais dos quais os alunos se tornam vítimas.

Nossa reflexão se dirige às implicações desta ótica de culpabilização e desqualificação das famílias as quais, por sua vez, se revelam visivelmente atravessadas pelas consequências do alcoolismo. Daí, no escopo de desmitificar e prevenir, refletimos a importância da abordagem, na escola, das políticas públicas de atenção aos pais usuários de álcool e outras drogas, para encaminhamentos no processo de ajuda e tratamento, sobretudo quando, por vezes, a família passa a ser fator de risco, ao propiciar aos adolescentes, como modelo, o início do relacionamento com o álcool e outras drogas.

- *como a escola poderia fazer reverter estas situações?*

- *como retomar a competência das famílias com alcoolismo, através de parceria com a rede de saúde?*

- *como trabalhar a prevenção do uso de drogas a partir deste fator de risco?*

No que concerne a situações relativas ao consumo de tabaco trata-se de uma droga cujos efeitos nocivos para a saúde são conhecidos e abordados no currículo escolar, mas, mesmo assim, os atrativos para o consumo se fazem presentes, inclusive na escola, gerando neste caso, demandas da escola para os policiais. Tanto para a abordagem do consumo de álcool como de tabaco, não caberia uma intervenção de policiais, se a escola tivesse mais preparo e esclarecimento de sua função.

Cabe uma observação restrita à presença do uso de crack pelos alunos. As situações analisadas na escola revelam que o crack rapidamente se disseminou em todo o território brasileiro, tendo como estratégia para a sua distribuição a utilização das redes sociais dos adolescentes e de suas famílias na condição de pobreza, inseridos, assim, no comércio da droga, de uma forma muito específica e pontual. Por outro lado, os propagados efeitos do crack tornaram-se um atrativo para os jovens, apesar das seqüelas indeléveis e comprometedoras.

• *Comportamentos de violência de alunos associados ao efeito de drogas: sintomas da falta de disciplina e autoridade?*

Na categoria **Comportamentos de violência na escola associados ao efeito de drogas**, foram apresentadas as seguintes subcategorias de análise: 1) Drogas e violência verbal e física entre alunos/professores/alunos; 2) Drogas e ferimentos graves no ambiente da escola; 3) Drogas e presença de armas na escola.

Entendemos importante questionar até que ponto o que vem sendo denominado de “comportamentos de violência na escola” e que remetem ao policial, não se trataria, na realidade, de situações disciplinares de competência e responsabilidade da escola que deveria intervir com seu poder na promoção das regras de conduta do ambiente escolar. Esta questão nos remete a uma discussão importante sobre o domínio da lei e do direito mediado e implementado pela Direção e Professores. Por outro lado, cabe reconhecer que as situações são difíceis e com a necessidade de um trabalho mais amplo que pode extrapolar, em muito, a autoridade escolar, propriamente dita.

Propomos uma ótica compreensiva que observe o significado do aluno estar usando droga na escola, ou seja, o quanto o uso de drogas pode estar servindo para encobrir ou camuflar as situações relacionais, no caso, entre professores e alunos. Neste sentido, estaria sendo um

sintoma e cabe buscar seu significado nas relações e contexto onde se expressa. (Sudbrack, 2005)

- ***A violência do tráfico invade a escola***

Na categoria que denominamos **Ameaças e mortes violentas nas imediações da escola** foram desenvolvidas as seguintes subcategorias de análise: 1) Morte/homicídios nas imediações da escola; 2) Morte entre colegas em contexto de ameaças; 3) Morte por usuário de crack, em acertos de conta de dívidas de drogas.

Percebemos nesta categoria até que ponto a cultura de violência do tráfico de drogas estaria invadindo a sala de aula, na medida em que coloca colegas em rixa e ameaças de morte. É necessário impedirmos este ciclo de violência que gera violência, pois, no caso, ambos os alunos envolvidos no homicídio estariam sendo vitimizados pelo contexto rígido de prestação de contas do mundo do tráfico de drogas e que não perdoa ninguém dos deslizes. Um aluno vitimizado, possivelmente, temerá a volta à escola, haja vista as dificuldades com os pares, até mesmo rejeição e se torna alvo de zombarias pelos colegas (Debarbieux, 2002). Alunos intimidados sofrem conseqüências.

A partir de um olhar sistêmico, vemos a escola não como um lugar violento ou de violências, mas como um espaço de ressonâncias da violência que está na sociedade e não é necessariamente uma violência da escola. Ocorre que a escola como espaço social vivencia esta violência vivida pela comunidade local, pelos laços familiares e de amizade com os envolvidos que pertencem à mesma comunidade dos alunos ou dos educadores ou dos funcionários. Por sua vez, sua função educativa deveria abranger esta dimensão.

A afiliação a gangues supre uma necessidade de pertencimento, mas causa preocupação quando essa busca de pertencimento envolve, de forma relevante, armas e drogas. O perigo do uso de armas é acima de tudo a destruição e a morte. Os adolescentes, por vezes, sem perspectivas de empregabilidade, se inserem ou são incluídos no mercado ilegal de drogas. (...) por consequência, são os que estão mais vulneráveis ao extermínio (Feffermann, 2006). No Brasil, ocorreram 666 homicídios, dos quais 273, vitimaram jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos (Silva, 2002).

Partindo da premissa de que os filhos devem receber da família os valores fundamentais, nossa compreensão é de que as dificuldades vividas por criança e adolescentes no ambiente familiar como o envolvimento em situações de tráfico os tornam extremamente vulneráveis à cultura da violência que é característica deste meio. Cabe considerar que membros da família

desempenham papéis diferentes e as crianças vão se utilizando deles para fazer com que suas experiências abranjam um campo cada vez mais extenso de aprendizagens e de referências em seu preparo (ou despreparo!) para a vida. Neste caso, a mãe não deixa de ser mãe, mesmo sendo envolvida com o tráfico. Mas, também, não poderia colocar os filhos em tamanha exposição ao mesmo. Como foi ilustrado na categoria 3.4.1 Convivência de alunos com pais traficantes, em hipótese alguma cabe julgar as famílias, mas sim, assinalar o paradoxo vivido por todos quando são sustentados pelo tráfico de drogas. Esta questão merece análise aprofundada, sabendo-se que muitos adolescentes são os executores desta atividade no sustento das famílias.

Nossa posição reflexiva, face à complexidade de um cenário onde pais-traficantes ganham adeptos na própria família, servindo-se dos adolescentes para vendas de drogas ilícitas, é de reconhecimento da gravidade do contexto que os envolve, a ser denunciada nos órgãos de proteção à infância. Trata-se de situações em que um membro da família, ou mesmo a família inteira ficam reféns de operadores do tráfico. A *criança* vive numa atmosfera familiar de cumplicidade com o ilícito, de acesso a um trabalho fora da lei e de um convívio cotidiano com adultos que consideram a violência e a transgressão como únicos meios de alcançar sucesso e riqueza (Debarbieux, 2003).

- A população de crianças e jovens em situação de risco social, pertencentes às camadas pobres ou miseráveis do nosso país, se tornaram presas desse mecanismo de inclusão marginal no mercado do narcotráfico e no abuso de drogas. (Martins, 1997; Marques, 2003). Também fica registrado o quanto esta estratégia de uma aproximação por “*falso amigo*” pode repercutir no descrédito com amigos, como já nos apontou estudo anterior em que os adolescentes possuíam rede social empobrecida, mostrando-se desapontados com os amigos e argumentando: “*no mundo das drogas não existe amizade*”(Pereira 2003).

Lembramos que as políticas de segurança pública, na medida em que passaram a sofrer transformações ampliam o olhar para os direitos humanos, estando a serviço da comunidade, e assim, extrapolando ações coercitivas, prevêm um conjunto de operações com atuação de forma sistêmica, compartilhando objetivos na prevenção, na repressão, na polícia judiciária, na área da saúde e na área social.

Como política pública de segurança cidadã, são previstas entre outras ações sociais, atividades que priorizem a prevenção e o conhecimento de causas que contribuam para a proliferação da violência. (Brasil - Pronasci, 2007).

Vale destacar, face às demandas sociais e, em especial da escola, a filosofia de polícia comunitária que compreende o incremento de políticas públicas que busquem fundamentos

numa cultura de paz e cidadania; que agreguem conhecimentos e transformem padrões de comportamentos que banalizam a violência, em ações em benefício da comunidade.

Assim, questões que envolvem a Segurança Pública, a Saúde, a Educação, Assistência Social, dentre outros segmentos da sociedade, representam desafios e inserem o trabalho dos agentes de segurança pública/educadores sociais da segurança pública nas práticas da intersetorialidade. A construção de parcerias é importante para o encaminhamento de ações novas, que busquem, sobretudo a proteção da escola. Remetemo-nos aqui, a consolidação do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas, desenvolvido pela Senad, em parceria com o Prodequi, como política nacional.

Na categoria seguinte, fica mais evidente e localizada a violência do contexto do tráfico de drogas sobre os alunos, através do que denominamos: **Assédio de alunos para o tráfico de drogas no contexto sócio-familiar**, incluindo-se as seguintes subcategorias de análise: 1) Alunos com pais traficantes ; 2) Assédio do traficantes “amigos” para vender drogas para os alunos; 3) Alunos vendendo drogas na escola; 4) a escola como ponto de tráfico, à noite

Através das situações-problema que envolvem o tráfico infiltrado na escola, por meio dos próprios alunos, pudemos discutir o quanto esta situações deixam a escola vulnerável à ação de traficantes, que representam uma interferência externa que afeta o interior da escola. Ao mesmo tempo, a escola está na função educativa e faz parte da rede de proteção de seus alunos menores de idade e, inclusive daqueles que ela descobre inseridos na distribuição de drogas.

Além da dimensão da inclusão marginal como sustento financeiro as situações relacionadas ao envolvimento com as drogas podem estar camuflando algo não resolvido no contexto sócio-familiar. Em estudo recente⁴⁴, abordando as redes sociais e vulnerabilidades e riscos a que estão expostos os adolescentes, incluindo o envolvimento com o tráfico de drogas, a autora aborda as dependências relacionais à luz dos pressupostos trazidos por Colle, (1996/2001). Dentre os destaques há referência às dependências de contextos que incluem as relações afetivas, na família e mesmo a co-dependência. Frente a riscos e vulnerabilidades sociais, o estudo considera importante entender o contexto relacional de vivências, bem como, os vários vínculos estabelecidos pelo adolescente, como dependências do provedor, do fornecedor e com os pares de consumo.

⁴⁴ *Redes Sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas. Tese de Doutorado*, defendida em 2009, por Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira, no Programa de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Diante dos relatos analisados foi possível compreender como os educadores sociais da segurança pública identificam as demandas a partir de situações-problema ocorridas no ambiente e/ou imediações da escola, e daí emergiram significações que traziam respostas singulares às inúmeras indagações sobre o clima da escola e imediações frente às demandas do aluno, da escola e da família, bem como, quanto a violência produzida nos espaços escolares e imediações como uma lógica não-linear que envolve a dinâmica relacional adolescente, família e escola.

Foi observada uma orientação crítica dos educadores sociais da segurança pública quanto à importância do preparo de professores para enfrentar desafios em sala de aula, pela reconhecida complexidade das situações-problema relacionadas às drogas e à violência.

Quanto às demandas recebidas, por parte da escola, também considerando a complexidade e subjetividade de imprevisíveis desdobramentos, na ótica do policial é parte de seu trabalho atender a escola quando acionado diante de tais ocorrências. No caso dos proerdianos é fluxo focalizado, visto tê-los próximos, seja realizando atividades na própria escola, ou mesmo nas imediações.

A força física aparece, em algumas situações-problema relatadas, como expressão de poder, seja na manifestação de comportamento de violência ou até mesmo no porte de arma. As imediações da escola foi pano de fundo de homicídios, assédio e exploração de adolescentes para o tráfico de drogas.

Entendemos que face a tais cenários do espaço escolar, os sujeitos da pesquisa, em seu cotidiano profissional, pois, como preceituam as leis, devem atuar como promotores da segurança pública com comprometimento e cidadania. Nesse sentido, nesse sentido, observou-se no conteúdo das narrativas uma aliança segurança-escola, recorrente para prestar ajuda diante de comportamentos agressivos na escola e situações-problema relacionadas às drogas. Chamou-nos a atenção ainda, em alguns relatos, a competência do sujeito para dialogar com o aluno e sua disponibilidade em entender melhor a situação-problema presenciada, quando interpreta a atitude do aluno em sua relação familiar que expressa um preparo diferenciado dos policiais do Proerd.

Como previsto na perspectiva metodológica, seguido das vivências e subjetividades da minha trajetória como Psicóloga, em atuação em segmento da segurança pública, destacamos aspectos emergentes, bem como nos contatos com escolas e famílias, aliada à leitura das narrativas foi significativa, pois realçou a compreensão das características aproximação da pesquisadora e natureza das situações-problema trazidas, instigando a análise com maior profundidade de cenários de contextos do ambiente da escola e imediações, bem como, de

fatos ocorridos no contexto familiar. Tracei aqui significados aos dados aliados, ao referencial teórico e ao conhecimento obtido em meu percurso profissional.

Deparei-me com narrativas que traziam situações-problema que por vezes assemelhavam-se às vivências do cotidiano de adolescentes, escolas e famílias dos quais tive conhecimento e pude interagir em algumas das vezes. O relato de homicídio de adolescente me fez evocar à memória o caso de um adolescente que fora morto em tiroteio e que mencionei no capítulo I. Ressaltei ali o papel de uma mãe incansável no proceder, que na singeleza de suas ações, e no meu entender, por amor a seu filho, investia nas atividades de grupo com famílias.

Instigada a investigar os conflitos interpessoais e formas de mediação, a pesquisa me permitiu a construção de significados às informações que se assemelhavam a algumas experiências do cotidiano das escolas e outras novas que realçaram o compartilhar de desafios. E assim, às inquietudes advindas de conhecer, mesmo que de forma parcial, a problemática vivenciada por crianças e adolescentes, família, escola e outros contextos relacionais, por vezes mesclados por dor e sofrimento, me serviram de impulso a ir mais além de ser uma pesquisadora, ao lidar com uma fonte inesgotável que ultrapassa o achado científico.

Cabe registrar que na fase de construção do presente trabalho, apresentei artigo prévio com o título de *Violência, drogas, ambiente escolar e imediações: ótica de agentes de segurança pública*, no 1º Seminário Nacional sobre Infância, Juventude e Políticas Públicas: Desafios na Articulação entre Teoria e Prática na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, no período de 27 a 29 de junho de 2011. (Silva, S. F. L. & Sudbrack, M. F. O., 2011).

Por fim, entendemos, a importância de suscitarmos novos empreendimentos sobre a relação de comportamentos de violência ou o uso de drogas com a escola, com a vida e o ambiente familiar para confirmar ou rejeitar hipóteses emergentes das narrativas que apontam para uma leitura da subjetividade do uso de drogas – bem assim, entender demandas de situações familiares, da escola e do aluno vitimizado e vitimizador.

Nunca sabemos tudo e buscamos na investigação respostas às nossas inquietações. Certamente, quanto ao objetivo de favorecer reflexões sobre as demandas trazidas do senso comum e sua aplicabilidade em produções científicas, subsidiando o implemento de políticas públicas e ações integradas que promovam a prevenção de situações-problema relacionadas às drogas e violência no ambiente da escola e imediações é propósito que defendemos ao tomar como bandeira o envolver-se no campo de pesquisa para observar, conversar, conhecer, mesmo que parcialmente, e interpretar o singular e as nuances da complexidade de

fenômenos, quiçá como forma de contribuição e incentivo a novos investimentos no campo investigativo.

Se presenciarmos, nos dias atuais, a banalização do fenômeno de comportamentos de violência que parece não afetar a vida de muitas pessoas, mesmo cômicos de que milhões de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e homens são vítimas de atrocidades, até mesmo de crimes hediondos, no mundo inteiro é válido fazer alarde, suscitar ações em busca da assertividade.

Minha proposta assume um caráter de favorecer o fortalecimento e implemento de práticas, valendo-se do que preceituam as ações de políticas públicas, sejam as que versam sobre as drogas, sejam as de segurança pública, de educação e da saúde, num processo aberto, de diálogo, se possível integrando novos achados com desdobramentos que incorporem conceitos que emergem de dignas experiências e favoreçam o desenvolvimento de modelos alcançáveis em ações pontuais, quiçá a curto e médio prazo, haja vista a gravidade das situações e o clamor de vidas em pleno amadurecimento e que não precisam ser interrompidas por mal-fadados empreendimentos.

O trabalho aqui apresentado é resultado de esforço e dedicação. Imaginamos a temática e a exploração do banco de situações-problema um desafio constante e, certamente, restam ainda muitas indagações, haja vista a gama de informações trazidas pelos sujeitos, o que não esgota o universo de respostas na busca de alternativas para promoção de ações eficazes. Novas investigações emergem da riqueza de informações trazidas pelos sujeitos e constituem um importante banco de dados, em pleno processo de exploração. São sugestões para as próximas pesquisas:

- 1) Analisar as demais questões.
- 2) Propor opções pedagógicas assertivas para cada categoria temática.
- 3) Desenvolver questões sobre a função dos policiais como fornecimento de segurança que extrapola a sala de aula.
- 4) O papel do Agente de Segurança Pública na prevenção do uso indevido de drogas.

Referências

- Abramovay, M., Waiselfisz, J. J., Andrade, C. C. de & Rua, M. G (Orgs) (1999); *Gangues, Galeras, chegados e Rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Abramovay, M. (Org.) *et ali.* (2002a) *Escola e violência*. Unesco. UCB, 156p.
- Abramovay, M. & Rua, M. G. (2002b). *Violências nas escolas*. Brasília: Unesco. Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME.
- Abramovay, M. (Org.), Cunha, A. L., Calaf, P.P., Carvalho, L. F. de, Feffermann, M., Neiva, R.R. & Maciel, M. (2010). *Gangues, galeras e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Secretaria de Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Brasília. http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_gangues_sem_a_marca.pdf
- Adorno, S. (1994) *Violência: um retrato em branco e preto*- Em Revista Idéias nº 21- FDE-SP.
- Almeida & Pulino, L.H.C.Z (Orgs.) (1994). *Projeto Bem-me-quer: Fórum de combate à violência (79-85)*. Brasília: Prática.
- Arendt, H (2000). *Entre o Passado e o Futuro*. (M. Almeida, trad.) São Paulo. 5ª Ed. Perspectiva. (Obra original publicada em 1954).
- Assis, J. Tavares de. (2009). *Educação, Autoridade e violência na escola: entendendo relações no diálogo com educadores*. Dissertação de Mestrado apresentado no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília.
- Athayde, C.; Bill, MV. ; Soares, L. E. (2005) *Cabeça de Porco*. – Rio de Janeiro: Objetiva.
- Ballestreri, R. B. (1988) *Direitos Humanos: coisa de polícia*. Pater Editora. Passo Fundo.RS.
- Bandura, A. Ross, D., & Ross, S. A. (1961). doi10.1037/h0045925 Transmissão de agressão por meio da imitação de modelos agressivos. *Journal of Abnormal Psychology e Social*, 63, 575-582.
- Bandura, A. (1973). *Aggression: A Social Learning Analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. Disponível em <http://criminology.fsu.edu/crimtheory/bandura.htm>
- Bardin L. (1977 - 2010) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977.
- Barus-Michel, J. (2004) *O sujeito social*. (E. Galery & V. M. Machado, trads.). Belo Horizonte: PUC Minas.
- Bauman, Z. (2003) *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. (P. Dentzien, trad.). Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

- Bauman, Z. (2008) *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. (J. Gradel, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2011) *44 Cartas do mundo líquido moderno*. (V. Pereira, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Blaya, C. (2003) Elementos de reflexão a partir do comportamento europeu. In Unesco (2003) *Desafios e alternativas: violência nas escolas*. Brasília: Unesco, UNDP 2003. 280p. Anais do Seminário de Violências nas Escolas. Brasília, novembro de 2002.
- Blomart, J. Evitando a violência no ambiente das escolas primárias. In Debarbieux, E. & Blaya, C. (orgs.) (2002) *Violência nas escolas: dez abordagens européias*. Brasília. Unesco.
- Brasil – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. (2005). *Enfrentando a violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal/Laurez Ferreira Vilela (coordenadora)*. Brasília: – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- Brasil-Cadernos de pesquisa nº 115, março de 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf//cp/n115/a04n115.pdf>
- Brasil – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/Ministério da Educação (2010) *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. Brasília.
- Brasil – Governo do Distrito Federal. Secretaria de Gestão Administrativa. Escola de Gestão Pública. (2005) *Curso Gestão da Qualidade de vida e promoção da saúde nas organizações*. Procompetência.
- Brasil – Secretaria de Direitos Humanos. Homicídios na Adolescência no Brasil. IHA 2005/2007. (2010) *Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Unicef. Brasil.
- Brasil - Juventude e Cultura da Paz. Casa em revista.(2010) Ano II, número 3. São Paulo. Dezembro.
- Brasil - Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador – Segunda Edição 2011 – 2015 Disponível em <http://portal.mj.gov/sedh/Plano.pdf>
- Brasil – Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (2009). *Relatório Brasileiro sobre drogas/Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas*. IME USP.Organizadores Paulina do Carmo Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempliuk e Lúcia Pereira Barroso. – Brasília. Senad.
- Brasil – Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça. Pronasci – Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária. (2007)2ª Edição. Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça. Brasília.
- Brasil – V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicoterápicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino – 2004 - Fonte: OBID- Observatório Brasileiro de Informação Sobre Drogas Disponível em

HTTP://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteúdo/index.php?id_conteudo=11319..
20/10/2011.

Brasil – VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicoterápicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino – 2004 - Fonte: OBID- Observatório Brasileiro de Informação Sobre Drogas Disponível em HTTP://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteúdo/index.php?id_conteudo=11319..
[20/10/2011.](HTTP://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteúdo/index.php?id_conteudo=11319..)

Brinlinger, N. S. & Sudbrack, M. F. O. (2010) Parceria escola-família na prevenção do uso de drogas: olhar dos educadores. In Brasil – Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Secretaria Nacional Antidrogas, Ministério da Educação, 2010. Brasília.

Caminha, R. M. (1999). A Violência e seus danos à criança e ao adolescente. In Amencar (Org.). *Violência doméstica*, (pp. 43-60) São Leopoldo: Amencar.

Capra, F. (2006) *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. (N. R. Eichenberg, trad.) São Paulo: Cultrix.

Carlini-Cotrim B, Silva-Filho AR, Barbosa MTS, Carlini EA. (1989) Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil em 1987. Estudos e projetos. Brasília: Ministério da Saúde/Ministério da Justiça, , 153p.

Carreiro, T. C. O. (2001). Tráfico de drogas e cotidiano urbano no Rio de Janeiro: da lógica do controle social paternalista autocrático à subjugação despótica. In J. N. G. de Araújo, S. G. Souki & C. A. P. de Faria. *Figura paterna e ordem social*. (99-110). Belo Horizonte: Autêntica.

Carreiro, T. C. O. (2002). Tráfico de drogas sociedade e juventude. In C. A. Plastino. (Org.) *Transgressões*. (191-198).Rio de Janeiro: Contra Capa.

Carreiro, T. C. O. (2003). Sofrimentos sociais em debate. Universidade Federal Fluminense. *Psicologia USP*, , 14(3), 57-72 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/a06v14n3.pdf>

Carvalho, D. B. B. de., Sudbrack, M. F.O. & Silva, M.T. da (Orgs.) (2004). *Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e Consumo de drogas*. Editora Plano.

Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. (G. Reynaud, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra

Castro, M. S. M. de; Silva, B. F. A. da; Assunção, R. M.; Filho, C. C. B. (2004) Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro*, v. 20, n. 5, Oct., Available from HTTP://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-322X2004000500021&lng=en&nrm=iso. Access on 19 Aug. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000500020>.

- Cengel Kütür, S.E., Ünal M. F. Özusta S. (2006) Psychopathology Of Children with alcohol Dependent Father. *Türk Psikiyatri Dergisi* 2006; 17(1) *Turkish Journal of Psychiatry*. <http://www.turkpsikiyatri.com/C17S1/en/psychopathologyOf.pdf>
- Charlot, B. & Emin J.C. (coord.) (1997). - *Violences à l'école*. État des savoirs. Paris: Armand Colin.
- Charlot, B. (2000) *Da relação do saber: elementos para uma teoria*. (B. Magne, trad.). Porto Alegre. Artes Médicas. 2000.
- Charlot, B. (2002). A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam estas questões. *Sociologia*. Ano 4. Nº 8. (432-434).
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>
- Chiapetti, Nilse & Serbena, Carlos Augusto. (2007) Uso de álcool, tabaco e drogas por estudantes da área de saúde de uma Universidade de Curitiba. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000200017&lng=en&nrm=iso>. access on 13 July 2011. doi: 10.1590/S0102-79722007000200017.
- Colle, F. X. (2001). *Toxicomanias, sistemas e famílias: onde as drogas encontram as emoções*. (M. J. Pereira, Trad.). Lisboa: Climepsi editores. (Trabalho original publicado em 1996)
- Costa, L. F. (2000). Uma leitura sistêmica da violência intrafamiliar. In A.M.O. Almeida & L.H.C.Z Pulino (Orgs.) *Projeto Bem-me-quer: Fórum de combate à violência* (PP.79-85). Brasília: Prática.
- Costa, L. F. & Brandão, S. N. (2005). Abordagem clínica no contato comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia & Sociedade*, 17 (2) 33 -41.
- Coutinho, Maria da P. de L. (2001) *Depressão infantil: uma abordagem psicossocial*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB.
- Cruz, M. S., Vargens, R. W. & Ramôa, M. de L. (2010) Crack: uma abordagem multidisciplinar. In Brasil – *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, Ministério da Educação, 2010. Brasília.
- Cunha, G.H. et al., (2007) Nicotina e tabagismo. *Revista Eletrônica Pesquisa Médica – Artigo de Revisão*, volume 1, n. 4.
- Da Hora, L. M. P. (2008). *Nem repressão nem educação – uma droga de cenário*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro/FE.
- Dalbosco, C. (2006) *Ressonâncias da morte violenta de adolescentes e jovens: Estudo teórico clínico de famílias em sofrimento*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

- Debarbieux. E., & Montoya Y. (1998) La violence à l'école en France: 30 ans de construction socialoe de l'objet (1976-1997). *Revue Française de Pedagogie*. La violence à l'école: approches européennes. Paris: INRP, 123.
- Debarbieux, É. (2001) A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). *Educ Pesq*, São Paulo, v. 27, n. 1, June. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Feb. 2011. doi: 10.1590/S1517-97022001000100011.
- Debarbieux. E., (2002) Cientistas, políticos e violência: rumo a uma comunidade científica européia para lidar com a violência nas escolas? In Debarbieux e Blaya, Catherine (Orgs.) *Violência nas escolas: Dez abordagens européias*. Brasília: Unesco. 2002.
- Debarbieux. E. & Blaya, Catherine (Orgs.) (2002) *Violência nas escolas: Dez abordagens européias*. Brasília: Unesco.
- Debarbieux. E. & Deuspienne (2003) Das estatísticas oficiais aos levantamentos sobre vitimização, delinquência juvenil e violência na escola. In Unesco (2003) *Desafios e alternativas: violência nas escolas*. Brasília: Unesco, UNDP 2003. 280p. Anais do Seminário de Violências nas Escolas. Brasília, novembro de 2002.
- Debarbieux. E., Révolte, K. Blaya, C., Royer, E., Ortega, R., Cowie H., Prina, F. & Abramovay, M. (2003) *Desafios e alternativas: violência nas escolas*. Brasília: Unesco, UNDP 2003. 280p. Anais do Seminário de Violências nas Escolas. Brasília, novembro de 2002.
- Delors, J. (Org.). (1998) *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo. Cortez; Brasília: MEC-Unesco.
- Dias, E. O. (2000) *Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento* In: *Natureza Humana: Revista internacional de Filosofia e práticas psicoterápicas*. Vol. 2, no. 1, pp. 9-48.
- Diógenes, G. (1998) *Cartografias da Cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo. Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto.
- Duarte, M. do C. A. & Dalbosco, C. (2010) *A política e a legislação brasileira sobre drogas*. In *Brasil – Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, Ministério da Educação, Brasília.
- Edwards, E. P., Eiden, R. Das.& Leonard, K. E. (2008) *Behavior problems in 18- to 36-month-old children of alcoholic fathers: secure mother-infant attachment as a protective factor*. <http://www.mendeley.com/research/behavior-problems-18-36monthold-children-alcoholic-fathers-secure-mother-infant-attachment-protective-factor/>
- Elias, N. (1990). *O processo civilizador: a formação do Estado*. (R. Jungmann, trad.).Vol.2. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- Elias, N. (1990) *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Elias, N. (1996) *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- Elias, M. Del Cioppo. (2008). *Célestin Freinet: uma pedagogia de atividade e cooperação*. Petrópolis. RJ. E. Vozes.
- Enriquez, E (2004/2005). Da solidão imposta a uma solidão solidária. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN*, 5 (1) 19-34.
- Fante, C. (2005) *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. ed. ver. e ampl.—Campinas, SP: Versus Editora, 2005.
- Feffermann, M. (2006) *Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figlie, N. Fontes, A., Moraes, E. & Payá, R. (2004) *Children of addicted parents with bio-psychosocial risk factors: do they need a special care?* *Rev. Psiq. Clin.* 2004, pp 31: 53-62
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832004000200001&script=sci_arttext
- Freire, P. (1996) *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2011) *Pedagogia do Oprimido*. Ed. rev. E atualizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freud, S. (1927) *O futuro de uma ilusão*. Baseada na publicação inglesa de 1928.
http://www.cefas.com.br/publicacoes/obras_freud/freud21.pdf
- Funk, W. (1997) A violência nas escolas alemãs – situação atual. In Debarbieux, E. e Blaya, C. (orgs.) (2002) *Violência nas escolas: dez abordagens européias*. Brasília. Unesco.
- Gadotti, M. (2000). *Perspectivas atuais da educação*. São Paulo. Perspec., São Paulo, v. 14, n. 2, available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8392000000200002&lng=en&nrm=iso. access on 09 Sept. 2011. e <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>.
- Gadotti, M. (2007) *A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão por ensinar*. 1ª Edição São Paulo. Publisher. Brasil
- Gadotti, M. (2008) *Escola Cidadã*. 12ª Edição. São Paulo: Cortez.
- Gadotti, M, Freire, P. & Guimarães, S. (2008). *Pedagogia do diálogo e conflito*. Cortez Editora.
- Galduróz JC, Noto AR., Fonseca AM, Carlini, EA. (2004) V Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras, 2004. São Paulo: *Cebid/Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina*.
- Goodman Gilman, A. (2005) *As bases farmacológicas da terapêutica*. Editores responsáveis Joel G. Hardman, Lee E. Limbird; editor-consultor, Alfred Goodman Gilman; [tradução

- da 10ª. ed. Original, Carla de Mello Vorsatz.. et al.; *Revisão técnica*, Almir Lourenço da Fonseca. McGraw-Hill, Rio de Janeiro.
- Galduróz, J.C, Noto, A.R., Fonseca, A.M. & Carlini, E. A. (2004) V Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras, 2004. São Paulo: *Cebid/Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina*.
- Gonçalves, L. A. O & Sposito, (2002). M. P. Iniciativas Públicas de redução da violência escolar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa n° 115*, março de 2002.
- Gonzalez-Rey, F. (2010) *Pesquisa Qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Fernando González Rey. (M. A. Ferrada Silva, trad.). São Paulo: Cengage Learning.
- Goodman & Gilman (2010). *As bases farmacológicas da terapêutica* - 11ª Ed. Autor: Lazo, John S. Editora: Artmed
- Graham-Bermann, S. A. (1998). The impact of woman abuse on children's social development: Research and theoretical perspectives. Em G. W. Holden, R. Geffner & E .F. N. Jouriles (Orgs.), *Children exposed to marital violence: Theory research and applied issues* (p. 21-54) Washington, DC: American Psychological Association
- Grekin, E. R., Brennan, P.A. & Hammen. (2005) Parental alcohol use disorders and child delinquency: the mediating effects of executive functioning and chronic family stress. *Journal of Studies on Alcohol*, 66(1), 14-22
http://espace.library.uq.edu.au/eserv/UQ:7762/musp_2005_grekin.pdf
- Guimarães, Á. M. (1984) *Escola e violência: Relações entre vigilância, punição e depredação escolar*. Campinas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da PUC de Campinas.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000125&pid=S1517-9702200100010000700027&lng=en
- Guimarães, Á. M. (1990). *A depredação escolar e a dinâmica da violência*. Campinas; 471 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UNICAMP.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000126&pid=S1517-9702200100010000700028&lng=en
- Guimarães, A. M. (2005) *A dinâmica da violência familiar: conflito e ambigüidade*. Campinas – SP. Editores Autores Associados.
- Guimarães, M. E. (1995) *Escola, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro; 205 p. Tese (Doutorado) – PUC do Rio de Janeiro. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000127&pid=S1517-9702200100010000700029&lng=en
- Hayden, C. & Blaya, C. (2002) Comportamento violentos e agressivos nas escolas inglesas. In Debarbieux, E. e Blaya, C. (orgs.) (2002) *Violência nas escolas: dez abordagens européias*. Brasília. Unesco.

- Heim, Joanna & Andrade, A. G. de. (2011) Efeitos do uso do álcool e das drogas ilícitas no comportamento de adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832008000700013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 jul. 2011. doi: 10.1590/S0101-60832008000700013.
<http://portal.mj.gov.br/senad/data/Pages/MJD0D73EAFPTBRIE.htm>
- Helstrom, A.; Bryan, A.; Hutchison, K.E.; Riggs, P.D.; Blechman, E. (2004) Tobacco and alcohol use as an explanation for the association between externalization behavior and illicit drug use among delinquent adolescents. *Prev Sci* (5): 4.
 Disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15566052>
- Imbert, F. (2003) *Para uma práxis pedagógica*. (R. de A. Córdova, trad.). Brasília: Plano Editora.
- Kim, H.S.; Kim, H.S. (2005) - Gender differences in delinquent behavior among Korean adolescents, *child psychiatry and human development* 35(4).
 Disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15886868>
- Kuhn, Thomas Samuel. (1992) A estrutura das revoluções científicas. (B. V. Boeira e N. Boeira, trads.). 3. ed. São Paulo: Perspectiva. 257 p. (série Debates - Ciência).
- La Taille, Y. (2006) *Moral e Ética Dimensões Intelectuais e Afetivas*. Porto alegre. Ed. Artmed.
- La Taille, Y. (2008). "Nossos alunos precisam de princípios, e não só de regras" Entrevista publicada em NOVA ESCOLA, Edição 213, Junho/Julho 2008. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/fala-mestre-yves-la-taille-466838.shtml>
- Lee LK, Chen PCY, Lee KK, Kaur J. (2007) Violence-related behaviours among Malaysian adolescents: a cross sectional survey among secondary school students in Negeri Sembilan. *Ann Acad Med Singapore*; 36:169-74.
- Levisky, D. L. Org. (2001). Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção: conhecendo, articulando, interagindo e multiplicando (PP. 11-23). São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica.
<http://www.davidleolevisky.com/livros/livros/adolescencia%20e%20violencia%20a%20E7%20F5es%20comunit%20E1rias%20na%20prevencao/ficha%20t%20E9cnica%20-%20mensagem%20-%20sum%20E1rio%20-%20apresenta%20E7%20E3o.pdf>
- Lima, A. M. de A. (2011) *Cyberbullying e outros riscos da Internet: despertando a atenção de pais e professores*. Rio de Janeiro: Walk Editora. 224p.
- Macedo, L. (2002). Situação-Problema: Forma e Recurso de Avaliação, Desenvolvimento de Competências e Aprendizagem Escolar. In Perrenoud, Thurler, Macedo Allessandrini. As competência para ensinar no Século XXI.

- Maldonado, D. P. A & Williams, L. C. de A. (2005) O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 353-362, set./dez.
- Malinowski, B. (1984) *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril 1984.
- Marinho-Araújo, C. Maria (2010) A escola como espaço de transformações sociais e individuais. In *Brasil – Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. Secretaria Nacional Antidrogas, Ministério da Educação, 2010. Brasília.
- Marques, W. E. U. (2003) Exclusão social, inclusão marginal no mundo da drogadição. (pp 97-102). In Sudbrack, M.F. O., Conceição, M. I. G., Seidl, E. M. F. & Silva, M. T. da (Orgs.) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. Brasília: Plano. 2003.
- Martins, J. S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. SP. Paulus.
- Matos, M. & Carvalhosa, Susana F. (2001). *A violência na escola: vítimas, provocadores e outros*. Tema 2, n.º 1. Faculdade de Motricidade Humana/ PEPT – Saúde/GPT da CM Lisboa.
- Meirieu, P. & Guiraud, M. *L'école ou La guerre civile*. Paris: Plon, 1997.
- Minayo, M. C. de S. (Org.), Deslandes, S. F. & Gomes, R. (2011). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 30ª Edição. Vozes.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Montoya, Y. (2002). Violência nas escolas: orientação e situação atual das pesquisas na França. In Debarbieux, E. & Blaya, C. (orgs.) (2002) *Violência nas escolas: dez abordagens européias*. Brasília. Unesco.
- Morin, E. (2001) *Introdução ao Pensamento Complexo*. Instituto Piaget. 3ª Edição. Stória, Editores Ltda.
- Morin, E. (2003) *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. E. Jacobina, trad.). 8ª Edição Bertrand Brasil.
- Nolte, D Law. & Harris, R. . (2005) *Os adolescentes aprendem o que vivenciam*. (S. M. M. Schwartz, trad.). Rio de Janeiro: Sextante.
- Neuber, Luciana Maria Biem, DO VALLE, Tania Gracy Martins & PALAMIN, Maria Estela Guadagnucci. (2008) O adolescente e a deficiência auditiva: as relações familiares retratadas no teste do desenho em cores da família. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.* [online]. 2008, vol.18, n.3. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822008000300011&lng=pt&nrm=iso>.
- Newbury-Birch D, White M, Kamali F. (2000) Factors influencing alcohol and illicit drug use amongst medical students. *Drug Alcohol Depend.* 2000;59:125-30. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S037687169900108>

- Nicastri, S. (2010) Drogas classificação e efeitos no organismo. In Brasil – Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Secretaria Nacional Antidrogas, Ministério da Educação, 2010. Brasília.
- Nogueira, M. A., Romanelli, G. & Zago, N. (Orgs.) (2000) Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes
- Oliveira AS, Antonio PS. (2006) Sentimentos do adolescente relacionados ao fenômeno bullying: possibilidades para a assistência de enfermagem nesse contexto. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2006;8(1):30-41. Available from:http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_1/original_04.htm.
- Oliveira, M. C. S. de. (2010) O adolescente em desenvolvimento e contemporaneidade In Brasil – Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Secretaria Nacional Antidrogas, Ministério da Educação. Brasília.
- Oury, F. e Pain, J. (1972). *Chronique de l 'école caserne*. Paris., Maspéro.
- Outeiral, J. O. (2003) *Adolescer: estudos revisados sobre adolescência*. 2nd ed. Rio de Janeiro: Revinter.;
- Padilha, M.I.C.S. (2001) *Representações sociais: aspectos teórico-metodológicos*. Passo Fundo (RS): Universidade de Passo Fundo.
- Pain, J. (1972). Fernand Oury et la pedagogie institutionelle. http://www.meirieu.com/PATRIMOINE/oury_pain.pdf
- Paula e Silva, J. M. A.& Salles, L. M. F. de. A violência no âmbito escolar: considerações sobre a violência da e na escola – UNESP
- Penso, M. A & Sudbrack M.F. O. (2004) O envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o filho parental. *Revista Psicologia USP*.
- Pereira, Sandra. Eni. F. N., Conceição, M. I. G. & Tomasello, F. (2003). Prender ou proteger? Caminhos e descaminhos da assistência à infância e à juventude no Brasil. In M. F. O.Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl & M.T. da Silva, (Orgs.) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. Brasília: Editora Plano.
- Pereira, Sandra Eni. F. N. (2009) *Redes sociais de Adolescentes em contextos de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas*. Tese de Doutorado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.
- Piva, A, Severo, A. & Dariano, J. (2006) Poder e Violência – Formas de subjetivação. Disponível em <http://www.revistacontemporanea.org.br/site/wp-content/artigos/artigo76.pdf>
- Prina, F. (2003) A violência na escola: da pesquisa ao projeto – a experiência da rede européia nova Res. In Unesco (2003) *Desafios e alternativas: violência nas escolas*.

- Brasília: Unesco, UNDP 2003. 280p. Anais do Seminário de Violências nas Escolas. Brasília, novembro de 2002.
- Rang H.P., Dale M.M., Ritter J.M. & Moore P.K. (2004) *Farmacologia*. (P. L. Voeux e A. J. M. da Silva Moreira, trads.). Rio de Janeiro.
- Rapizo, R. (2003) *Uma visão sistêmica da violência*. Disponível em http://www.multiversa.com.br/pdf/visao_sistemica.pdf
- Ribeiro M, Dunn J, Sesso R, Dias AC. & Laranjeira R. (2006) Causes of death among crack cocaine users. *Rev Bras Psiquiatr*. Sep;28(3):196-202.
- Rogers, C. R. (1957) - Uma Nota Sobre a Natureza do Homem - (Universidade de Chicago). In Walker, Carl Rogers e a Natureza do Homem - apostila. Disponível em <http://www.rogeriana.com/sonia/natureza.htm>
- Royer, É. (2003) Condutas agressivas na escola: pesquisas, práticas exemplares e formação de professores. In Unesco (2003) *Desafios e alternativas: violência nas escolas*. Brasília: Unesco, UNDP 2003. 280p. Anais do Seminário de Violências nas Escolas. Brasília, novembro de 2002.
- Rosa, S. da Conceição & Strozzi, G. V. (2009) *Violência escolar: contribuições de Hannah Arendt – Revista Pandora* n. 06. Filosofia e Literatura.
- Rossi, L. C. de C. (2008). *Calando-se para se preservar de um contexto ameaçador, mediante a fragilidade de se resgatar o aluno da rede pública de ensino, em interações com substâncias psicoativas: a experiência do professor*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho. Botucatu. SP.
- Schenker, Miriam & Minayo, Maria Cecília de Souza. (2003) A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciênc. saúde coletiva* [online], vol.8, n.1, pp. 299-306
- Schuckitt, M.A. (1995) - *Drug and alcohol abuse a clinical guide to diagnosis and treatment*. Plenum, New York, pp. 172-187,
- Selosse J. (1952- 1995) Le rôle de l'école dans la prévention de la délinquance juvénile in Adolescence, violences et déviances (1952- 1995). Sous La direction de Jacques Paim et Loïck –M. Villerbu. Á Vauchrétiën. Matrice.1997.
- Selosse, J.; (1952-1995) *Adolescence, violences et déviances*. Sous La directions de Jaques Paim e Loich M. Villerbu. Vigneux: Matrice.
- Silva, A., Adam, A., Rocha, C., Borges, D., Santos, J., Guimarães, M., Padilha, N. & Silveira, P. (2008). Relatório investigativo sobre o crack e o SUS. 2008. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social.
- Silva, Nelson P.(2010) *Ética Indisciplina & Violência nas escolas*. 5ª Edição. Vozes. Petrópolis. RJ.

- Silva, Ricardo.A., Jansen, K., Godoy, R. V., Souza, L. D. M., Horta, B. L. & Pinheiro, R. T. (2009). Prevalência e fatores associados a porte de arma e envolvimento em agressão física entre adolescentes de 15 a 18 anos: estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(12):2737-2745. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n12/20.pdf>
- Silva, S. F. L. & Sudbrack, M. F. O. (2011) Violência, drogas, ambiente escolar e imediações: Fragmentos de desafios. Violência, drogas, ambiente escolar e imediações: ótica de educadores sociais da segurança. *Anais do I Seminário Nacional sobre infância, juventude e políticas públicas: desafios na articulação entre teoria e prática*. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- Simões, C. A., Moll, J., Malheiro, M. de F. S. & Rabelo, M. K. O. (2010) Programas de Promoção de Saúde Integrados na Política Nacional de Educação: o papel da escola na prevenção do uso de drogas. Em *Brasil – Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. Secretaria Nacional Antidrogas, Ministério da Educação, 2010. Brasília.
- Sinclair, D. (1985). *Understanding wife assault*. Toronto: *Publications Ontario*.
- Sposito, M. P. (2001) Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educ Pesq* [online], vol.27, n.1, pp. 87-103. ISSN 1517-9702. doi: 10.1590/S1517-97022001000100007.
- Sócrates. (2004) *A História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural. *Coleção Os Pensadores*.
- Souza, R. L. , (2008). Hannah Arendt e a política sem piedade. *Política & Sociedade* nº 12, Abril de 2008.
- Sudbrack, M. M. F. O & Doneda, D. (1992) Terapia Familiar e adolescência: a contribuição da abordagem sistêmica para a construção de uma metodologia de acolhimento a jovens toxicômanos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, n. 8, Suplemento, p. 469-474.
- Sudbrack, M. M. F. O. (1996). Construindo redes sociais de prevenção à drogadição e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa renda. In R. M. Macedo (Org.) *Família e comunidade*. Coletânea da ANPPEP (87-113). São Paulo: *Associação Nacional de Pesquisa e de Pesquisadores em Psicologia*.
- Sudbrack, M. M. F. O. (1998). Situação de risco à drogadição entre adolescentes no contexto de baixa renda: os paradoxos e as possibilidades da família. *Ser Social*, v. 3.
- Sudbrack, M. M. F. O. (2000). Abordagem Comunitária como Novo Paradigma. In A.M.O. Almeida & L.H. C.Z. Pulino (orgs). *Projeto Bem-me-quer: Fórum de combate à violência*. (pp 93-97). Brasília: Prática.
- Sudbrack, M. M. F. O., Conceição, M. I. G., Seidl, E. M. F. & Silva, M. T. da (Orgs. (2003) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. Brasília: Plano.

- Sudbrack, M. M. F. O. (Org.) (2006). Redes sociais e os Adolescentes. In M. F. O. Sudbrack Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Brasília. Universidade de Brasília.
- Sudbrack, M. M. F. O. (2010) Drogas e complexidade: do caos à transformação. Em Brasil - Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação, 2010. Brasília.
- Sudbrack, M. M. F. O., Conceição, M. I. C. & Ramos, M. E. C.(2010). Escola em rede: políticas públicas na prevenção do uso de drogas para crianças e adolescentes. Em Brasil – Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Ministério da Educação, Brasília.
- Szymanski, H. (2010) *A relação família/escola: desafios e perspectivas*. Brasília. Liber Livro. 136p.
- Tavares-dos-Santos, J. V. (2001). A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. *Educ Pesq*, São Paulo, v. 27, n.1, June 2001. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de maio de 2011. Doi: 10.1590/S1517-97022001000100008.
- Tavares-dos-Santos, J. V. & Machado, (2010) E. M. Violência, juventude e reconstrução dos laços sociais. *Revista Brasileira de Psicoterapia*. 2010; 12 (2-3): 238-251.
- UNESCO (2003) Desafios e alternativas: violência nas escolas. Brasília: UNESCO, UNDP 2003. 280p. Anais do Seminário de Violências nas Escolas. Brasília, novembro de 2002.
- Vasconcelos, Maria José Esteves (2003) *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Ed. Papyrus. Campinas, SP.
- Velho, G. (2000). Violência, reciprocidade e desigualdade. In Velho, G. Alvito, M. (Org.) *Cidadania e Violência*. 2ª.ed, Rio de Janeiro: Editoras UFRJ/FGV.
- Webb E, Ashton C, Kelly P, Kamali F. (1996) Alcohol and drug use in UK university students. *Lancet*.; 348:922-25.
- Webster-Stratton, C. (1997). Early intervention for families of preschool children with conduct problems. Em M. J. Guralnick, *The effectiveness of early intervention*.(pp. 429-453) Washington; Paul H. Brookes Publishing Co.
- World Health Organization. Global consultation on violence and health. Violence as a public health priority. Geneva: *World Health Organization*; 1996.
- Winnicott, D. W. (2005) *Tudo começa em casa*. (P. Sandler, trad.). 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Zaluar, A. & Leal, M.C., (2001) Violência Extra e Intramuros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16, nº 45.

ANEXO I

Questionário sobre situações-problema relacionadas a drogas e violência no contexto das escolas: ótica de Educadores Sociais da Segurança Pública

Respondente: - Anônimo -

Policiais

Vimos, por meio deste, solicitar sua autorização e colaboração para a Pesquisa sobre **Situações-problema relacionadas a drogas e violência no contexto das escolas: ótica de Educadores Sociais da Segurança Pública** desenvolvida pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas laboratório do Programa de Pós-graduação de Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (PRODEQUI/PCL/IP/UnB).

Este estudo tem como objetivo realizar um levantamento de situações-problema ocorridas no ambiente e/ou perímetro escolar relacionadas ao uso de drogas e violência entre jovens/adolescentes relatadas por Educadores Sociais da Segurança Pública.

Convidamos você para participar preenchendo o questionário e enfatizamos que sua participação é voluntária, não havendo nenhum prejuízo para você no caso não queira participar ou deseje sair em qualquer momento do preenchimento do questionário.

Atendendo às exigências éticas, esclarecemos que é necessário contar com o seu consentimento para disponibilização dos dados como fonte de pesquisa. Está observada a preservação do anonimato e resguardado o sigilo.

Informamos que a pesquisadora responsável é a Sandra Francisca Lima da Silva aluna de mestrado e qualquer dúvida pode ser esclarecida através do seu e-mail: pesquisaseqpublicaprodequi@gmail.com.

Sua participação é fundamental para o desenvolvimento desta Pesquisa!

Orientadora: Maria Fátima Olivier Sudbrack

Email: sec.prodequi@gmail.com

Secretaria Prodequi - SCS QD 04 BI "A" Ed. Anápolis - 4º andar CEP: 70.317-900

Fones: (61) 3224-9471 (61) 3033-8970

1 Assinale seu sexo

- Masculino
- Feminino

2 Assinale sua idade

- Até 24 anos.
- De 25 a 29 anos.
- De 30 a 39 anos.
- De 40 a 49 anos.
- De 50 a 54 anos.
- 55 anos ou mais.

3 Assinale seu posto/graduação

- Soldado
- Cabo
- Sargento
- Suboficial
- Aspirante
- 2º Tenente
- 1º Tenente
- Capitão
- Major
- Tenente-Coronel
- Coronel
- Outros

4 Assinale a opção que melhor descreve o seu nível máximo de escolaridade

- Ensino Médio - Magistério.
- Ensino Superior Incompleto (não está estudando atualmente).
- Nível superior (cursando).
- Ensino Superior.

- Especialização (mínimo de 360 horas).
- Mestrado.
- Doutorado

5 Se possui Nível Superior, em qual área de conhecimento?

historia/ psicopedagogia clinica e institucional

6 Assinale as atividades desenvolvidas por você na sua Instituição

- Atividades Administrativas
- Atividades de Policiamento Ostensivo.
- Atividades do Programa de Polícia Comunitária
- Instrutor no PROERD
- Mentor
- Master/Facilitador
- Professor
- Tutor EAD(Ensino a Distância)
- Outras

7 Se assinalou "Outras" na questão anterior, especifique

policiamento ostensivo e instrutor Proerd

8 Você atua em outro projeto/programas sociais voltados para adolescentes?

Sim Não

9 Se assinalou "Sim" na questão anterior, especifique

com palestras e discussões sobre drogas e relacionamento familiar nas escolas

10 Se você participa do PROERD, quando iniciou sua trajetória?

19/08/2004

11 Assinale o Estado em que aconteceu o fato

12 Assinale em que tipo de município aconteceu o fato

- Capital
- Interior
- Região Metropolitana

13 Nome do município

Catalão

14 Quais são os personagens que foram envolvidos nessa situação?

- Aluno
- Pai
- Mãe
- Outro Responsável
- Professor
- Diretor
- Policial
- Orientador Educacional
- Psicólogo
- Pedestre
- Motorista
- Merendeira
- Faxineiro
- Porteiro
- Bedel
- Ciclista
- Comerciante
- Outros

15 Se assinalou "Outros" na questão anterior, especifique

16 Descreva o ambiente em que ocorreu a situação

- Sala de aula

- Pátio da escola
- Quadra de Esportes da escola
- Cantina
- Direção
- Portão de entrada
- Administração
- Banheiro da escola
- Corredor da escola
- Coordenação
- Imediações da escola
- Internet
- Outros

17 Se assinalou "Outros" na questão anterior, especifique

18 Caso a situação de violência envolva o uso de drogas, quais os tipos estavam envolvidos no evento? (Considerando drogas lícitas e ilícitas)

- Cigarro
- Cocaína
- Inalantes
- LSD
- Maconha
- Crack
- Álcool
- Anfetaminas
- Não sei
- Outras

19 Se assinalou "Outros" na questão anterior, especifique

20 11. Conte o que aconteceu nessa situação. (O início, o desenvolvimento e o desfecho).

21 Quais as articulações e encaminhamentos?

- Com a escola
- Outros segmentos

22 Se assinalou "Outros" na questão anterior, especifique

23 Quem foi mobilizado além da polícia?

- Pais/familiares/responsáveis
- Amigos
- Professores
- Diretor
- Vizinhos
- Outros

24 Se assinalou "Outros" na questão anterior, especifique

25 Você considera que a situação terminou bem? Justifique.

26 Na sua opinião, o que foi mais desafiador diante da situação relatada?

ANEXO II

**Projeto de Pesquisa: A ESCOLA EM REDE NA PREVENÇÃO DA DROGADIÇÃO E DA
VIOLÊNCIA**

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Brasília, 25 de outubro de 2010.

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa
Instituto de Ciências Humanas
Universidade de Brasília

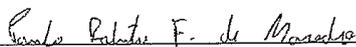
Encaminho o projeto de pesquisa intitulado "A escola em rede na prevenção da drogadição e da violência" sob a coordenação da Profa. Dra. Fátima Olivier Sudbrack do Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília PRODEQUI/PCL/IP/UnB, para análise e parecer deste Comitê de Ética.

Declaro estar ciente de que o protocolo de pesquisa deve estar de acordo com a Resolução CNS 196/96 e posteriores.

No aguardo de manifestações, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Pesquisadores responsáveis:



Mestrando Paulo Roberto Ferreira de Macedo
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4062334954711230>



Mestrando Ricardo Henrique Brito Marques
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0574616699602427>



Mestranda Sandra Francisca Lima Da Silva
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0823891669653996>



Pesquisadora Orientadora: Maria Fátima Olivier Sudbrack
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8622381143143345>



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
 (versão outubro/99) Para preencher o documento, use as indicações da página 2.

1. Projeto de Pesquisa: A ESCOLA EM REDE NA PREVENÇÃO DA DROGADIÇÃO E DA VIOLÊNCIA			
2. Área do Conhecimento (Ver relação no verso) PSICOLOGIA		3. Código: 7.07	4. Nível: (Só áreas do conhecimento 4)
5. Área(s) Temática(s) Especial (s) (Ver fluxograma no verso) GRUPO III		6. Código(s):	7. Fase: (Só área temática 3) I () II () III () IV ()
8. Unitermos: (3 opções) PREVENÇÃO, DROGADIÇÃO E VIOLÊNCIA			
SUJEITOS DA PESQUISA			
9. Número de sujeitos No Centro: 25.019 Total: 25.019	10. Grupos Especiais : <18 anos () Portador de Deficiência Mental () Embrião /Feto () Relação de Dependência (Estudantes . Militares, Presidiários, etc) (X) Outros () Não se aplica ()		
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
11. Nome: MARIA FATIMA OLIVIER SUDBRACK			
12. Identidade: 14443146	13. CPF.: 169.559.670-53	19. Endereço (Rua, n.º):	SQN 209 BLOCO I AP. 301
14. Nacionalidade: BRASILEIRA	15. Profissão: PSICÓLOGA	20. CEP: 71.000-100	21. Cidade: BRASÍLIA
16. Maior Titulação: PÓS- DOUTORADO	17. Cargo: PROFESSORA TITULAR	23. Fone: (61) 32249471 (61) 3307-2625	22. U.F.: DF
18. Instituição a que pertence: UNB/PRODEQUI			24. Fax
18. Instituição a que pertence: UNB/PRODEQUI			25. Email: fatsudbr@unb.br
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.</p>			
Data: 25/10/2010		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO			
26. Nome: PRDEQUI (Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas)		29. Endereço (Rua, nº): SCS QUADRA 04 BLOCO A N. 170 Ed. Anápolis, 4º. andar	
27. Unidade/Orgão: Departamento Psicologia Clínica -- Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura PPG/PsicCC		30. CEP: 70.317-900	31. Cidade: BRASÍLIA
28. Participação Estrangeira: Sim () Não (X)		33. Fone: (61) 3224-9471	32. U.F.: DF
28. Participação Estrangeira: Sim () Não (X)		34. Fax.: (61) 3224-9471	
35. Projeto Multicêntrico: Sim () Não (X) Nacional (X) Internacional () (Anexar a lista de todos os Centros Participantes no Brasil)			
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição) : Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Nome: MARIA FÁTIMA OLIVIER SUDBRACK		Cargo: Coordenadora do PRODEQUI	
Data: 25/10/2010		 Assinatura	
PATROCINADOR		Não se aplica ()	

36. Nome: SENAD – Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas		39. Endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco "A" - 5º Andar	
37. Responsável: Paulina Vieira Duarte		40. CEP: 70.050-907	41. Cidade: BRASÍLIA
38. Cargo/Função: Diretora de Prevenção e Tratamento da SENAD		43. Fone: 3411-2935	42. UF: DF
44. Fax:			
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP			
45. Data de Entrada: ____/____/____	46. Registro no CEP:	47. Conclusão: Aprovado () Data: ____/____/____	48. Não Aprovado () Data: ____/____/____
49. Relatório(s) do Pesquisador responsável previsto(s) para: Data: ____/____/____			
Encaminhado a CONEP: 50. Os dados acima para registro () 51. O projeto para apreciação () 52. Data: ____/____/____		53. Coordenador/Nome _____ Assinatura	Anexar o parecer consubstanciado
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP			
54. Nº Expediente:		56. Data Recebimento :	57. Registro na CONEP:
55. Processo:		58. Observações:	

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia - IP
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPCL
Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas - PRODEQUI

PROJETO DE PESQUISA

A ESCOLA EM REDE NA PREVENÇÃO DA DROGADIÇÃO E DA VIOLÊNCIA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS:

**MESTRANDO PAULO ROBERTO FERREIRA DE MACEDO
MESTRANDO RICARDO HENRIQUE BRITO MARQUES
MESTRANDA SANDRA FRANCISCA LIMA DA SILVA**

**PESQUISADORA ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA FATIMA OLIVIER
SUDBRACK**

Brasília, outubro de 2010.

1. JUSTIFICATIVA

A prevenção do uso de drogas e dos contextos de violência consiste em diferentes ações em vários níveis de governo. O Governo Federal representado pelo Gabinete de Segurança Institucional por meio da Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre drogas em parceria com o Ministério da Educação e com o Ministério da Justiça por meio do Programa de Segurança Pública com cidadania – Pronasci, realizam a quarta edição do *Curso de Prevenção ao uso de drogas para Educadores de escolas pública* executado por meio do Programa de Atenção e Estudo as Dependências Químicas – PRODEQUI, laboratório do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura/ PPG PsiCC do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília - UnB.

O PRODEQUI foi criado em 1991, com o objetivo de desenvolver atividades integradas de pesquisa, ensino e extensão sobre o tema das dependências químicas. As atividades realizadas nesse laboratório objetivam contribuir com a evolução da abordagem científica das questões referentes ao envolvimento do ser humano com as drogas, em suas diferentes dimensões. Assim, entende-se a problemática das drogas (lícitas e ilícitas) em uma perspectiva da complexidade, realizando uma leitura sistêmica, vislumbrando um vasto campo de investigação, uma riqueza de possibilidades de intervenção e, sobretudo, de muitos desafios.

Dessa maneira, amplia-se a questão específica da dependência de substâncias para o tema mais amplo das adições e da ressonância do fenômeno das drogas no tecido social. De modo semelhante, esse laboratório interessa-se pela construção de metodologias de intervenções sistêmicas, e comunitárias de prevenção da marginalização social dos sujeitos, grupos e comunidades, com especial investimento na interface drogas-violência na população de adolescentes e jovens. Portanto, o fenômeno das drogas, definido enquanto objeto complexo de investigação e de intervenção, remete a interfaces com as demais áreas do conhecimento científico as quais encontram nesse laboratório um fértil espaço para a elaboração de propostas multi, inter e transdisciplinares.

Estas se viabilizam e se concretizam no decorrer de diferentes projetos, num processo de construção permanente, atendendo tanto a demandas sociais como as demandas acadêmicas, o que vem permitindo uma ampliação do campo da psicologia clínica em resposta e sintonia aos desafios da cultura e da contemporaneidade. Assim, esse laboratório é composto por vários profissionais de diferentes áreas e diferentes níveis de formação (graduação, mestrado, doutorado) integrando a pesquisa com a intervenção em seus diversos contextos de atuação.

O curso em questão tem como objetivo capacitar professores e comunidade escolar para que possam identificar o uso de drogas em seus alunos adolescentes e realizar encaminhamentos adequados e condizentes com a demanda em diferentes contextos. Objetivando também alcançar o maior número de professores possível, esse curso é oferecido na modalidade de ensino à distância com certificação de extensão universitária e prioritariamente nas regiões consideradas Territórios de Paz em razão de altos índices de violência e vulnerabilidade social.

Entretanto, em sua mais nova edição, esse curso foi expandido para profissionais da Segurança Pública, em especial os policiais que trabalham com o Proerd (Programa de Educacional de Resistência às Drogas), denominados nesse trabalho como educadores sociais de segurança pública, sendo a clientela de inscritos formada por Policiais Militares, Bombeiros Militares, Policiais Civis e Servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública. A especificidade dessa edição para esses profissionais torna ainda mais necessário a realização de um estudo piloto, constituindo uma intervenção/pesquisa que subsidiará a capacitação cada vez mais qualificada para esses profissionais.

Destarte, o presente projeto de pesquisa pretende utilizar este contexto virtual do curso para aprimorar, propor e construir coletivamente novos espaços para atuação preventiva da comunidade escolar enquanto ator participante da escola em rede para a prevenção, conforme preconiza a Política Nacional sobre drogas – PNAD. Portanto, na tentativa de abarcar a complexidade do tema o projeto de pesquisa em questão é compreendido por 3 subprojetos:

1. *Situações problema relacionadas ao uso de drogas no contexto escolar – narrativas de educadores;*
2. *Situações-problema relacionadas a drogas e violência no contexto das escolas: ótica de Educadores Sociais da Segurança Pública;*
3. *Intervenção/Pesquisa junto aos tutores e supervisores do Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas para Professores de Escolas Públicas aplicado a atores da Segurança Pública.*

2. OBJETIVOS:

2.1. OBJETIVOS GERAIS:

- Subsidiar o avanço da prática de modo a desenvolver prevenção universal, indicada e seletiva em contexto escolar, por meio da análise de narrativas de professores e educadores sociais de segurança pública;
- Subsidiar a melhoria da capacitação dos educadores sociais de segurança pública de acordo com a atual Política Nacional sobre drogas.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Os objetivos específicos desse projeto de pesquisa serão abarcados de acordo com cada sub-projeto:

O subprojeto 1 intitulado *Situações problema relacionadas ao uso de drogas no contexto escolar – narrativas de educadores*, cujo pesquisador responsável é o mestrando Ricardo Henrique Brito Marques, tem como objetivo geral: subsidiar projetos de prevenção às drogas por meio de conhecimento do tipo ou natureza das situações problemas vivenciadas pelos educadores, bem como avaliar os principais desafios vivenciados pelo educador ou apontados no seu cotidiano, com intuito de verificar as demandas de capacitação e outras demandas para o enfrentamento de tais situações-problema na perspectiva da prevenção seletiva.

Dentre os objetivos específicos, observam-se:

- Caracterizar as situações problema vivenciadas pelo professor no contexto escolar;
- Verificar qual a participação do educador no manejo das situações problema;
- Conhecer quais são as soluções construídas pelos diferentes atores da comunidade escolar;
- Investigar em que medida as ações da escola revelam articulação com a rede de parcerias.

Por sua vez, o subprojeto 2, *Situações-problema relacionadas a drogas e violência no contexto das escolas: ótica de Educadores Sociais da Segurança Pública*, que tem como pesquisadora responsável a mestranda Sandra Francisca Lima Da Silva, objetivou-se: identificar situações-problema ocorridas no ambiente e/ou perímetro escolar relacionadas ao uso de drogas e violência entre jovens/adolescentes, e relatadas por Educadores Sociais da Segurança Pública, tendo em vista subsidiar ações pró-ativas de prevenção do uso de drogas e violência no contexto das escolas.

Dentre seus objetivos específicos encontram-se:

- Levantar situações-problema relacionadas à violência, relatadas por Educadores Sociais da Segurança Pública, no contexto escolar;

- Caracterizar as situações-problema relacionadas ao uso de drogas e violência no contexto escolar;
- Discutir a natureza da mobilização e das demandas dirigidas aos Educadores Sociais da Segurança Pública.

Por fim, o subprojeto 3, cujo título é *Intervenção/Pesquisa junto aos tutores e supervisores do Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas para Professores de Escolas Públicas aplicado a atores da Segurança Pública*, que será realizada pelo mestrando Paulo Roberto Ferreira de Macedo, definiu-se como objetivo geral: construir uma metodologia específica para trabalhar Políticas de Segurança no Contexto Escolar.

Tendo como objetivos específicos:

- Estudar e/ou analisar e auto-analisar o fenômeno da violência nas comunidades escolares sob os diferentes olhares (Policiais Proerd, Policiais Cíveis, Policiais do Batalhão Escolar, Tutores, Supervisores e Pesquisadores);
- Compor em conjunto estratégias de enfrentamento e superação dos problemas/situações vivenciados pelos diferentes Policiais;
- Ampliar a percepção cognitiva dos tutores no que tange às suas afetações no processo de interação junto aos policiais;
- Incentivar a equipe de tutoria a contemplar a percepção dos Policiais acerca de uma nova perspectiva na prevenção e intervenção no fenômeno da drogadição no ambiente escolar.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Política Nacional sobre Drogas

O uso de drogas sempre esteve presente nas civilizações. Atualmente, verifica-se na sociedade brasileira, um aumento do consumo de drogas e dos fatores de risco para o uso de drogas. Para lidar com esta questão de forma efetiva são necessárias ações políticas tanto para o controle e redução da oferta de substâncias quanto para as ações de redução da demanda. No controle e redução da oferta, estão as ações referentes à segurança pública e de defesa. Já na redução da demanda, as políticas de prevenção do uso de drogas são intersetoriais e envolvem áreas da saúde, educação, assistência social, proteção social, entre outras.

Desse modo, o Brasil está em pleno avanço quanto à definição de suas políticas públicas na área da redução da demanda do uso de drogas, ao mesmo tempo em que crescem os desafios para a sua consecução. Entre esses desafios, destaca-se a mudança do paradigma da “guerra às drogas”, o que significa tratar o complexo fenômeno das drogas não só em relação ao controle da oferta de produtos, mas também quanto à adoção de uma postura mais apropriada que envolve a redução da demanda, ou seja, atuar sobre os fatores relacionados a busca das drogas pelas diversas populações de usuários. Destaca-se na Política Nacional sobre Drogas (PNAD) a importância de respeitar as características de cada população-alvo e da diversidade de contextos em que o trabalho se desenvolve.

Por sua vez, a prevenção do uso de drogas e dos contextos de violência consiste em diferentes ações em vários níveis de governo. A atual Política Nacional de Educação e Política Nacional sobre Drogas consideram a escola como um espaço fundamental para acolher crianças e adolescentes vulneráveis, por meio da criação de um espaço que possibilitem a garantia de direitos e o desenvolvimento integral dos alunos, oferecendo recursos pedagógicos, assistenciais, culturais e de promoção de saúde, com vistas à prevenção do uso de álcool e outras drogas e de comportamentos de risco associados.

De acordo com Sudbrack (2010), a escola é, sem dúvida, um importante contexto social para ações preventivas. No entanto, as escolas também se tornam vulneráveis na medida em que se envolvem e são envolvidas com situações limites em contextos de violência que foge de sua alçada. Contudo, é imprescindível assumir a proteção das crianças e dos jovens na medida do possível, com ações sempre inclusivas e evitando, ao máximo, o afastamento dessas crianças da escola. A inclusão escolar representa a inclusão na sociedade que acredita no potencial da criança e, por isso, investe em sua formação. Nessa perspectiva de garantia da cidadania por meio da escola, evidencia o

acolhimento como ação inclusiva a ser desenvolvida pelos educadores que, para tanto, precisam ser preparados e orientados.

Nesta perspectiva, os educadores necessitam de capacitação contínua e constante face aos desafios enfrentados no cotidiano escolar. O Curso de Prevenção ao uso de drogas para Educadores de escolas públicas consiste em uma ação de capacitação que oferece informações e discussões atuais e relevantes para os educadores e para a comunidades escolar.

Destaca-se, portanto, nesta capacitação a necessidade de se entender a adolescência e a problemática da droga a partir da visão sistêmica que lança aos educadores desafios: compreender o adolescente e os grupos aos quais ele pertencente (escola, família, comunidade, amigos) com um olhar relacional e agindo por meio de intervenção contextualizada na realidade do adolescente e de suas relações no contexto social da escola.

Assim, faz-se necessário situar a escola como contexto protetivo na comunidade escolar e como parte essencial da rede social tendo em vista uma compreensão mais inteira dos processos de integração psicossocial, de promoção do bem-estar, de desenvolvimento da identidade e de consolidação dos potenciais de mudança.

No caso da prevenção desenvolvida no contexto da escola, a proposta é que o educador, por ter a possibilidade de contato com o aluno adolescente, possa vê-lo não somente como um indivíduo com problemas pessoais, mas também como um indivíduo que se constrói e reconstrói na própria rede social, da qual o educador, a escola, os colegas, a família e a comunidade fazem parte (Sudbrack, 1987). E ainda produzir conhecimento a partir das situações problema evidenciadas por meio de investigação proposta por este estudo.

A prevenção

Dada a complexidade do problema do uso de drogas, que envolve a interação de fatores bio-psico-sociais, o campo das ações preventivas é extremamente abrangente e aborda aspectos que vão desde a formação da personalidade do indivíduo até questões familiares, sociais, legais, políticas e econômicas. É necessário que as ações sejam desenvolvidas em vários âmbitos e integradas entre as diferentes áreas sociais.

Atualmente, a questão da prevenção é entendida por meio de 3 níveis: universal, seletiva e indicada. A prevenção universal aplica-se em programas destinados à população geral, supostamente sem qualquer fator associado ao risco e pode ocorrer na comunidade, em ambiente escolar e nos meios de comunicação. A prevenção seletiva aplica-se em ações voltadas para populações com um ou mais fatores associados ao risco de uso de substâncias e pode ocorrer em

grupos de crianças, filhos de dependentes químicos. E a prevenção indicada consiste em intervenções voltadas para pessoas identificadas como usuárias ou com comportamentos de risco relacionados direta ou indiretamente ao uso de substâncias, como por exemplo, alguns acidentes de trânsito e podem ocorrer em programas que visem diminuir o consumo de álcool e outras drogas, mas também a melhora de aspectos da vida do indivíduo como, por exemplo, desempenho acadêmico e reinserção social.

Dessa forma, o presente projeto de pesquisa dedica-se a prevenção seletiva no contexto e na comunidade escolar com o objetivo de realizar um levantamento das situações-problema vivenciadas pelos professores e educadores sociais da segurança pública, interações virtuais na comunidade escolar, bem como o desenvolvimento de uma pesquisa-intervenção como os tutores do curso para educadores sociais de segurança pública. Este levantamento pretende subsidiar ações e confecção de materiais para futuras edições do Curso de Prevenção ao uso de drogas para Educadores de escolas públicas. Além de proporcionar o conhecimento das estratégias de intervenção utilizadas pela comunidade escolar diante dessas situações.

Os níveis de prevenção são um *continuum*, sem limites claros, muitas vezes, e ainda abarcam a prevenção primária, secundária e terciária (Borges, Sudbrack e Almeida, 2010). Por exemplo, na infância, as intervenções preventivas abordam a promoção de saúde em uma perspectiva ampla e podem ser feitas com orientação adequada aos pais e professores, usando a criatividade e diversas atividades para propiciar a aquisição de habilidades e experiências que tenham efeito protetor. A prevenção voltada para os adolescentes é feita principalmente nas escolas por ser esse o local que, idealmente, todos os jovens deveriam frequentar.

A proposta de prevenção na escola enfatiza que é na adolescência que as pessoas realizam maior número de experiências. Essa é a principal clientela das escolas as cujos educadores são alunos do Curso de Prevenção ao uso de drogas para educadores de escolas públicas. A escola é o espaço no qual os adolescentes vivem muito tempo de suas vidas, um ambiente privilegiado para reflexão e formação de consciência e que sempre exerceu papéis culturais (a transmissão do conhecimento) e papéis políticos (organização de grupos, favorecimento a resolução de conflitos sociais e psicológicos e desenvolvimento de determinadas posturas éticas, sociais e políticas).

Compreendendo a escola em rede: políticas públicas integradas na prevenção do uso de drogas para crianças e adolescentes

Na prática de redes sociais, o papel do educador se amplia na medida em que ele se reconhece como parte da rede dos alunos, reconhece outras pessoas e instituições dessa rede,

entende qual a função que cada integrante da rede está exercendo na vida do adolescente e identifica risco e potenciais presentes nessas relações (Sudbrack, Conceição e Ramos, 2010).

A proposta da escola em rede convida a enfrentar as diferentes situações com maior preparo e menos sofrimento, na medida em que é possível realizar as articulações necessárias em ações integradas de prevenção. Essas ações são resposta a essa difícil realidade e vêm, recentemente, incluindo mobilizações na área de segurança pública, orientadas para a proteção das escolas e não para o controle e policiamento. Assim, a escola em rede na construção de parcerias para a prevenção do uso de drogas, consiste em uma eficaz proposta metodológica para o trabalho de prevenção do uso de drogas na perspectiva das redes sociais, inspirada na leitura sistêmica da questão e que indica uma construção original de instrumentos e de práticas preventivas no contexto da escola.

A execução do Curso de Prevenção ao uso de drogas para educadores de escolas públicas compõe esta rede social por situar-se no âmbito das políticas públicas e abranger o contexto escolar, uma vez que se compromete com o estudo de situações problema nas escolas tendo em vista o aprimoramento dos diferentes papéis no cenário social. Este estudo convoca diferentes atores sociais, tais como, o professor, alunos, funcionários, policiais para que em conjunto possam garantir a proteção social da comunidade escolar. Neste sentido, constata-se que o educador social de segurança pública exerce papel importante na comunidade escolar, o que justifica sua participação neste estudo.

A pesquisa via internet e seus aspectos éticos

Considerando internet como um conjunto de redes, observa-se que pesquisa online tem sido amplamente utilizada tanto para metodologias qualitativas como para as quantitativas devido as suas inúmeras potencialidades. A pesquisa realizada em ambiente virtual permite ao pesquisador maior acesso aos participantes, encurtando distâncias geográficas, permitindo às pessoas flexibilização em relação ao processo de participação, cabendo-lhes escolher o local e o melhor momento para participarem da pesquisa. Feitas e cols. (2004) acrescentam ainda que a diminuição de custos com fotocópias e do tempo entre o final da coleta de dados e o início da análise é praticamente zero, permitindo, inclusive, que a análise seja feita concomitantemente ao processo de coleta de dados. Mann e Stewart (2000, em Mendes, 2009) acrescentam ainda que a pesquisa virtual facilita a discussão de assuntos que poderiam ser difíceis de serem conversados pessoalmente. A comunicação virtual aliada à garantia do anonimato permite, assim, que sejam tratados conteúdos politicamente sensíveis, conflituosos ou até mesmo perigosos.

Dentre as possíveis limitações Mann e Stewart (2000, em Mendes, 2009) ressaltam o fato que essa ferramenta de comunicação ainda não é acessível a toda população. Questões como a falta de habilidade ne

acesso das informações online, bem como a dificuldade de se ter acesso a computadores ou ainda o analfabetismo podem ser impeditivos para o acesso a comunidades desprivilegiadas. O acesso aos participantes pode ainda ser prejudicado por possíveis falhas de comunicação, havendo a necessidade de monitores que estejam disponíveis na manutenção desse contato, disponibilizando informações sobre a pesquisa e solucionando possíveis dúvidas.

4. METODOLOGIA

Entende-se que a pesquisa qualitativa e/ou quantitativa pode expressar o conhecimento sobre um contexto de modo sistematizado. Devido a essa sistematização, alguns recortes de observação, teóricas e metodológicas são necessários. Apesar de haver algumas restrições nas características da pesquisa qualitativa em relação à postura do pesquisador, às estratégias de coleta de dados, ao papel do sujeito, à aplicabilidade e ao uso dos resultados de pesquisa, parece ser a opção mais adequada ao estudo do complexo objeto da psicologia: a subjetividade. Por esse motivo, no presente trabalho essa metodologia será observada com maior ênfase.

Considera-se ainda que a pesquisa qualitativa tem como pressupostos: a noção de realidade social como construção e atribuição social de significados, a ênfase na análise processual e na reflexão, a relevância dos significados subjetivos, e o caráter comunicativo da realidade social como possibilidade do processo de construção dessa própria realidade (Günther, 2006). Ademais, essa metodologia tem como ponto de partida o *princípio da abertura* no que diz respeito à coleta de dados, ou seja, constitui-se de um amplo espectro de métodos e técnicas para obtenção dos dados. Em termos práticos, consiste na elaboração de questões abertas que visam a compreensão da totalidade do sujeito ativo e podem ser divididas em entrevistas: focalizadas, semi-estandardizadas, centrada num problema, centrada no contexto.

Assim, o campo dessa pesquisa, a forma de acesso aos participantes, o modo como os instrumentos de coleta de dados (questionários, observação *online*) serão aplicados juntamente com seus consentimentos para o desenvolvimento da pesquisa virtual, por meio da plataforma *moodle*. Essa escolha metodológica surgiu devido à necessidade de se compreender melhor as percepções sobre o atual papel dos educadores no contexto escolar relativo aos temas de violência e do uso indevido de drogas entre adolescentes nas situações problema vivenciadas. Dessa maneira, a seleção dos participantes dessa pesquisa serão parte de um mesmo universo: alunos inscritos em 2010 na 4ª Edição no curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas.

4.1. CONTEXTO DE PESQUISA:

A plataforma *Moodle* (<http://moodle.org/>) é um espaço que disponibiliza um conjunto de ferramentas que facilitam a criação e o monitoramento de cursos *online*. Nesse ambiente virtual, são oferecidas diversas ferramentas de comunicação e interação em tempo real (*chat*, correio eletrônico e fórum). Desse modo, torna-se possível mediar o conhecimento por meio da relação entre o tutor e o aluno, permitindo, assim, que se torne possível realizar espaços para: acompanhamento do aluno, auto-avaliação, realização de exercícios de auto-correção, distribuição e controle de notas, disponibilização de glossário, calendário e geração automática de índices e

pesquisas. Por esses aspectos, esse software educativo tem sido amplamente utilizado não somente na modalidade de ensino à distância (EaD), como também, na realização de pesquisas pela internet.

Vale ressaltar que esse curso executado pelo Programa de Atenção e Estudo as Dependências Químicas – PRODEQUI, sob a coordenação da Profa. PhD. Maria Fátima Olivier Sudbrack, professora Titular do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – IP/UnB, promove, desde a 1ª. Edição do curso, pesquisas com o apoio da contratante, SENAD (Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas), de maneira que se objetiva melhorar a capacitação dos educadores de acordo com a atual Política Nacional sobre drogas e o avanço dos modos de prevenção em contexto escolar.

4.2. PARTICIPANTES:

Nossos participantes são, portanto, classificados em dois tipos: os alunos virtuais e os tutores. Esses alunos podem ser compreendidos a partir de outras duas categorias: os **educadores**, que são professores, diretores e outras pessoas ligadas diretamente à escola que atuam nas regiões, os **educadores sociais de Segurança Pública**, formados por Policiais Militares, Bombeiros Militares e Policiais Cíveis e Servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública que atuam em atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd. Esses participantes serão pesquisados virtualmente.

Por sua vez, os **tutores**, também serão pesquisados, uma vez que são profissionais que atuam diretamente na mediação do conhecimento. Entretanto, para eles será proposta uma intervenção/pesquisa que será realizada presencialmente a partir da observação *online* dos pesquisadores/mediadores.

Os critérios de seleção para o ingresso nesse curso foram definidos pela SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) órgão que solicitou o desenvolvimento desse curso com orientação da assessoria de gerenciamento de dados do PRODEQUI/UnB entre os dias 14 e 17/09/2010.

Critérios de inclusão dos alunos virtuais:

Os critérios de inclusão nas pesquisas serão os mesmos utilizados no processo de ingresso no curso, que constituem das seguintes etapas:

- Localização de escolas onde havia entre 5 e 10 cursistas inscritos;
- A seleção das escolas que tiveram um grupo de 5 a 10 educadores inscritos totalizou 42.230 educadores;
- Em segundo lugar, foram priorizados municípios integrantes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI do Ministério da Justiça que se

caracterizam como Territórios de Paz e que se enquadravam no primeiro critério (5 a 10 inscritos);

- As demais vagas foram divididas por estado levando em consideração a sua densidade populacional e, dentro de cada estado, foram contemplados todos os municípios inscritos;
- Nos municípios em que houve mais de uma escola inscrita, foi necessário realizar um sorteio aleatório para saber quais escolas seriam incluídas.

Dessa maneira, esse projeto abrange 25.019 profissionais de todo o Brasil. Para se compreender melhor esse universo, observa-se a Tabela 1 que consiste na síntese dos inscritos por região:

Tabela 1 –Especificação dos selecionados por categoria de inscrição (especial, policial, educador)

Região	Turmas	Total	Percentual
Centro-Oeste	Especiais	105	0,42%
	Educadores Sociais de Segurança Pública	330	1,32%
	Educadores PRONASCI	547	2,19%
	Educadores dos demais municípios	2002	8,00%
Centro-Oeste Total		2994	11,97%
Nordeste	Especiais	26	0,10%
	Educadores Sociais de Segurança Pública	417	1,67%
	Educadores PRONASCI	2557	10,22%
	Educadores dos demais municípios	4537	18,13%
Nordeste Total		7537	30,13%
Norte	Especiais	30	0,12%
	Educadores Sociais de Segurança Pública	118	0,47%
	Educadores PRONASCI	97	0,39%
	Educadores dos demais municípios	1966	7,86%
Norte Total		2211	8,84%
Sudeste	Especiais	81	0,32%
	Educadores Sociais de Segurança Pública	158	0,63%
	Educadores PRONASCI	3491	13,95%
	Educadores dos demais municípios	3450	13,79%
Sudeste Total		7180	28,70%
Sul	Especiais	31	0,12%
	Educadores Sociais de Segurança Pública	444	1,77%
	Educadores PRONASCI	1560	6,24%
	Educadores dos demais municípios	3062	12,24%

	municípios		
Sul Total		5097	20,37%
Brasil		25019	100,00%

Por sua vez, os tutores desse curso foram contratados a partir de chamada pública. Eles serão convidados a participarem livremente da intervenção/pesquisa, atendendo as exigências éticas, por meio da confirmação do TCLE (Anexo 6).

4.3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS:

- Para realização do subprojeto 1, será aplicado um questionário sobre *Situações problema relacionadas ao uso de drogas no contexto escolar – narrativas de educadores* (Anexo 2), realizado via internet com professores já ingressos no curso em fase inicial. Esse instrumento é composto por 19 questões.
- Como instrumento de pesquisa do subprojeto 2, foi construído o questionário *Situações-problema relacionadas a drogas e violência no contexto das escolas: ótica de Educadores Sociais da Segurança Pública* (Anexo 4); que será realizado com profissionais da Segurança Pública que atuam em atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd e estão matriculados no curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas em fase inicial. Esse instrumento é composto por 19 questões.
- Para realização do subprojeto 3, serão propostos:
 - A observação não-interventiva dos fóruns de debate. Os fóruns irão servir como um indicador em relação à intervenção junto aos tutores, e também dos processos pessoais dos policiais de aproximação à proposta do Curso. Os pesquisadores terão acesso aos fóruns de debates entre tutores e alunos, no entanto, não haverá a comunicação dos pesquisadores com os alunos. Inicialmente foi proposto um modelo de registro de observação (anexo 7) que poderá ser modificado de acordo com as necessidades levantadas.
 - Registro das reuniões de equipes de pesquisadores e supervisores de tutoria (anexo 8), no qual as propostas utilizadas, o funcionamento do espaço e a dinâmica do grupo em relação de criação de estratégias de intervenção junto aos tutores serão analisadas.

4.4. ASPECTOS ÉTICOS:

Deve-se ressaltar que a participação nessa pesquisa será voluntária, sendo assegurado aos participantes o sigilo da identidade e confidencialidade das informações. De maneira semelhante será garantido que a decisão de participar ou não da pesquisa em nada influenciará no aproveitamento do curso, portanto, não fazendo parte de nenhum critério avaliativo, confirmados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que também estará disponível *online*. Nesse termo constarão ainda informações sobre a instituição responsável pela pesquisa, bem como endereços de contato com o próprio pesquisador responsável pelo estudo, de maneira a solucionar eventuais dúvidas, sugestões e reclamações, bem como dificultar que o determinado questionário seja confundido com qualquer outra mensagem indesejada, conhecida como *spam*.

Acrescenta-se ainda que para cada tipo de questionário (subprojetos 1 e 2) será disponível um TCLE, no qual o aluno terá que confirmar sua condição de aceite de colaboração com a pesquisa por meio de link com a seguinte afirmativa: “li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, sendo que somente após essa ação será permitido dar início ao preenchimento do questionário.

De maneira mais específica para o subprojeto 3, foram elaborados 2 tipos de TCLEs: um para os alunos virtuais referente à observação do Fórum (anexo 5) e outro para a participação da intervenção/pesquisa que será disponibilizado para os tutores e supervisores (anexo 6).

4.5. PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS:

Para melhor compreensão dos procedimentos de cada subprojeto, esses serão explicados de acordo com cada pesquisa.

- Procedimentos na pesquisa *Situações problema relacionadas ao uso de drogas no contexto escolar – narrativas de educadores*: a coleta de dados ocorrerá via Internet/Plataforma Moodle, entre Educadores Cursistas, nas várias Regiões Brasileiras. O questionário relativo a esse subprojeto (Anexo 2) somente será disponibilizado após a confirmação do participante sobre sua compreensão dos objetivos da pesquisa e seu consentimento livre e esclarecido (Anexo 1).
- De modo semelhante, o questionário relativo à pesquisa *Situações-problema relacionadas a drogas e violência no contexto das escolas: ótica de Educadores Sociais da Segurança Pública* (Anexo 4) somente será disponibilizado na plataforma *moodle*, após a certificação que o aluno participante leu e compreendeu os aspectos principais da pesquisa, confirmando sua participação voluntária por meio da assinatura digital do TCLE (Anexo 5).
- Por sua vez, a *Intervenção/Pesquisa junto aos tutores e supervisores do Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas para Professores de Escolas Públicas aplicado a atores da Segurança Pública*, será realizada em 3 contextos: espaço virtual via Plataforma Moodle, o

Deve-se ressaltar que a participação nessa pesquisa será voluntária, sendo assegurado aos participantes o sigilo da identidade e confidencialidade das informações. De maneira semelhante será garantido que a decisão de participar ou não da pesquisa em nada influenciará no aproveitamento do curso, portanto, não fazendo parte de nenhum critério avaliativo, confirmados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que também estará disponível *online*. Nesse termo constarão ainda informações sobre a instituição responsável pela pesquisa, bem como endereços de contato com o próprio pesquisador responsável pelo estudo, de maneira a solucionar eventuais dúvidas, sugestões e reclamações, bem como dificultar que o determinado questionário seja confundido com qualquer outra mensagem indesejada, conhecida como *spam*.

Acrescenta-se ainda que para cada tipo de questionário (subprojetos 1 e 2) será disponível um TCLE, no qual o aluno terá que confirmar sua condição de aceite de colaboração com a pesquisa por meio de link com a seguinte afirmativa: “li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, sendo que somente após essa ação será permitido dar início ao preenchimento do questionário.

De maneira mais específica para o subprojeto 3, foram elaborados 2 tipos de TCLEs: um para os alunos virtuais referente à observação do Fórum (anexo 5) e outro para a participação da intervenção/pesquisa que será disponibilizado para os tutores e supervisores (anexo 6).

4.5. PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS:

Para melhor compreensão dos procedimentos de cada subprojeto, esses serão explicados de acordo com cada pesquisa.

- Procedimentos na pesquisa *Situações problema relacionadas ao uso de drogas no contexto escolar – narrativas de educadores*: a coleta de dados ocorrerá via Internet/Plataforma Moodle, entre Educadores Cursistas, nas várias Regiões Brasileiras. O questionário relativo a esse subprojeto (Anexo 2) somente será disponibilizado após a confirmação do participante sobre sua compreensão dos objetivos da pesquisa e seu consentimento livre e esclarecido (Anexo 1).
- De modo semelhante, o questionário relativo à pesquisa *Situações-problema relacionadas a drogas e violência no contexto das escolas: ótica de Educadores Sociais da Segurança Pública* (Anexo 4) somente será disponibilizado na plataforma moodle, após a certificação que o aluno participante leu e compreendeu os aspectos principais da pesquisa, confirmando sua participação voluntária por meio da assinatura digital do TCLE (Anexo 5).
- Por sua vez, a *Intervenção/Pesquisa junto aos tutores e supervisores do Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas para Professores de Escolas Públicas aplicado a atores da Segurança Pública*, será realizada em 3 contextos: espaço virtual via Plataforma Moodle, o

contexto de supervisão semanal dos tutores do “curso de prevenção do uso de drogas em Escolas Públicas”; e reunião das equipes de pesquisadores e supervisores de tutoria.

No espaço virtual será realizada a observação de alguns fóruns específicos. Vale ressaltar que não serão todos os fóruns observados, sendo esses pré-definidos ao longo do curso. O acesso a esses fóruns específicos somente será permitida a partir da assinatura digital do TCLE (Anexo 5), onde serão informados os objetivos gerais da pesquisa, bem como a garantia dos aspectos éticos aos participantes. Nesses fóruns, haverá apenas a observação dos pesquisadores, que registrarão suas principais percepções sobre os conteúdos abordados. Essa observação subsidiará novos procedimentos e irão servir como um indicador em relação à intervenção junto aos tutores, e também aos processos pessoais dos policiais de aproximação à proposta do Curso. Dessa maneira, concomitante à observação dos fóruns, será realizada a intervenção/pesquisa propriamente dita. O encontro com os tutores e supervisores do curso, em suas reuniões semanais, terá o objetivo de estudar o fenômeno da violência e da drogadição nas comunidades escolares sob as diferentes perspectivas e afetações em composição (diferentes policiais, tutores, supervisores e pesquisadores). Assim, os tutores e supervisores também serão informados sobre os objetivos da pesquisa, sendo sua participação voluntária na pesquisa, confirmada pelo TCLE (Anexo 6). Dessa forma, buscarão refletir conjuntamente, pesquisadores, tutores e supervisores sobre qual o “lugar” que o Policial. Nas reuniões de equipes de pesquisadores e supervisores de tutoria, serão avaliadas as propostas utilizadas, funcionando como um espaço de criação de estratégias de intervenção junto aos tutores.

4.6. ANÁLISE DE DADOS:

Devido à grande quantidade de dados que serão gerados, a metodologia qualitativa será poderá ser aliada à análise quantitativa, estatística. Vale ressaltar que ambas metodologias complementam-se, proporcionando a melhor compreensão do fenômeno psicológico e comportamental, respectivamente. Assim, a escolha da metodologia foi feita de modo coerente ao objeto de estudo e fundamentação teórica, tendo em vista as recomendações de Gunther (2006) sobre o desafio da escolha metodológica que alerta sobre a necessidade de se considerar:

os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica colocam-se para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social (p. 207).

Para tanto, serão utilizados dois softwares de análise de dados:

- SPSS (Statistical Package for the Social Sciences): que permite a análise estatística e correlacional entre as variáveis.

- ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte): que possibilita a análise lexical, por meio da definição de um corpus que se constitui do resultado das entrevistas com tratamento específico desse software. Desse modo, é permitida a análise por classes e unidades de contexto (iniciais e elementares).

No primeiro subprojeto intitulado *Situações problema relacionadas ao uso de drogas no contexto escolar – narrativas de educadores*, sugere-se análise de uma amostra que compreenderá minimamente 0,5% dos professores inscritos.

Por sua vez, no segundo subprojeto, *Situações-problema relacionadas a drogas e violência no contexto das escolas: ótica de Educadores Sociais da Segurança Pública*, a participação nessa pesquisa será analisada a partir das respostas de 1400 Agentes de Segurança Pública, compostos por Policiais Militares, Bombeiros Militares e Policiais Civis e Servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública que atuam em atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd, denominados nessa pesquisa de Educadores Sociais da Segurança Pública.

E, por fim, no terceiro subprojeto, *Intervenção/Pesquisa junto aos tutores e supervisores do Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas para Professores de Escolas Públicas aplicado a atores da Segurança Pública*, esse estudo será proposto a todos os tutores, supervisores de curso que, de maneira que os pesquisadores serão alocados em três espaços/campos de pesquisa: supervisão semanal dos tutores do “curso de prevenção do uso de drogas em Escolas Públicas”; espaço virtual via Plataforma Moodle; e reunião das equipes de pesquisadores e supervisores de tutoria.

5. CRONOGRAMA

ATIVIDADES / PERÍODOS(em meses)	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11
1. Elaboração de Projeto	X	X	X									
2. Levantamento bibliográfico e revisão de literatura	X	X	X									
3. Detalhamento da Metodologia	X	X	X									
4. Elaboração de Instrumento de Coleta de Dados	X	X										
5. Submissão e aprovação pelo Comitê de Ética			X									
6. Coleta de dados (Aplicação de questionários)			X	X								

- ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte): que possibilita a análise lexical, por meio da definição de um corpus que se constitui do resultado das entrevistas com tratamento específico desse software. Desse modo, é permitida a análise por classes e unidades de contexto (iniciais e elementares).

No primeiro subprojeto intitulado *Situações problema relacionadas ao uso de drogas no contexto escolar – narrativas de educadores*, sugere-se análise de uma amostra que compreenderá minimamente 0,5% dos professores inscritos.

Por sua vez, no segundo subprojeto, *Situações-problema relacionadas a drogas e violência no contexto das escolas: ótica de Educadores Sociais da Segurança Pública*, a participação nessa pesquisa será analisada a partir das respostas de 1400 Agentes de Segurança Pública, compostos por Policiais Militares, Bombeiros Militares e Policiais Civis e Servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública que atuam em atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd, denominados nessa pesquisa de Educadores Sociais da Segurança Pública.

E, por fim, no terceiro subprojeto, *Intervenção/Pesquisa junto aos tutores e supervisores do Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas para Professores de Escolas Públicas aplicado a atores da Segurança Pública*, esse estudo será proposto a todos os tutores, supervisores de curso que, de maneira que os pesquisadores serão alocados em três espaços/campos de pesquisa: supervisão semanal dos tutores do “curso de prevenção do uso de drogas em Escolas Públicas”; espaço virtual via Plataforma *Moodle*; e reunião das equipes de pesquisadores e supervisores de tutoria.

5. CRONOGRAMA

ATIVIDADES / PERÍODOS(em meses)	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11
1. Elaboração de Projeto	X	X	X									
2. Levantamento bibliográfico e revisão de literatura	X	X	X									
3. Detalhamento da Metodologia	X	X	X									
4. Elaboração de Instrumento de Coleta de Dados	X	X										
5. Submissão e aprovação pelo Comitê de Ética			X									
6. Coleta de dados (Aplicação de questionários)			X	X								

7. Tratamento/ Análise dos dados						X	X	X	X			
8. Elaboração do Relatório Final									X	X		
9. Revisão do texto											X	
10. Apresentação do trabalho												X

6. ORÇAMENTO

Essa pesquisa conta com o financiamento da SENAD, Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, por meio de recursos humanos, com bolsistas pesquisadores de diferentes níveis, são esses:

Adriana Barbosa Sócrates – Pesquisador Doutorado Acadêmico
 Álvaro Duarte – Pesquisador Iniciação Científica
 Carlos Eduardo P. L. Ramos – Pesquisador Iniciação Científica
 Clarissa Simas Moura – Pesquisadora Iniciação Científica
 Daniel Rohe – Pesquisador Iniciação Científica
 Josimar A. de A. Mendes – Pesquisador Iniciação Científica
 Myare Leal F. Baldine – Pesquisador Iniciação Científica
 Paulo Macedo – Pesquisador Mestrado Acadêmico
 Ricardo Henrique B. Marques – Pesquisador Mestrado Acadêmico
 Sandra Francisca L. da Silva – Pesquisadora Mestrado Acadêmico

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barnes, J. A. (1978). **Redes sociais e processo político**. Antropologia das sociedades contemporâneas. p. 159-194. São Paulo: Global.
- Colle, F. X. (1995). **Toxicomanies, systèmes et familles – où les drogues rencontrent les émotions**. Paris: ESF.
- Freitas, H; Janissek-Muniz, R.; Andriotti, F; Freitas, P.; Costa, R. (2004). Pesquisa via internet: características, processo e interface. *Revista Eletrônica Gianti*, Porto Alegre, 11p. Disponível em: http://www.freitaspedro.com/artigos/outros/2004_140_rev_eGIANTI.pdf
- Günther, H. (2006) Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Crítica*, 22(2), 201-209.
- Mendes, C. (2009). A pesquisa on-line: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. *Revista Digital Hipertextus*, 2. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume2.html>

Sudbrack, M. F. O. (1997). **Construindo redes sociais: metodologia de prevenção da drogadição em adolescentes de famílias de baixa renda do Distrito Federal.** In: MACEDO, R. M. *Família e comunidade*. São Paulo: Cadernos da ANPPEP.

Sudbrack, M. F. O. (2010). **Acolhendo adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas no contexto de vulnerabilidade social e pobreza.** Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. -3. ed. - Brasília: SENAD.

Sudbrack, M. F. O. (2010). **O trabalho comunitário e a construção de redes sociais.** Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. -3. ed. - Brasília: SENAD.

Sudbrack, M. F. O. (2010). **Drogas e complexidade: do caos a transformação.** Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. -3. ed. - Brasília: SENAD.

Sudbrack, M. F. O. (2010). **Drogas e complexidade: do caos a transformação.** Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. -3. ed. - Brasília: SENAD.

Sudbrack, M. F. O., Almeida, M. M. e Borges, J. S. (2010). **Situações de risco e situações de proteção nas redes sociais de adolescentes.** Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. -3. ed. - Brasília: SENAD.

Sudbrack, M. F. O., Simões, C. A., Moll, J. e Rabelo, M. K. O. (2010). **Programas de promoção de saúde integrados na política nacional de educação: o papel da escola na prevenção do uso de drogas.** Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. -3. ed. - Brasília: SENAD.